



JENILDA DA SILVA SOUSA

**ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO: representações femininas
veiculadas no *Jornal O Dia* em Teresina/PI na década de 1970**

NATAL/RN

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGENS, IDENTIDADES & ESPACIALIDADES

JENILDA DA SILVA SOUSA

**ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO: representações femininas
veiculadas no *Jornal O Dia* em Teresina/PI na década de 1970**

Exame de Qualificação como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Linguagens, Identidades e Espacialidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

NATAL/RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN – Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes CCHLA

Sousa, Jenilda da Silva.

Entre o espaço público e o espaço privado: representações femininas veiculadas no jornal O Dia em Teresina/PI na década de 1970 / Jenilda da Silva Sousa. - Natal, 2021.
152f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

1. Mulheres - Dissertação. 2. Gênero - Dissertação. 3. Jornais - Dissertação. 4. Público e Privado - Dissertação. 5. História - Dissertação. 6. Espaço - Dissertação. I. Viana, Helder do Nascimento. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94-055.2(812.2)

JENILDA DA SILVA SOUSA

**ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E O ESPAÇO PRIVADO: representações femininas
veiculadas nos jornais impressos em Teresina/PI na década de 1970**

Dissertação _____ como requisito final para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana
Presidente / Orientador – PPGH - UFRN

Prof^a Dr^a Margarida Maria Dias de Oliveira
Examinadora Interna – UFRN

Prof^a. Dr^a. Olívia Candeia Lima Rocha
Examinadora Externa – UFPI

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Examinador Externo – UFRN
(Suplente)

Natal/RN, 15 de novembro de 2020.

*À todas as mulheres da minha vida pela força,
persistência e inspiração. Sigamos na luta pela
conquista dos espaços!*

AGRADECIMENTOS

“[...] E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa é sempre as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente se sente
Que nunca está sozinho por mais que se pense estar[...]”
(Gonzaguinha. Caminhos do Coração)

Findar esta dissertação seria tarefa bem mais complexa se não fosse pela convivência e receptividade de várias pessoas na cidade de Natal/RN durante esses dois anos, às quais sou grata por terem me apoiado de inúmeras maneiras durante esta caminhada.

Agradeço aos meus amigos do PPGH com quem partilhei aulas do mestrado e também vivências particulares. Sou imensamente grata a eles:

À Eudymara Queiroz, minha melhor pessoa/amiga nas terras potiguares, meus mais genuínos agradecimentos! Sem sua amizade neste espaço urbano insólito tudo teria sido bastante árduo. Obrigada por permanecer ao meu lado sempre que necessitei, com uma palavra de alento ou um conselho do coração.

À Ristephany Kelly, pela partilha de copos de cerveja, banhos de chuva e por assistir comigo o fatídico jogo em que o Brasil perdeu a copa.

À Luana Azevedo, minha parceira dos cafés da tarde sempre regados por uma boa conversa.

À Luana Ramalho, pelos afetos, diálogos e karaokês divididos.

À Kallyne Araújo, por ser essa pessoa amável e meu ombro amigo durante minhas crises de ansiedade.

À Kamyla Monteiro, pelo afeto proporcionado, pelos segredos compartilhados e pelas manifestações de estima recebidas no cotidiano.

À Mirthis Costa, pela leveza e doçura com as palavras que me incentiva a ser sempre mais e melhor.

Ao Victor Costa, que me possibilitou momentos leves e descontraídos através do seu bom humor.

Ao Tarcísio Bezerra, por ter sido tão generoso comigo desde o dia que cheguei em Natal. Te amo de rocha!

Agradeço também à Tamires Duarte, pela escuta, amabilidade, generosidade e pela amizade que se construiu há tão pouco tempo.

Ao Cássio Fonseca, pela extraordinária e bela amizade.

Ao Nilo Canuto, pelo carinho, amor, palavras de grande incentivo e vivências únicas compartilhadas comigo nas noites potiguares. Vou te levar para sempre na memória e no coração. Amo você demais!

À Jéssica Lima por emanar, mesmo distante, uma energia tão boa de unidade, força e amizade.

À Rita de Cássio Paulino, pela companhia nas noites de samba no Beco da Lama, pela partilha de memes, angústias e revoltas contra a escória governamental.

Ao apoio e amizade dos meus mais novos amigos, Marcos Eduardo, Thamires Moura, Íris Campos e Larisse Sousa, todos vocês me possibilitaram momentos alegres e divertidos, repletos de muitas interações e trocas de experiências em meio à essa fase pandêmica tão conturbada e caótica.

Ao meu amigo-irmão Juscimar Barão, por todo carinho e respeito, por torcer e vibrar junto comigo as minhas melhores conquistas e por me acolher quando eu precisava de um ombro para chorar.

Ao meu orientador, Helder do Nascimento Viana, a quem devo minha mais profunda gratidão por me acolher como sua orientanda. Seu profissionalismo se aliou à sua bondade e paciência ao longo da realização deste trabalho.

Aos professores Francisco Firmino e Margarida Dias pelas relevantes contribuições e leituras atentas desde a qualificação desta pesquisa.

À professora Olívia Candeia, referência no campo do Gênero e da Imprensa piauiense, por ter aceito com imenso carinho o convite de participar como membro da banca examinadora. Todas as sugestões serão bem vindas para a concretização e aperfeiçoamento do trabalho.

Referente à minha família, agradeço ao meu sobrinho Heitor, que me mostra diariamente o sentido da felicidade e do amor, por meio de sinceros sorrisos e carinhos. À minha irmã Jailda, pelo encorajamento, por apoiar e fortalecer meus sonhos. À minha mãe Maria, que entre tecidos, tesouras e alfinetes foi a mulher inspiração da minha caminhada. Aos meus avós José

Clementino (*in memoriam*) e Anísia Neiva, por terem estimulado sempre a minha educação e serem grandes exemplos de honestidade e respeito. Aos meus primos Gilberto, Luma e Camila, por estarem sempre presentes com uma palavra amiga em ocasiões difíceis. Não posso deixar de mencionar, sobretudo, a minha tia Gilnísia Neiva (*in memoriam*) que vibrava com minhas conquistas, que celebrou, com bastante orgulho, a minha entrada no mestrado, mas que não chegou a ver a dissertação concluída.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência, à hierarquia, à disciplina, que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

(Michelle Perrot, 2006)

RESUMO

O propósito central deste trabalho é refletir, por meio da análise do jornal teresinense *O Dia*, a construção de supostos papéis e ordens morais direcionados às mulheres, na qual foram sujeitadas a uma investida de restrição e demarcação de seu espaço de vivência, através de argumentos burgueses e discursos médicos-sanitaristas, uma dinâmica de moralização que resultou em certas estereotípias aos comportamentos femininos e enclausuramentos em determinadas atribuições puídas e ultrapassadas no interior da cidade de Teresina/PI nos anos de 1970. Mas, ao mesmo tempo, buscamos discutir como o processo de modernização desta capital no mesmo período afetou a figura feminina, da qual a maior visibilidade no cenário público aparentava estar relacionado à conquista de direitos, sobretudo, em relação à educação e a profissionalização, o que certamente, foram grandes motivadores dos vários outros êxitos femininos no decorrer de todo o século XX. Tomando por base principalmente o jornal *O Dia* consultado no Arquivo Público do Piauí, além de bibliografia de historiadores locais, com destaque Jurandir Gonçalves Lima (2016), Bernardo Pereira de Sá Filho (2017), Elizangela Barbosa Cardoso (2010). Com o intuito de embasar as análises, procura-se ainda elaborar uma sustentação teórica em autores como Michel Foucault (1984), Pierre Bourdieu (1998), Roger Chartier (1990), John Thompson (2011), Anthony Giddens (1993), Michelle Perrot (2007), Joan Scott (1995). Contribuindo, dessa maneira, para ampliar o conhecimento sobre mudanças e disposições, eventualmente conflitantes e contrárias, que apontavam o modo como a sociedade da época refletiu e reconheceu determinadas transformações vivenciadas pelas mulheres nos espaços público e privado.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Jornais. Público e Privado. História. Espaço.

ABSTRACT

The central purpose of this work is to reflect, through the analysis of the newspapers of Teresina, the construction of supposed roles and moral orders directed at women, in which they were subjected to an onslaught of restriction and demarcation of their living space, through bourgeois arguments and medical-sanitary speeches, a dynamic of moralization that resulted in certain stereotypes to female behaviors and confinements in certain worn and outdated attributions in the interior of the city of Teresina / PI in the 1970s. But, at the same time, we seek to discuss how the modernization process of this capital in the same period affected the female figure, of which the greater visibility in the public scenario appeared to be related to the conquest of rights, especially in relation to education and professionalization, the which were certainly great motivators for the many other female successes throughout the 20th century. Based mainly on the newspaper *O Dia* consulted in the Public Archive of Piauí, in addition to bibliography of local historians, with emphasis Jurandir Gonçalves Lima (2016), Bernardo Pereira de Sá Filho (2017), Elizangela Barbosa Cardoso (2010). In order to support the analyzes, it is also sought to elaborate a theoretical support in authors such as Michel Foucault (1984), Pierre Bourdieu (1998), Roger Chartier (1990), John Thompson (2011), Anthony Giddens (1993), Michelle Perrot (2007), Joan Scott (1995). In this way, contributing to increased knowledge changes and their dispositions, possibly conflicting and contrary, pointed out the way in which the society of the time reflected and recognized certain transformations experienced by women in public and private spaces.

Keywords: Women. Genre. Newspapers. Public and Private. History. Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	45
Figura 02	76
Figura 03	83
Figura 04	87
Figura 05	124

SUMÁRIO

Introdução	15
 Capítulo 1	
O feminino e a problemática do espaço urbano: aspectos teóricos e historiográficos	27
1.1 A incorporação e a visibilidade feminina na historiografia	33
1.2 A concepção espacial da cidade: Teresina e a configuração no cenário de 1970	41
1.3 Os jornais e as representações do feminino	51
 Capítulo 2	
Ser mulher em Teresina nos anos 1970	63
2.1 A ditadura e a restauração da imagem conservadora do feminino	71
2.2 Dicas de Modas, Cuidados com saúde e Decorações da casa	75
2.3 Corpos vigiados: mulheres nas sombras	81

da noite na capital do Piauí	
2.4 A caracterização da mulher como inocente	93
2.5 Violência intrafamiliar e os crimes sexuais contra a mulher	99
Capítulo 3	
Um novo olhar sobre as relações de gênero: conquistas e possibilidades femininas no espaço público	111
3.1 A inserção feminina na educação superior	112
3.2 A Lei do Divórcio sob o prisma do <i>Jornal O Dia</i>	116
3.3 A construção discursiva sobre a contracepção e liberdade sexual	126
3.4 Rita Lee: objeto de representações e liberdades	132
3.5 Dercy Gonçalves e a “falsa moral que assola o Piauí”	135
3.6 Vozes femininas no teatro e a peça “ <i>Homem Não Entra</i> ”	138
Considerações Finais	144
Fontes	148
Bibliografia	149

INTRODUÇÃO

Ao olhar para determinados temas e períodos específicos, o historiador tenta responder a perguntas que são importantes para eles tanto como pesquisadores quanto como sujeitos históricos. Nesse sentido, oferecer voz e visibilidade por meio de narrativas históricas do cotidiano das mulheres passou a ser o assunto que me motivou e atraiu. Ao escrever e descrever o cotidiano, a imprensa vai construí-lo e inventá-lo com nuances únicas, pois lhe confere autenticidade na escolha de notícias e imagens. O retrato da cidade e de seus reais moradores, bem como a criação e o imaginário do jornal, são realizados por meio do discurso jornalístico, que se constitui em um jogo de expressão de palavras e imagens.

No momento em que problematizamos a disseminação por parte da imprensa de discursos acerca das representações femininas, temos o desafio de apresentar conteúdos escritos e tentar ganhar um lugar na constituição do imaginário social e na luta pelo poder. Ao mesmo tempo, começamos a vivenciar uma experiência dolorosa que reside na discussão de valores, privilégios, poderes e crenças forjadas, que vão aumentando as diferenças entre os sexos. Representações que estavam descritas nos jornais da década de 1970, porém, que habitam aspirações e angústias, até mesmo de que vos escreve. Os ecos e comportamentos políticos e sociais ainda estão em discussão sobre como resistir a um mundo turbulento, não muito longe do estilo imperativo da época.

No desejo de escrever sobre as mulheres, busquei me amparar dos registros que persistem no decorrer dos anos, como é o caso dos jornais impressos, colaborando para a compreensão de um panorama histórico obscuro do país, de histórias assinaladas por contrastes, incertezas e inquietações. Refratando fulgurações, articulações antigas e lembranças da minha própria infância, não necessariamente no período (1970), contudo, das consequências que ainda estão impressas pulverizadas no corpo, dos códigos morais, dos brados do conservadorismo excedidos, da violência simbólica, física e psicológica no âmbito familiar. Diante disso, podemos dizer que o trabalho foi um descobrimento e, igualmente, um auto-reconhecimento, já que somos os próprios sujeitos da história.

Refletir sobre a ação feminina ao longo do tempo é cogitar acerca do nosso próprio percurso. Como mulher, me enxerguei retratada em vários acontecimentos e matérias analisadas nesses jornais. Mantidas as dimensões, muitos episódios de aflição e tormento vistos nas matérias eu os vivenciei ou testemunhei de forma pessoal, o que fortalece ainda mais a ideia de que as reivindicações femininas são bastante imprescindíveis atualmente quanto foram no passado, dado que nem tudo foi solucionado e estabelecido. Ainda sofremos com

discriminações cravejadas na cultura, mas que impõem efeitos no universo físico, concreto e do agora. Ainda dispomos de salários inferiores e somos recusadas nas propostas de empregos e elevações nos cargos. O que utilizamos como vestimentas, o que e com quem exercemos nossa vida ainda são pontos questionadores de uma sociedade de mulheres e homens que ainda se baseia em maior número nos preceitos e convicções deles.

Assim sendo, escrever sobre esta temática me fez acreditar na contribuição com o mundo que está por vir, dando iniciativa ao embate das submissões arbitrárias e das predisposições totalitárias, ou seja, de desvelar aos sujeitos que eles são “mais livres do que pensam ser, que elas têm por verdadeiros, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que esta evidência pode ser criticada e destruída”¹. Tudo isso, indubitavelmente, é o que nos instiga para confrontar os obstáculos e as severidade dessa incumbência.

O entusiasmo pela temática de Gênero fortaleceu-se integralmente na graduação em Licenciatura Plena em História, no momento da realização da disciplina obrigatória de Brasil República I e a outra disciplina optativa de Gênero e História, a partir das quais desfrutei de debates significativos com a Prof^a Ma. Mona Ayala da Silveira² que acentuaram os assuntos sobre o explanado tema³. Esses conhecimentos impulsionaram-se mais ainda a analisar sobre a mulher e o espaço urbano, sobretudo, da cidade de Teresina/PI. Na tentativa de responder os questionamentos, buscamos relacionar a produção do espaço urbano com as distinções de gênero. Conteúdos que não se separam do real, devendo somente ser distinguidos no esquema da reflexão para melhor serem entendidos. Compreendemos que tanto na esfera pública quanto nos vínculos privados, a mulher esbarra-se com relações de poder, determinando táticas e relutâncias, quer parcialmente ou de forma mais nítidas, no sentido de sobrepujamento das diferenças de gênero.

É por meio das fronteiras contraditórias entre medo e curiosidade, fragmentos do cotidiano e reavaliação da mulher no contexto de lutas e sonhos que começamos a estabelecer discussões sobre os padrões e hábitos femininos em Teresina / PI ao longo da década de 1970,

¹ FOUCAULT, Michel. **Sexo, poder e indivíduo**: entrevistas selecionadas. Desterro: Nefelibata, 2005, p. 16.

² Mestre em História do Brasil pela UFPI. No momento atual faz parte do grupo de docentes temporários da UESPI/ Campus Professor Ariston Dias Lima. Fez parte do corpo docente provisório da Universidade Federal do Piauí (UFPI)/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)/Campus Heróis do Jenipapo.

³ Algumas leituras pertinentes à discussão sobre relações de gênero na Primeira República podem ser vistas em trabalhos tais como: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*: a condição feminina na Primeira República. Teresina: EDUFPI, 2014; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2014.

e que atualmente ainda estão presentes no imaginário social. Na investigação observamos o número crescente de publicações que tratavam dos temas como moda, decoração do âmbito doméstico, receitas gastronômicas, cuidados com a família e o desvelo com o marido, assim como sexualidade, liberação sexual, divórcio, contracepção, divórcio e educação.

Amparada de características sociais, históricas e culturais, a história das mulheres passou por uma série de continuidades e descontinuidades, tecendo direções limítrofes entre “ser” uma mulher e outra. Construindo valores equivalentes às suas necessidades e desejos, traçando o egresso da mulher do ambiente doméstico, e da restrita dedicação aos filhos, para o âmbito público, anteriormente exclusivo ao universo masculino. Ao mesmo tempo em que sofriam demarcações a expressivos modelos e estereótipos da época como o de ser mãe e dona de casa, representações femininas que ansiavam pelo amor e o casamento.

Diante disto, o que se enfatiza é que as continuidades discursivas e a definição dos modelos femininos, foram alcançando novos modos de estabilização e disseminação no decorrer do tempo. Um confronto histórico e cultural, na qual, as concepções de gênero iam se modificando pouco a pouco, e a inscrição cultural significada num sexo dado, enquanto definidor de papéis sexuais descontinuamente já não era mais visto por parte das mulheres como decorrente da natureza. Surgindo assim a renúncia de entusiasmos antigos, da ruptura da imagem da mulher inferiorizada e submissa e o descobrimento de recentes interesses e ânsias, como as instruções superiores, o desempenho profissional, a negar o ideal de maternidade e o casamento. Uma manifestação que demonstra uma proporção agônica, em concordância e/ou oposição a um padrão fantasmagórico da sociedade atual, que revela a imagem e a compreensão individual de um período histórico.

Por essa direção, esse trabalho analisa vivências femininas em espaços de sociabilidades, regras, prostituição, valores, violência doméstica/sexual, domínio do corpo e sexualidade ao longo dos anos de 1970, em Teresina/PI, através da investigação de representações descritas no *Jornal O Dia*⁴. De certa maneira, entender as formas ampliadas na qual esses modelos surgiram e suas conformações às regras que eram determinadas na

⁴ A primeira edição do jornal O Dia foi lançada em 1º de fevereiro de 1951. O jornal foi fundado pelo professor Raimundo Leão Monteiro em Teresina e começou com uma tipografia em um galpão no quintal. No início, o jornal era publicado nas manhãs de domingo em formato tabloide com quatro, seis, seis ou até oito páginas. Posteriormente, passou a distribuir de dez a doze páginas nas quintas e domingos, que organizaram várias seções cobrindo temas diversos como notícias, artigos, crônicas, humor, colunas sociais, cartas de leitores, artigos pagos e anúncios. A defesa que existia para manter a linha editorial sob o viés da orientação firme e da independência política é uma crítica "sadia", "calma" e "moderada" dos governantes. Cf: LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951 a 1954)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014, p. 44-45.

sociedade teresinense, assim como caracterizar as práticas femininas dentro dos espaços público e privado, em que o privado era atribuído à mulher e o público ao homem, no entanto, com a modernização ocorrida a partir do início do século XX, esses espaços vão se entrecruzando, o público percorrendo o privado, o privado atingindo o público.

Vale pontuar que o conjunto de textos do trabalho são, principalmente, as publicações jornalísticas propagadas nas edições do *Jornal O Dia*. Sendo que o *Jornal O Dia* será mais analisado, visto sua grandeza e relevância no interior da imprensa de Teresina, bem como a grande proporção em termos de matérias sobre o universo feminino, desde os estereótipos até a atuação da mulher na sociedade da época. Cabe ressaltar ainda que, todas as fontes equivalentes a década de 1970 achavam-se no Acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, localizado na cidade de Teresina/PI, o que, de certa forma, caracterizou-se como um entrave, visto que demandam mais tempo e disponibilidade em buscar informações. Além disso, o Arquivo não oferece coleções e acervos digitalizados na internet referentes ao período estudado, da mesma maneira que definidas edições não demonstraram premissas de manuseamento pelo pesquisador, o que exigiu um esforço maior de catalogação e preocupação com as fontes.

Tais condições, no entanto, não impossibilitam a concretização da pesquisa, devido ao grande volume de publicações e a intensidade na qual cada matéria retrata em relação à temática apresentada para a dissertação. Enfatiza-se ainda que, mesmo que os jornais impressos demonstram uma diversidade de dados em seus conteúdos, desde as matérias de tendência política e econômica, à publicidade, a base social e esportiva, a metodologia empregada para a análise dos jornais foi a de dedicar-se essencialmente às edições jornalísticas que se direcionam para o confronto discursivo vigente entre os impressos, aqueles que debatiam sobre a elaboração jornalística e que veiculam imagens que representam a delimitação de espaço entre masculino e feminino.

Além das considerações que já foram mencionadas, busca-se realizar a identificação do problema da invisibilidade feminina na historiografia, onde é necessário alargar esse debate para a experiência da esfera pública como um todo. Mais uma vez cabe ressaltar a razão em privilegiar a utilização do *Jornal O Dia* neste trabalho, em virtude do seu identificado posicionamento em relação à modernidade e os novos comportamentos piauienses. A análise de suas matérias, nos mostram que, além da modernidade, o jornal atuou igualmente na elaboração discursiva em torno do gênero na sociedade teresinense em modernização. Tudo isso nos demandou o empenho de pesquisar e avaliar as duas produções, observando as suas

particularidades, buscando desprender-se das representações e noções cristalizadas no discurso desses impressos.

Posto isto, os assuntos introduzidos por esse trabalho buscam mostrar como se deu deliberada notabilidade de trabalhos atuais, a gradativa integração de gênero na historiografia no século XX, do mesmo modo, como a imprensa integra-se em uma extensão que colabora na divulgação não só do papel destinado às mulheres na sociedade brasileira e teresinense, mas igualmente, como uma fonte que nos faz perceber a distinção entre os dois sexos nos meios culturais, enunciando as representações sociais, visto que é através dos costumes que cada indivíduo re(apreende) e estabelece um fato, onde essas compreensões não são de modo algum discursos imparciais, mas “produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”⁵.

Em vista disso, a partir da abordagem, alguns fundamentos foram apontados para entender de que maneira as mulheres apresentaram-se com evidência na historiografia, de como ao situar no cerne as relações entre os sexos, reexamina uma série de impasses muito duros à História, como o domínio, as representações e o concreto, a segregação e o nivelamento dos sujeitos. Um esquecimento constituinte que excluiu por longos anos as mulheres dos acontecimentos anteriores, “padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres”⁶. Dessa forma, essa mudança necessitou, em grande parte, da elaboração do gênero como categoria de estudo, que possibilitaram uma expansão das análises e procedimentos usados para trabalhos abrangendo as mulheres e, ademais, enxergar nos jornais narrativas e evidências que se construíram ao redor das mulheres no período, também ter em vista que se trata de uma ferramenta documental que é utilizada aqui para evidenciar a historiografia sobre as mulheres e as vivências femininas nas múltiplas extensões do social.

Em concordância ao recorte temporal, esta pesquisa tem centralidade nos anos de 1970 em Teresina. O espaço urbano da cidade abordada passava por consideráveis transformações nesse período, as reações dessa época ratificaram vivências femininas diversas, assunto que proporcionou uma amplitude para uma direção de particularidades na análise histórica sobre a história das mulheres. Sendo assim, foi de suma importância o emprego teórico acerca da

⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 244.

⁶ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: Burke, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 90.

formação da identidade feminina, ciente de que o entendimento de várias formas de viver resulta igualmente na compreensão de divergentes pontos de vista de homem e mulher dentro de cada sociedade. A definição de gênero é usada “para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”⁷, dessa maneira, as identidades de gêneros são compreendidas como produções sociais baseadas na cultura são, em vista disso históricas, se constroem segundo as noções de masculinidade e feminilidade determinadas dentro de uma mesma sociedade, ademais, o gênero “oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens”⁸.

A metodologia empreendida para a percepção das relações de poder e dos desempenhos jornalísticos é a abordagem do discurso. Estando ciente da extensão teórica acerca da verificação do discurso, conferimos a escolha pelas concepções produzidas por Michel Foucault, dentre elas: discurso, poder, disciplina e sexualidade. Nessa perspectiva metodológica é introduzida a proposta do trabalho, na qual busca verificar as narrativas existentes na mídia impressa levando em consideração as relações de gênero. Dessa maneira, a análise procura reconhecer em que proporção as representações de gênero resultaram na contribuição das distinções entre homens e mulheres. Entende-se que os vínculos de gênero vigentes nas sociedades são portadores de preceitos, concepções de mundo e condutas, determinando e fortalecendo atribuições sociais a serem seguidas por mulheres e homens na esfera pública e privada.

A estrutura bibliográfica que esta pesquisa se inclui tem como predominância a abordagem sobre publicações veiculadas em jornais, já a relevância que o conteúdo obteve nos últimos anos. É viável observar a inserção de procedimentos investigativos que buscam alargar essa dimensão complexa que são as relações do gênero em conexão com a cidade e suas problemáticas. Como esclarece, por exemplo, Henri Lefebvre (2006), sobre as cidades como espaços marcados por vínculos patriarcais, seja em seus traços, organizações e espaços físicos. Considerando a combinação da compreensão dos papéis e das relações de gênero no espaço urbano, utilizamos Michel de Certeau (2012) para compreender a estrutura que se dá através da modernização, nomeadamente as mudanças na burguesia e a imposição de moldes. A separação dessas aplicações com base na organização urbana mostra as características importantes contidas no impulso de modernização.

⁷ SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, 1990, p. 85.

⁸Ibidem, p. 07.

Nessa lógica, sustentamos que a proposta de instituição da modernidade em Teresina, de acordo com a análise dos jornais, não está deslocada da construção do gênero, das consequências feminina/masculina em corpos, condutas e vínculos sociais. Por intermédio dessa tática discursiva, elaborou-se uma específica compreensão, um direcionamento, um delineamento de significado e explicação do que seria a modernidade e o “ser” mulher. Trata-se de entender os dispositivos que proporcionam formar e cristalizar a produção do gênero, isto é, os resultados de percepção que são construídos em relações sociais, nos corpos e em determinados posicionamentos. Em especial, os conflitos e ambivalências entre o que era tido como tradicional e moderno no que se refere ao comportamento feminino, costumes e modas femininas na modernidade.

Dentro do referencial teórico, adotamos o método do filósofo Michel Foucault, que é o autor mais utilizado e tem dado grande contribuição para o enriquecimento do trabalho de pesquisa. Em certo sentido, utiliza-se a ideia de relações de poder proposta por Michel Foucault⁹, ou seja, a construção de gênero se dá por meio da representação social, da doutrina e da política. A dimensão das relações de poder foi incorporada à categoria de gênero, enfatizando as características sociais e culturais das distinções de gênero e eliminando o fantasma da naturalização, tornando mais preciso o conceito de assimetria e hierarquia na relação entre homens e mulheres.

Utilizamos também o conceito e a atuação do mecanismo do poder disciplinar para comprovar como ocorrem as tentativas normativas do corpo e do comportamento, ou seja, como ocorre a disciplina de forma aprimorada para construir um corpo organizacional produtivo, domesticado e conquistado. Já sobre a sexualidade, de acordo com a visão de Foucault¹⁰, existe uma obscuridade em torno dela, e várias relações de poder existentes estão escondidas por trás desse dispositivo. Essas relações também foram reiteradas. O fato é que a sexualidade quase sempre se limita a um ambiente privado, mesmo que se analise uma transição entre o poder público e privado.

Em relação a análise de Foucault sobre os diversos discursos midiáticos sobre o corpo feminino, inserida também no livro “*Microfísica do Poder*”, é destacado como estes são compostos por uma rede de saberes e uma intensa malha de poder. As costuras desses agenciamentos são realizadas por vários meios institucionais como a religião, o direito e a

⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

medicina. Sendo que, portanto, certos códigos morais não são gravados apenas nas ruas, mas principalmente nas páginas da imprensa teresinense, que ajudam em certa medida a delimitar os limites e o comportamento e os costumes da cidade.

A noção de poder, dominação masculina e violência simbólica de Pierre Bourdieu¹¹ também foi de suma importância para a realização da pesquisa. No seu ponto de vista é na dominação masculina e na maneira como ela é colocada e experienciada, que existe o exemplo da subjugação decorrente daquilo que ele designa de violência simbólica, violência suave, oculta às suas vítimas e naturalizadas no nosso meio social.

Para aprofundar nossas análises, foram igualmente relevantes os estudos de Roger Chartier¹², a partir da sua perspectiva de “representação”, visto que, através de seus fundamentos, foi provável entender como nossa sociedade é pautada em uma hierarquia social, em que são determinados modelos distintos para homens e mulheres. O autor verifica que, reproduzida nos hábitos e nos acontecimentos, estruturando o dia a dia, a desigualdade sexual (na qual é a subordinação de uns e dominação de outros), é formada pelo discurso que a fundamenta e a torna legítima.

Utilizamos abordagens de Milton Santos¹³ a respeito do espaço resultante da participação dos sujeitos atuando sobre o próprio espaço geográfico, a partir de elementos naturais e artificiais. Nessa perspectiva, devemos entender que o espaço não é somente uma dimensão que a nós se estabelece, determinando normas de comportamentos e modos de utilização, é antes de qualquer coisa um conceito que empreendemos sentido e forma.

Já a renovação e expansão do campo da história, os estudos de gênero têm dedicado integralmente um grupo de historiadores que traçaram as trajetórias teóricas acadêmicas sobre as mulheres, especialmente Michelle Perrot, Joan Scott e Judith Butler. Desse modo, podemos explicar como os debates a respeito do gênero, nesta pesquisa, intentam ultrapassar a concepção naturalizante das distinções entre homens e mulheres, concepção essa que acaba por conceber às particularidades biológicas a subordinação feminina e a dominação masculina, corroborando com as diferenças e arbitrariedade no vínculo entre homens e mulheres. De acordo com as perspectivas de Michelle Perrot:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação, está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que

¹¹BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

¹² CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹³ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção** - 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes. Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível¹⁴.

Para Michelle Perrot, a história das mulheres está diretamente ligada à perspectiva de que estas participaram ativamente de acontecimentos históricos, expressa igualmente uma distinta leitura de mundo. Em contraponto a essas considerações, podemos afirmar que existe a necessidade de inserir o gênero como uma categoria extensiva da realidade social. O que ocasionaria na notoriedade das mulheres e reinterpretção dos fatos sociais. Portanto, a análise e ponderação sobre o gênero deve ser compreendida como um processo de estruturação/reestruturação dos mecanismos das relações sociais efetivados ou vivenciados por homens e mulheres. O gênero feminino, percebido historicamente como subordinado, era usado para fortalecer o distanciamento da atuação das mulheres no espaço público, ou meramente inseri-las sem nomeá-las.

A conceituação de gênero igualmente se refere a noção de elemento salutar das relações sociais, podendo ser um exemplo importante para esclarecer os laços de poder. A naturalização feminina é elaborada pela sociedade como “romântica, sensível, ingênua, explorada, a figura da mulher é associada a da flor frágil e desamparada”¹⁵. Os aspectos determinados e admitidos como específicos à mulher no que concerne às atribuições sociais, domésticas e familiares, acabaram não sendo capazes precisamente da admissão no interior da conjuntura cultural, econômica e política, visto que a esfera feminina é reduzida ao âmbito da casa e dos cuidados com a família, dessa forma, não somente desvalorizaram econômico e socialmente, mas igualmente foi sendo introduzido culturalmente como espaço próprio da mulher e, como resultado, seu papel foi sendo restringido a esse espaço. Em outros termos: “a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual”¹⁶.

As abordagens sobre o gênero acomodam não só os debates acerca das distinções entre os sexos, mas essencialmente um estudo histórico dos vínculos entre homens e mulheres nos espaços público e privado, análises estas que possibilitam o rompimento de narrativas naturalizadas a respeito das relações de gênero. Os conceitos público e privado são mais uma

¹⁴DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1990, p. 09.

¹⁵ RAGO, Margareth. **A colonização da mulher**. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade, 1980, p. 66.

¹⁶Ibidem, p. 64.

maneira de demonstrar os binômios mulher/homem e natureza/cultura, isto é, bipartição justaposta e que se asseguram reciprocamente. O ofício da mulher, naturalizado no âmbito privado, em contradição ao dever masculino no âmbito público é atestado pela ideologia patriarcal. Segundo Michelle Perrot:

A separação das esferas é muito mais sutil do que parece. Não somente exclusão, enclausuramento, fechamento, mas também, distinção, utilização, limites. Nem todo o público é masculino, ou o privado feminino. A espacialização faz fortemente o seu papel, no entanto, ela não comanda tudo. O exercício do poder não se reduz evidentemente a uma geografia¹⁷.

Sendo assim, ao ter consideração a dicotomia entre o público e o privado como extremos fundamentais da sociedade, estamos nos referindo ao raciocínio da diferenciação sexual patriarcal, na qual delimita a mulher na esfera da domesticidade, já o homem percorre livremente nas duas esferas. Por isso, as mulheres são omitidas do espaço público e, com isso, não obtiveram tanto prestígio como o homem. É diretamente nesse assunto que se dispõe a crítica de várias (os) estudiosas (os) e feministas, ou seja, na condição inferior da mulher no decorrer da história.

Entende-se que uma noção dicotômica do masculino e do feminino, é decorrente de estudos biológicos e médicos concebidos no século XIX, em que “apoiava-se no discurso naturalista que insistia na existência de duas naturezas com aptidões específicas, associando aos homens o cérebro, a inteligência e a razão e às mulheres o coração, a intuição e a sensibilidade”¹⁸. Dado que a mulher, em certos casos, resiste dessa esfera que lhe é estabelecida, a ela é, de modo instantâneo e arbitrário, determinado outro lugar desfavorecido e que opera como resposta coercitiva a sua conduta, que é em primeiro momento compreendida como subversiva.

Dessarte, é concebível apontar as mulheres em meio a uma história de busca por liberdades e êxitos sociais. As mulheres do século XX e, eventualmente, em todas as épocas, não foram apenas vítimas ou seres passivos. Usaram os espaços e os encargos que lhes eram concebidos ou recomendados. Por outro lado, não se trata de intentar restaurar uma imagem magnânima da mulher, como figura aguerrida, mas nivelada pela narrativa dos dominantes, já que em grande medida ela igualmente foi condescendente com a elaboração, ou ao menos com o consentimento da imagem exaltada de mãe, esposa e dona-de-casa. Não se refere igualmente pela busca da apresentação de uma outra história, turva na retaguarda dos carregados abismos

¹⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 3ª ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 174.

¹⁸ *Ibidem*, p. 359.

do poder. O que realmente posicionar é a indispensabilidade de compreender as variadas maneiras que o antagonismo feminino assumiu na esfera moral como, por exemplo, a contradição da atribuição da mãe, esposa e dona-de-casa, solicitações de anulação do matrimônio ou pedido de divórcio, na participação política, na inserção nas instituições de ensino (seja como alunas ou professoras), dentre outros inúmeros exemplos.

O que me surpreendeu, sobretudo, em meio a esse trajeto, é a vastidão do que eu não abordei e não discuti, correndo o perigo de evidenciar, ao elucidar questões específicas, o traço que, precisamente, eu desejei extinguir. Estas considerações sem dúvida não concluem o assunto. O tema “mulher” e seu conjunto de problemas permanecem como irresolutos. A concepção de gênero sempre problemática, disseminou-se, atualmente dos brevíários historiográficos. Contudo, nos atraímos por modelos mais transversos das relações entre os sexos como a violência, o desejo, o amor e a apropriação demasiada do corpo. Temas que foram possíveis de serem analisados através da imensidão de fontes impressas, pesquisadas ao longo do meu percurso como historiadora.

Todavia, isso não restringe as noções e vínculos existentes entre as mulheres e os homens, da mesma forma que a condição de vítima não sintetiza a figura das mulheres ao longo da história, que entendem como opor-se, viver e edificar seus poderes. A história não propõe para a lástima ou para o sucesso das mulheres, elas “são atrizes da história. As mulheres nem sempre são oprimidas, e pode acontecer de exercer um poder, e até uma opressão. Elas não têm sempre razão. Pode acontecer de serem felizes, e apaixonadas”¹⁹.

Face ao exposto, no decorrer da pesquisa buscamos delinear várias direções como o corpo, mulheres no espaço urbano, representação social da mulher e a imprensa no contexto da ditadura militar, prostituição, violências simbólicas e sexuais. Desse modo, nos interessou primeiramente por suas atribuições privadas, analisando-as por intermédio das matérias dos jornais, as representações de seus corpos, suas condutas e valores, correndo o perigo de aprisioná-las em uma repetição.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro procura realizar uma breve análise sobre a incorporação da questão de gênero e a visibilidade feminina na historiografia, a trajetória das mulheres na luta pela sua emancipação, destacando os movimentos feministas que lutaram/lutam pela igualdade de condições entre homens e mulheres. A concepção espacial da cidade de Teresina/PI nos anos de 1970, onde procurou-se perceber a construção das espacialidades através das representações jornalísticas, implicando refletir igualmente na

¹⁹ PERROT, Michelle. op. cit., 1988, p. 166.

presença de barreiras que fragmentam e constroem espaços, gerando assim, novos arranjos das relações entre os gêneros, na qual o corpo da mulher é por via de regra encaminhado à esfera privada, tracejando estabelecidos preceitos, a determinação de barreiras à sua sexualidade e a coação de violência, que convencional ou não propende a ser adotada. Fica nítida nas abordagens a apreensão com a regulamentação dos comportamentos das mulheres no cenário analisado marcado, sobretudo, pelo autoritarismo e arbitrariedades do governo ditatorial, pautados no cerceamento de direitos e na busca desenfreada em fortalecer a moral e os bons costumes, sendo as mulheres uma das principais categorias que foram designadas a um condicionamento de conduta e de demarcação de seu espaço de atuação através de argumentos morais burgueses e militares.

No segundo capítulo buscamos tecer um olhar sobre o modelo de sujeito feminino que emergiu em Teresina na década de 1970. Considerando o âmbito doméstico como um campo de excelência para a manutenção da sujeição feminina. Trata-se de entender os mecanismos que colaboraram com a reprodução e a naturalização da construção do gênero, bem como os seus resultados em corpos, condutas, normas, relações sociais e modas. Referindo-se ao espaço urbano são demonstrados os avanços e desenvolvimentos advindos da modernidade e, ao mesmo tempo, conflitos e tensões causadas pelo tradicionalismo. Entre um dos recursos que evidenciam um sentimento de modernidade vivido em Teresina, podemos citar o cinema que se concebia como um dos relevantes hábitos de entretenimento. Já os jornais por estarem portados a dar sustentação a uma colocação entre os atuais códigos e os antigos modelos encontravam-se frente aos conflitos entre os recentes e arcaicos padrões, sobre o que estava ou não estruturado as normas e valores que eram disseminados socialmente. Em meio à todo esse contexto de mudanças e permanências do período, não poderíamos deixar de destacar a ditadura militar como uma organização política opressora, que, através do controle oficial determinou a censura à imprensa, com o propósito de elaborar certas alterações nas leis que estavam vigentes, em especial para inserir normas particulares para o controle da população.

O terceiro capítulo objetiva compreender como a narrativa jornalística representa as mulheres no espaço público rompendo, assim, com uma concepção dominante, vinculada a ideologia patriarcal, que delimita este corpo ao espaço privado. A atuação feminina se caracteriza como um distanciamento que desarranja a ordem instituída, já que as mulheres livres que se mantêm do próprio trabalho, experienciam e circulam pelos espaços. Assim sendo, foi nas entrelinhas e interstícios das representações divulgadas pelos jornais que procuraremos identificar continuidades e rompimentos de ideais patriarcais. Priorizando uma abordagem mais

aperfeiçoada, sobrepondo a flexibilização das fronteiras entre o público e o privado e, ao mesmo tempo as mulheres conseguiram expandir sua atuação no mundo público, o que possibilitou a inserção ao trabalho remunerado, educação, igualdade jurídica, direito ao voto e, inclusive, direito à sexualidade, à contracepção e ao aborto.

1. O FEMININO E A PROBLEMÁTICA DO ESPAÇO URBANO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS

A discussão inicial deste trabalho foi causada por indagações acerca das representações e problemáticas em volta do feminino e a transitar no espaço urbano com o olhar pautado no delineamento das esferas pública e privada. Procurou-se aqui estruturar certas referências importantes para se refletir as mudanças que as mulheres vêm passando no decorrer do século XX, como um desenvolvimento que se constitui por acumulação e que tem propiciado uma maior participação em novos âmbitos sociais, simultaneamente com a reorganização de sua vivência privada, processos que se fomentam reciprocamente e são indissociáveis da modernidade da sociedade.

Procurou-se analisar as relações de gênero como motivos centrais na formação do espaço, e que a História uma ciência que examina a ordenação e construção do mesmo deve alargar suas análises acerca das relações de gênero, compreendendo-as como componente dos hábitos e convenções espaciais que viabiliza esclarecer a estruturação histórica das sociedades, neste sentido, o espaço deve demonstrar a organização de poder entre os gêneros.

As ponderações que seguem no decorrer do capítulo têm como sustentáculo uma análise teórica e historiográfica, com disposição de relacionar o espaço urbano e o gênero na qualidade de categoria analítica, considerando-se, que os representativos que analisam essas temáticas vêm aumentando, tornando mais abundante a discussão desse modo de analisar as dimensões históricas. Cabe ressaltar que para um melhor entendimento da temática proposta utiliza-se como base teórica a concepção de espaço e de gênero, no entanto, a designação do último só será aprofundada de fato no capítulo posterior.

Na medida em que a análise da compreensão de gênero nas abordagens urbanas é vinculada através das hierarquias organizadas pelo patriarcado, e os papéis são a elucidação social e cultural do que é adequado para cada sexo, a cada atribuição de gênero uma esfera, o lar ou a cidade, o privado ou o público. As demarcações de funções, âmbitos e incumbências de cada gênero passam a ser “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as

diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”²⁰.

Como efeito dessa elaboração cultural e social dos papéis de gênero, a fragmentação sexual determina às mulheres atribuições, encargos, comportamentos e normas delimitadas como inerentes ao seu gênero, especificamente a preservação do lar e as funções acerca da família. Os desempenhos são relativos ao conjunto de vínculos e ligações que dividem e demarcam as apropriações dos lugares. A interpretação do que é ser mulher ou ser homem é recorrente das relações de poder que se elaboram em estabelecidos âmbitos sociais e que, igualmente, perfazem em espacialidades distintas pelas premissas de gênero. E, se os aspectos dos lugares são, bem como os atributos entre os gêneros, construídos de modo cultural, podemos dizer que o espaço urbano é produto social.

Dessa maneira, os entendimentos de gênero podem ser expostos como elemento adequado à atribuição social das cidades. Como esclarece Henri Lefebvre, “as cidades são a projeção da sociedade em um determinado espaço”²¹. À vista disso, colocadas em uma cidade marcada por vínculos patriarcais, as cidades simbolizam esses vínculos em seus traços, organizações e espaços físicos. É relevante enfatizar que o patriarcado é analisado como um acordo social que “cria direito político dos homens sobre as mulheres”²² e determina o alcance persistente dos seus corpos. As distinções sexuais entre mulheres e homens são, desse modo, alteradas em distinções políticas, gerando autonomia ou subordinação. A autonomia como característica do homem e a subordinação como aspecto feminino.

Portanto, diante da conjuntura da compreensão sobre papéis e relações de gênero nos espaços urbanos para entendermos seus valores, sociabilidades, vivências e a disposição de novas condutas e normas. Tendo em vista que a experiência dessas mulheres que estiveram postas no processo de transformação nas cidades são encadeamentos que colaboram com a tessitura das conjunturas sociais, culturais e políticas concebidas no Brasil na década estudada.

Sendo, dessa forma, a cidade “um centro privilegiado, núcleo de um espaço político”²³ e, por outro lado, a designação do espaço urbano, atravessa, mas sobrepuja a concepção do que é cidade. Diz respeito a um processo social que envolve as relações sociais tendo a cidade como centro. Em outros termos, o urbano pode ser determinado como o processo que estabelece o

²⁰ SCOTT, Joan. *op. cit.*, 1990, p. 21.

²¹ LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

²² SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 57.

²³ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001, p. 30.

tecido social vigente na cidade, a centralidade, os vínculos e funções executadas por “seres concebidos, construídos ou reconstruídos pelo pensamento”²⁴. Trata-se, igualmente, de lugares em que as convicções e ideias se materializam, seus espaços devem, não somente reproduzir divergências de gênero, como ao mesmo tempo reiterá-los.

O vínculo do quesito social e da separação dos sujeitos no espaço é prevalecente, no entanto, não tencionamos sintetizar o conjunto de questões à outra, o que poderia nos dificultar na compreensão da diversidade das circunstâncias espaciais. A distinção de gênero é caracterizada em toda a sociedade, não sendo uma dificuldade específica ao espaço urbano. Nas palavras de Milton Santos “as condições geográficas são indubitavelmente, condições sociais, porém de um tipo particular”²⁵.

As mulheres ao longo dos anos de 1970, não obstante ao seu posicionamento subordinado/insubordinado no interior do espaço urbano, foram capazes de se inserir no espaço urbano e público, de alcançarem outros âmbitos como o mercado de trabalho, a conjuntura política e dentro dos vínculos domésticos e familiares, percorrendo na procura da obtenção da cidadania. Concomitantemente, ocorreu um intenso desenvolvimento de urbanização no Brasil, sendo as cidades o recinto de convivência social percebido pelos próximos períodos.

Nesta perspectiva, procuramos abordar o espaço urbano como um local de viabilidades sociais, econômicas e políticas para as mulheres, todavia, ao mesmo tempo como um espaço androcêntrico. Tal designação concerne à formação social da mulher e do homem e não somente de uma característica natural ou biológica. Encaminhando-se deste raciocínio, somos capazes de especificar aspectos sociais determinados no decorrer da história ao ser feminino como sensibilidade, fraqueza, já para o ser masculino a coragem, virilidade e determinação.

Vale pontuar que quando utilizamos a concepção de gênero ou relações de gênero estamos abordando as relações de poder entre o feminino e o masculino. A designação de gênero atribui a formação social da identidade sexual, formação que determina aos sujeitos distintos papéis, liberdades e possibilidades, em conformidade com o seu sexo, já o sexo concerne às dissimilaridades de biológica entre mulheres e homens. As diferenças de gênero são organizadas hierarquicamente, a constituição social do ser homem tem uma relevância superior que a constituição social do ser mulher. Assim, o gênero é essa formação social, “por vezes

²⁴ LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins.** - Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1999, p. 54.

²⁵ SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1998, p. 108.

pode determinar ou limitar às pessoas direitos e oportunidades, que também são expressos no território urbano, no sentido de acessos, usos e pertencimento”²⁶.

Muitos(as) historiadores(as) consideram que os problemas sofridos pelas mulheres como, por exemplo, a desigualdade e a sujeição se manifestam essencialmente na segregação sexual do trabalho. Claramente, existe uma organização de produção e reprodução, visto que a história tradicional do Ocidente por bastante tempo referiu o trabalho fora do lar como predominantemente de encargo masculino, sendo efetivado no espaço público e urbano, já o trabalho dentro do lar concedido principalmente às mulheres no espaço privado.

A realidade é que na história as mulheres permanentemente trabalharam como, por exemplo, “no campo, na indústria bélica, porém, o marco da divisão sexual do trabalho está relacionado com a disputa e conquista dentre as profissões tidas como masculinas e urbanas”²⁷, procedimentos que foram graduais e estão relacionados com a urbanização. Sendo assim, tem uma lógica e conformidade com a consolidação desta. A socióloga Heleieth Saffioti similarmente pontua que, referente a mulher brasileira:

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tenha passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior²⁸.

Ao se referir às novas condições para as mulheres possibilitadas pela urbanização, entre demais circunstâncias, é relevante abordar sobre a classificação binária e vigorosa dos espaços sendo, de um modo, público, estruturado e coletivo e, de outro modo, o seu antagônico, privado e que desconsidera os espaços e conjunturas de mudanças.

Dessa forma, necessitamos mostrar como há nivelamento das mulheres na realidade urbana, em que é acentuada pelos modelos de gênero, elaborados pelos estigmas vinculados às mulheres. Essas são apresentadas por relações binárias de cunho público e privado, espaço urbano e espaço doméstico, na perspectiva de reforçar o que seria a esfera adequada para a mulher e a esfera do homem, “ambas, construções ideológicas que afetariam diretamente a estrutura espacial urbana, afirmadas pelos modelos de zoneamento urbano, também associado à última crítica”²⁹.

²⁶SUMI, Camilla Massola. **A cidade na perspectiva do gênero: as políticas públicas urbanas 1990-2015 na cidade de São Paulo**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2018, p. 27.

²⁷PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 10.

²⁸ SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 179.

²⁹ SUMI, Camilla Massola. op.cit., p. 59.

Neste ponto de vista, os lugares não seriam somente como instituições sociais e físicas, porém, ao mesmo tempo organizações que delimitam o lugar adequado para homens e mulheres, sendo a classe social, a etnia e a sexualidade fatores que poderiam fragmentar homens ou mulheres de um determinado lugar.

Esta análise sobre a cidade dupla, aqui compreendida não só como crítica à reflexão do capital ante o espaço urbano e seus efeitos segregativos, mas igualmente como vínculos que influenciam outros assuntos, como os de gênero. Por essa razão, é relevante fortalecer que as distinções de gênero estão vigentes na configuração das cidades, o que resulta em benefícios e a conjuntura de uma cidade pautada na supremacia masculina. No entanto, é necessário tomar uma certa precaução com relações simbólicas, que podem reforçar estigmas de gênero como as questões binárias de público/privado, masculino/feminino, lar/cidade.

O reforço dessas ideias naturalizadas por instituições patriarcais, em muitas ocasiões, pode surgir no espaço jurídico e de políticas públicas, isto é, a partir de significações em conjunturas inadequadas, linguagens e proporções depreciativas, inserindo, essencialmente as mulheres e demais grupos sociais que estão na condição de invisibilidade, em circunstância subalterna. Em vista disso, estes não angariam somente solucionar os assuntos da esfera privada, já que as exigências urbanas sofreram profundas modificações no decorrer dos últimos anos, em alguns momentos exercidas pela rigidez do trabalho, em outros pelos próprios modos de ocupação da cidade e que estão cada vez mais variados e diversificados. A discussão se volta para a reivindicação por direitos, tanto no espaço público como no privado, como David Harvey considera que "o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado (...) A própria definição de direito é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo"³⁰.

A fragmentação de papéis de gênero na qual o poder é destinado e realizado pelos homens define a forma de estruturação social do patriarcado, sendo no decorrer dos anos fundamentada de muitos modos. O essencial deles se sustenta na presença de uma natureza feminina e outra masculina, de característica genética e permanente, que distinguiria os seres humanos em dois gêneros de acordo com aspectos e capacidades próprias. Este ponto de vista ligado a uma determinação biológica e a uma fragmentação binária do gênero foi grandemente contestado por estudiosas feministas, que refletiam que as condições de feminilidade e

³⁰ HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 20.

masculinidade são elaboradas socialmente em um determinado tempo e lugar, e que podem diversificar nos distintos cenários.

Em um argumento radical para refletir as categorias de gênero para além da questão binária feminino e masculino e suas reproduções, a filósofa Judith Butler argumenta que:

O gênero não é exatamente o que alguém é, tampouco é o que alguém tem precisamente. O gênero é o aparato por meio do qual tem lugar a produção e a normalização do masculino e do feminino junto às formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume³¹.

Consideravelmente Judith Butler esclarece que o gênero como regra se estabeleceria como um modo de poder social criador da área inteligível dos indivíduos. A regulamentação do gênero definiria, desse modo, aquilo que somos aptos a integrar e acolher socialmente. A justificativa da filósofa é demonstrar aquilo que se assegura como realidade objetiva, mas que é grande parcela uma construção discursiva, não isenta. Em outros termos, não se refere a um acontecimento da natureza, posto e imutável, mas sim de uma série de regras determinadas socialmente.

O debate acerca do gênero e suas significações sociais tem uma perspectiva necessária para essa discussão. Ele demonstra o modo como a segregação entre o espaço público como âmbito masculino e o espaço privado como âmbito feminino surge dessa construção discursiva, na qual procura naturalizar atribuições femininas e masculinas, relacionando-as às suas oportunidades de livre inserção no espaço urbano e na vida social e política.

Já para Gillian Rose, uma importante geógrafa britânica, aborda como as mulheres, tidas como biologicamente vulneráveis e passivas, não se encontravam competentes a enfrentar os riscos da rua e deveriam permanecer defendidas e empenhadas às atividades da casa, distante do âmbito masculino repletos de trabalhos e incumbências políticas:

O domínio do público e do político foi construído como um de racionalidade, individualidade, autocontrole e, portanto, masculino, uma vez que apenas homens poderiam ser indivíduos racionais plenos, livres de relações passionais. [...] Através da “masculinização” do corpo político, o espaço público era também representado como uma arena masculina³².

Outra importante estudiosa que analisa essa temática é a historiadora Rachel Soihet, que analisa a respeito da vivência das mulheres nos anos finais do século XIX e começo do século XX. As considerações de seu trabalho, exercido através de impressos e indagações policiais, e

³¹ BUTLER, Judith, **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu, n° 42, Campinas Jan./June 2014, p. 253. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332014000100249&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 de junho de 2020.

³² ROSE, Gillian. **Feminism and geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge/ Oxford: Polity Press, 1993, p. 35-36.

que evidenciou os inúmeros intentos em normatizar e coibir a atuação das mulheres nas esferas públicas:

Especificamente sobre as mulheres recai uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantisse apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos. A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaura, com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres³³.

No que concerne ao espaço público enquanto constituinte da vivência política, Hannah Arendt esclarece que “para nós seres humanos, a aparência, aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, constitui realidade”³⁴. Ao possuírem sua presença limitada ao espaço público e terem seus papéis vinculados ao espaço privado, é dissipada às mulheres a oportunidade de admissão e legitimidade. Nessa perspectiva, Henri Lefebvre acrescenta que “quando o espaço urbano arquitetônico atende a uma demanda social de empreendedores e de autoridades, ele, o espaço, está contribuindo ativa e abertamente para a reprodução das relações sociais. É espaço programado”³⁵.

1.1 A incorporação e a visibilidade feminina na historiografia

Pensar acerca das mudanças que ocorreram nas atuações femininas e nas relações de gênero, através da interpretação daquelas que vivenciaram esta existência cotidianamente, é oferecer fala a quem efetivamente identifica as variações e reveses de ser mulher na contemporaneidade, inserindo-as não somente na condição de objetos, mas, especialmente, na posição de sujeitos da história. Contudo, é fato que as mulheres jamais ficaram totalmente omissas dos eventos históricos, apesar da historiografia considerada clássica as ter desprezado. E, é por essa razão, que estudiosos(as) têm aos poucos se encarregando com pesquisas em relação à história das mulheres e suas batalhas em ordens civilizatórias. Por isso, existe um vínculo entre o espaço público/privado e o gênero que necessita ser analisada, divulgada, reformulada, já que a história androcêntrica³⁶ produziu o imaginário do sexo vulnerável, da fraqueza feminina e da submissão ao masculino.

³³ SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362.

³⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer, -10. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 59.

³⁵ LEFEBVRE, Henri. op. cit., 1999, p. 245.

³⁶ “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la [...]”. Cf: BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003, p.18.

A atual inserção das mulheres na historiografia tem demonstrado não unicamente ocasiões excepcionais da atuação feminina nos eventos históricos, mas igualmente uma ampliação do respectivo debate historiográfico, ainda rigorosamente construído para refletir sobre o homem, sujeito universal, ou também, os desempenhos particulares e hábitos coletivamente masculinos. De maneira que aparentemente a história nos divulgasse somente sobre os homens e dos seus feitos, onde em linhas limítrofes os discursos históricos ofereciam a participação feminina. Isso quer dizer que:

Subsistem muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas tivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento³⁷.

Assim sendo, não é imprevisivelmente que buscamos refletir como esse silêncio foi lentamente sendo quebrado e, posteriormente, demonstrar como efetuou-se o percurso na elaboração do campo historiográfico a respeito das relações de gênero e da história das mulheres no Brasil. Uma trajetória que foi indicada por debates, contestações e apropriações, principalmente, os estudos desempenhados para a formação dessa área na década de 1970. Um período na qual sucederam modificações na historiografia, onde as extensas análises em que os poderosos senhores preenchiam os acontecimentos, concediam espaço para estudos e categorias sociais até o momento silenciados da sua atenção. E acrescido a esses avanços, há similarmente a preponderância da segunda vaga do feminismo, acontecido no decorrer dos anos finais de 1960, de que sucedeu um fecundo intercâmbio, incluindo as mulheres no lugar de objeto e sujeito da história.

No entanto, os estudos sobre as relações de gênero e as mulheres no presente se contrapõe com o percurso complexo que a esfera acerca do gênero encarou no âmbito historiográfico. No campo das ciências humanas, “a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de mulher ou de mulheres como categoria analítica na pesquisa histórica”³⁸. Dessa maneira, a trajetória, constantemente acautelada, bem como o controle da área por delimitadas interpretações de análise, tardaram expressivamente o progresso de questões e debates.

A maior parte desse retardamento é devido à característica universal concebida ao sujeito da história, executado pela excelência masculina. Em relação ao questionamento e a

³⁷ PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 09.

³⁸ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 289, 2007.

demasia de discussões sobre acerca das mulheres podemos destacar as considerações de Michelle Perrot:

As mulheres foram mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam³⁹.

As formulações teóricas concernentes à História das Mulheres apresentam-se relacionadas a dinâmica de mudança da história e o surgimento de recentes estudos e concepções, em que associadas “à explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são atribuídas à condição de objeto e sujeito da História”⁴⁰, determinando assim a urgência de abordagens sobre as mulheres na historiografia. O silêncio e a escassez teriam de ser vencidos a partir do ativismo do movimento feminista, procurando evidenciar o papel e o indício, nivelada pela tendência universal de reduzir a espécie humana a categoria “homem” no decorrer da trajetória dos eventos históricos.

A ampliação e o desenvolvimento das temáticas apresentadas pelas considerações de gênero foram seguidos por alterações dos estudos temáticos, teóricos e conceituais, onde além de argumentar com as referências históricas habituais, aparecem introduzindo recentes indagações com o objetivo de expandir pontos de vista referentes às acepções da história sobre as mulheres.

As pesquisas acerca das mulheres emergiram de acordo com o entusiasmo do feminismo, o que se pode investigar até então é que, lentamente, a análise de gênero ocupou distintas áreas de estudo, dando abertura para viabilidade investigativa e de ordenamento na década de 1970. Um dos trabalhos historiográficos referentes à relação de gênero e história das mulheres no âmbito nacional é o de Maria Beatriz Nader e Lívia A. Silveira Rangel, na qual as autoras buscam avançar no campo das conceituações teóricas debatendo o nascimento e a emergência do termo gênero nas ciências humanas:

Os estudos de gênero, nascido no seio do Movimento Social Feminista dos anos de 1970, explicam que a utilização do conceito de gênero tem ajudado a desmascarar os processos sociais de construção do que se considera como identidade feminina. Originado do latim *genus*, o significado do termo gênero, dentre outros sinônimos, quer dizer o conjunto de espécies ou agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, ideias, que apresentam certo número de caracteres comuns, convencionalmente estabelecidos⁴¹.

³⁹ PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 11.

⁴⁰ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. op. cit., 2007, p. 285.

⁴¹NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. Vitória: EDUFES, 2014, p. 11.

Os assuntos incorporados pelo movimento feminista, apesar de atravessadas por sucessivos conflitos e distanciamentos, reconduziram os mecanismos identitários, deram notoriedade às mulheres como objeto da História, questionaram sobre as feminilidades e masculinidades, o que concedeu contribuições para a elaboração da designação de gênero e sua inserção aos temas atuais. Desse modo, as modificações na historiografia, vinculadas à irrupção do feminismo, ao longo dos anos de 1970, conceberam atribuição essencial ao desenvolvimento na qual as mulheres são colocadas como sujeito e análise, indicando a necessidade das mulheres na escrita da História.

Nessa perspectiva, a atual incorporação das mulheres no espaço historiográfico tem disseminado não somente pontos definidos dos aparecimentos femininos nos episódios históricos, mas igualmente uma ampliação do respectivo discurso historiográfico acerca da emergência e o desejo de perceber sujeitos até então silenciados da escrita desse campo de saber. Aqui no Brasil, a utilização da definição de gênero despontou na composição historiográfica com a interpretação de *Gênero: uma categoria de análise histórica*, de Joan Scott, e, também, desde a disseminação de análises produzidas por historiadoras brasileiras. Argumentado de diversificadas formas, a aplicação da definição fomentou, a partir dos anos, discussões, questionamentos e concepções múltiplas que abrangem a mulher.

Na famosa obra de Joan Scott em relação ao uso das temáticas de gênero como categoria de estudo histórico, o conceito de gênero é determinado como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”⁴². Uma análise relevante para a compreensão do aspecto cultural e histórico dos vínculos de gênero na segmentação de funções, no âmbito doméstico, na sexualidade e em várias características do ordenamento social. Dessa forma, ao romper com a tradicional identidade feminina, inserindo-a no espaço das ligações sociais de dominação, a definição de gênero transformou-se em um recurso expressivo para as empreitadas do feminismo e, sobretudo, no âmbito do reconhecimento de ânsias dos direitos das mulheres.

Um dos mais relevantes subsídios historiográficos foi a de Joan Scott, onde se retrata a característica estritamente social de diferenças aparentemente sexuais, de modo mais integral, a respeito das orientações passadas, pelo motivo de sugerir uma abordagem mais intenso do desempenho do gênero nos vínculos sociais dos sujeitos e, assim, associar a ideação social com a concepção de poder. Por essa razão, é determinado as suposições de proporção entre gênero e poder por essa autora:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da

⁴² SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, 1990, p. 75.

oposição homem/mulher; ele também o estabelece. [...] Desta maneira a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro⁴³.

Atribui-se, desse modo, que gênero, como concernente às relações sociais entre homens e mulheres, é elaborado em atividades discursivas e possibilita determinar os aspectos femininos e masculinos nas organizações de poder. Por esse motivo, esse conteúdo tem sido destinado no espaço do pensamento teórico e crítico, também utilizado como uma concepção de abordagem relacional, viável de oferecer uma perspectiva mais abrangente a respeito da construção de diferenças e vínculos generificados, na qual coincidem nas diversas categorias da sociedade, como a cultura, a esfera familiar e a política.

Os esforços pela autonomia feminina ao longo do século XX, colaboraram para a abertura do aparecimento de direitos relativos às mulheres. Os efeitos não decorreram de imediato, foram muitas tentativas para que, progressivamente, se modificasse a direção da esfera política, jurídica e social em relação a elas. Por longos anos a mulher foi impossibilitada de atuar efetivamente no espaço público, lutas pela emancipação feminina no século XIX, contribuíram para o início do surgimento de uma legislação referente à mulher. Os resultados não ocorreram de uma vez, foram muitos esforços para que, gradativamente, se mudasse o rumo da instância jurídica, política e social referentes à mulher. Por muito tempo a mulher foi impedida de participar ativamente da esfera pública, niveladas no silêncio:

As mulheres não estão sozinhas nesse silêncio profundo. Mas ele pesa mais fortemente sobre elas, em razão das desigualdades dos sexos. Esta desigualdade é o primeiro dado sobre o qual se enraíza um segundo dado: a deficiência dos traços relativos às mulheres e que dificulta tanto a sua apreensão no tempo, ainda que esta deficiência seja diferente dependendo da época. Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa⁴⁴.

Pode-se certificar que, até recentes anos, a narrativa feminina, especialmente aquela realizada em concordância com a ideia de gênero, estava ausente da historiografia brasileira. O vácuo, resultante da antecedente história tradicional, por conseguinte, não restrita na elaboração da escrita nacional, foi encarregado pelo silenciamento de uma série de elementos históricos, tidos como marginalizados afônicos. As mulheres estavam presentes entre as minorias historicamente esquecidas, o seu papel tradicional de esposa e mãe desfigurou a sua representatividade, suas atividades e percepções eram condicionadas ao regramento social. O seu modo de criação, processos de subjetivação, era marcado pela família, pela domesticação no século XX, que “levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços a seu ponto

⁴³SCOTT, Joan. Op. Cit., 1990, p. 95.

⁴⁴PERROT, Michelle. op. cit., 2005, p. 11.

máximo. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a maternidade e o lar a delimitam totalmente⁴⁵.

No anseio de alterar as visões históricas tradicionais, deu-se a ampliação de episódios históricos através de diferentes sujeitos. Na situação das mulheres, procura-se apresentar a sua influência na história, inserindo-as como propósito fundamental de investigação, e, para isso, a categoria de gênero é utilizada para metodizar o quesito da distinção sexual, das ligações de dominação entre homens e mulheres. Pesquisar sobre a história das mulheres presume a atribuição de campos analíticos para a compreensão das relações de gênero, atravessadas por vínculos de poder. Ao explorar a história das mulheres, sua presença nos cenários de grande relevância da história, essas categorias intensificam-se em grandeza e prestígio.

Para rescindir com as convenções sociais que desconsideravam e dificultavam sua emancipação foi que a mulher se estabeleceu em movimentos, por intermédio da qual batalhava por ideais inovadores que mostravam o seu descontentamento quanto ao obsoleto a respeito da mulher. Uma das mais relevantes contribuições das historiadoras engajadas foi Joan Scott, com a descrença das vertentes historiográficas centradas em um sujeito universal. Em que estimem suas dedicações no ponto de vista de colocar as mulheres em uma história que, por certo, as omitia, a oposição estabelecida apresentou-se inevitável. Joan Scott considera que:

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história. Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco, por isso reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu ou teve importância no passado⁴⁶.

Sendo assim, quando as mulheres eram levadas em consideração na história, isto é, quando eram demonstradas em episódios e com a presença em espaços públicos, algumas reflexões introdutórias de incorporação das mulheres emergiram uma condição repleta de dubiedades. Já que, a pretensão de que a história estivesse preenchida com referências sobre as mulheres correspondia a certificar não apenas o aspecto impreciso da disciplina, como também que o poder que os historiadores possuíam do passado era tendencioso. Veracidade, impreterivelmente subversiva, visto que delineava a recusa do sujeito como configuração universal.

Ainda segundo Joan Scott, a história das mulheres tem um dinamismo teoricamente analítico, uma rigidez que provoca e desestrutura os princípios disciplinares deliberados,

⁴⁵ PERROT, Michelle. Op. Cit., 2005, p. 198.

⁴⁶ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. Op. Cit., 1992, p. 77.

sobretudo, dado que este modelo de história critica a prevalência oferecida à história essencialmente masculina. Seu impulso reverberou e auxiliou para o discurso da identidade coletiva que possibilitou o movimento feminista dos anos de 1970 e, principalmente, contribuiu com a compreensão de argumentações constituídas e evidenciadas pela narrativa histórica, onde, de acordo com ela, a começar do momento da negação da notoriedade das mulheres perdura similarmente sua sujeição e sua representação apática da atuação dos outros sujeitos da História, “que derivam seu significado de contrastes internamente estabelecidos e não de alguma antítese pura ou inerente”⁴⁷.

Em síntese, importa compreender como ocorre o esquema de influências vigentes na formação e efetivação de significações na sociedade. Trata-se de entender a política que está implicada, ou seja, constatar de quem é o empenho em regular ou contrariar os sentidos e qual o caráter do mesmo. Prosseguir com a reprodução da lógica histórica como tem sido realizada, com o distanciamento e a sujeição das mulheres, revela uma política que menospreza e naturaliza alguns grupos e refreia algumas temáticas, assevera e faz executar, por exemplo, o gênero. Por esse motivo, temos que realizar o estudo do desenvolvimento nas quais as acepções são criadas e como nós formamos os significados são ações políticas. Dessa maneira, o encargo da História sobre o tema de gênero é, de acordo com Joan Scott:

Historicizar o gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento⁴⁸.

Devemos, desse modo, recusar o aspecto permanente e estático da contradição binária, necessitamos de uma desestruturação e historicização vasta das definições da distinção sexual. Temos que nos manter mais cautelosos e vigilantes nos nossos termos de abordagem e o objeto que desejamos investigar. É necessário também achar os métodos de subjugar, sem cessar, as nossas posições ao questionamento, as nossas próprias categorias à erros e acertos. É essa a provocação que a ideia de gênero emprega para a História, um bom meio para se refletir sobre as maneiras hierárquicas de desigualdade, como as incorporações e restrições foram elaboradas, para ser uma ferramenta proveitosa na formação de uma sociedade com vínculos mais igualitários no que tange a mulheres e homens, indivíduos históricos de análoga importância na organização das sociedades.

⁴⁷ SCOTT, Joan, Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994, p. 21.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 25.

Judith Butler similarmente indaga sobre a explicação do gênero como análise ao conjunto de conhecimentos e informações do sexo, contribuindo dessa maneira com a intensificação do debate e a sofisticação teórica em estudos de gênero. Pode-se verificar que esta estudiosa tomou como ponto de partida as incoerências produzidas pelo feminismo pautado na oposição binária masculino/feminino. O “sexo” é, segundo Judith Butler, está conjecturado como ordem formulada por normas, regras e preceitos. Ele atua como mecanismo de conduta e mecanismo regulatório que fornece os corpos e os controla. Em seu entendimento, a percepção de sexo é idealizada por diversificadas expressões ao mesmo tempo em que a desigualdade sexual é, coincidentemente, indicada e concebida por práticas de argumentação silogística. Em suas palavras:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo⁴⁹.

Nesse sentido, existe uma variedade e uma série de alterações em gênero que não se deve limitar somente às relações binárias, entre homens e mulheres, visto que, como a própria Judith Butler argumenta, o gênero é constituído através de junções de categorias étnicas, raciais, classistas e regionais de identidades formadas a partir de práticas discursivas. Com o resultado da persistência precipitada em um sujeito fixo do feminismo, entendido como uma esfera única das mulheres, cria, forçosamente, várias relutâncias em acatar essa categoria. Essas forças de recusas demonstram os efeitos compulsórios e normatizadores dessa ideação, ainda que essa ideação seja formada com objetivos libertários. Esse argumento não quer dizer a decadência do feminismo, pelo contrário, nos auxilia na reflexão sobre como o movimento feminista está em permanente modificação, isto é, estabelecendo-se na contingência.

As diferenças presentes entre os posicionamentos mencionados estão distantes de serem evidentes, sendo capaz de cada um deles ser entendido como a indagação da interpretação do gênero na conjuntura de discordância historicamente produzida. As probabilidades concebidas da concepção de gênero não acabam nas opções acima propostas. O conjunto de problemas do estudo feminista acerca do gênero é marcada pela existência, de um modo, de pontos de vista que conjectura o gênero um aspecto secundário das pessoas, e de outro, de posicionamentos que alegam ser a própria convicção de pessoa, uma elaboração masculinista e uma vantagem

⁴⁹ BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24.

que elimina realmente a viabilidade semântica e organizacional de um gênero feminino. Essas ambiguidades tão intensas acerca da noção de gênero determinam a emergência de rever criticamente as categorias da identidade na conjuntura dos vínculos de uma assimetria do gênero.

Um dos traços mais notáveis da década de 1970, no cenário brasileiro, está na contradição entre o passado e presente, com uma busca profunda do recente e a decorrente negação do antigo. Por consequência disso, nos leva a sustentar a perspectiva de que no século XX ocorreu um processo de frequentes mudanças em costumes, hábitos e atribuições que os sujeitos exerciam. Não devemos mais pensar em protótipos totalmente inflexíveis e resistentes que se tencionam a desempenhar tanta heterogeneidade. O sentido moderno é definido pela ruptura, a brevidade e o reconhecimento da diversidade. Esse recente contexto se manifesta em um vasto de contrastes, sobretudo no que diz respeito à categoria mulher. Estas, que em distintos períodos estavam em condição de isolamento e exclusão, a partir desse momento são constantemente requisitadas a dominar novos espaços, propiciando a reorganização social em vários âmbitos.

1.2 A concepção espacial da cidade: Teresina e a configuração no cenário de 1970

Como indicado na introdução, este trabalho tem como foco o recorte espacial da cidade de Teresina/PI nos anos de 1970. Este espacial é resultante de um desenvolvimento em que se sustentou um levantamento introdutório do processo de modernização, motivador de mudanças nos modos de ser e viver em vários lugares do país, e que entrou na capital do Piauí ocasionando modificações no campo político, econômico e, principalmente, na esfera social. Este processo modernizador e de mudanças urbanas motivou de maneira categórica o entendimento do mundo e a compreensão dos sujeitos sobre a sociedade que estava emergindo no país do século XX, no caso de Teresina, a partir da segunda metade do século XX.

Trata-se de uma interpretação que ratifica a tradicional perspectiva historiográfica que reconhece a mudança urbana desenvolvida na capital do Piauí ao longo da metade do século XX, aqui, entendido como uma proposta de natureza excludente e impositiva, já que tinha por objetivo aburguesar a esfera urbana em decorrência das classes menos abastadas. Contudo, destacar somente o ponto de vista da mudança é uma análise simplista, pois, é quase impossível distinguir os diferentes planos de transformação que se executaram em Teresina no período, sob parâmetros distintos. Entendemo-nos como um grupo monolítico na efetivação do objetivo

em afastar as camadas populares do centro da capital, em uma efetiva rede elaborada pela burguesia e arranjada por Alberto Tavares Silva⁵⁰.

Nesse ponto de vista, esta concepção nos motiva a refletir a ação do instrumento do poder disciplinar nessa tentativa normatizadora da cidade, similarmente aprofundado por Michel Foucault. Em seu estudo, ele diz que a disciplina é “antes de tudo, a análise do espaço”. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório⁵¹, a ordenação do espaço é o ato que insere maior monitoramento e domínio em relação aos sujeitos, é a prática que certifica o andamento do poder disciplinar acerca dos corpos e das mentalidades, sobre as condutas e valores, bem como as relações sociais. É uma série de normas, estratégias e preceitos na qual o resultado é a regulamentação dos comportamentos na rotina social da capital.

Como destaca Michel Foucault, a disciplina é um recurso político, um método da dinâmica e poder “que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII⁵². Refere-se, seguindo com a abordagem do autor, a um modo de “gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-los ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los⁵³. Nessa lógica, as substanciais táticas para desempenhar este poder disciplinador ocorre de maneira clara, isto é, a perspectiva de análise do espaço e a disposição dos sujeitos nele, para discipliná-los de uma forma aperfeiçoada, para construir uma organização de corpos produtivos, de corpos domesticados e subjugados ou, melhor dizendo, corpos “que podem ser submetidos, que podem ser utilizados, que podem ser transformados e aperfeiçoados⁵⁴”.

⁵⁰ *Alberto Tavares e Silva* nasceu em Parnaíba (PI) no dia 10 de novembro de 1918. Realizou seus estudos no Ginásio Parnaibano, depois seguiu para Minas Gerais, ingressando no Instituto Eletrotécnico de Itajubá, pelo qual se formou engenheiro civil, eletricitista e mecânico. Em 1947 foi convidado/eleito pelo diretório regional da União Democrática Nacional (UDN) para disputar a prefeitura de Parnaíba. Em março de 1951, na legenda da UDN, foi eleito deputado estadual. Após a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), liderando no Piauí facção contrária à do ex-governador do estado, Petrônio Portela (1963-1966). Indicado pela Arena, foi eleito governador do Piauí em outubro de 1970, em substituição a João Clímaco de Almeida. Além disso, integrando a corrente arenista dissidente em oposição à crescente liderança do então ministro da Justiça Petrônio Portella (1979-1980), em março de 1979 ocupou uma cadeira no Senado, em decorrência da morte de Dirceu Arcoverde.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 106.

⁵² *Ibidem*, p. 105

⁵³ *Ibidem*, p. 105

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 132.

Cabe ressaltar que, ao selecionarmos a cidade como objeto de análise neste tópico, buscamos também estabelecer relação com os trabalhos que refletem sobre as cidades “espaços” na qual aproximam os sujeitos e a coletividade aos seus hábitos e costumes. Nosso intuito foi, desse modo, destacar as vivências femininas da cidade e como elas se refletem de inúmeras formas como resultante do vínculo de culturas e práticas sociais, nas quais produzem e reproduzem usos de espaços de sociabilidades particulares. Portanto, poderíamos dizer que em um deliberado espaço encontram-se simultaneamente vários modos de vivências, relacionadas de maneira direta ou indireta aos grupos sociais que as projetaram. Os grupos sociais na qual mencionamos procuraram expressar a experiência segundo a sua importância específica, que em tese, são premissas contrárias à outra ou se diferem.

Iniciaremos com a indicação de que a cidade não é somente cenário. Não se deve compreender o espaço urbano como um lugar cujos vínculos sociais ocorrem, como um evento rígido, isento e absorto ao contexto de produção. Opondo-se às concepções de cidade como cenário e de cidade como produto, e quando mencionamos sobre espaço urbano e cidade, referimo-nos à perspectiva de uma ideia social analisada conforme o contexto a um período histórico. O ponto de vista que atravessa estes debates é constituído como uma proporção das relações sociais, não apenas como estrutura, espaço físico, mas sim, como formação social que carrega partes simbólicas e que pode ser orientada em outras concepções como, por exemplo, de lugar, paisagem ou território pertinentes. O espaço, de acordo com Milton Santos:

(...) é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetificado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas⁵⁵.

O espaço é encarregado pela reprodução da totalidade social, definida por premissas econômicas, políticas e sociais. Sendo assim, o espaço é elemento trabalhado por primazia, já que sequer outro produto social se estabelece em tal grau acerca do sujeito e suas práticas, o espaço é recorrente, está no cotidiano. Admite-se então que “a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens [e mulheres] e comandam a prática social”⁵⁶.

A concepção de espaço se relaciona a um vínculo particular no mundo, proporção real de um território povoado. É a ação que caracteriza o espaço, uma compreensão do espaço como espaço experimentado, na qual somente se faz lógica através da atuação que ela possibilita,

⁵⁵ SANTOS, Milton. Op. Cit., 2009, p. 109.

⁵⁶ Ibidem, p. 18.

transformando a visão do ideal urbano. O espaço exercido, segundo Michel de Certeau, representava pelo percorrer dos sujeitos. Enfatizando assim, uma diferença entre a cidade, que a concebia como uma linguagem, um ambiente de possibilidades, e a ação de caminhar que a remodelava:

Na conjuntura presente de uma contradição entre o modo coletivo da gestão e o modo individual de uma reapropriação, caso se admita que as práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social. Eu gostaria de acompanhar alguns procedimentos multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos, que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim de fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade⁵⁷.

As formas de vivenciar em uma cidade devem ser constituídas como um modo de vida urbano. Nesse sentido, os questionamentos realizados por Michel Foucault levantaram certas considerações acerca desta pesquisa. As reflexões a respeito da cidade e as experiências cotidianas dos habitantes, que se ocuparam, modelaram e reformularam os espaços foi uma direção viável para o entendimento das dimensões políticas e sociais das narrativas divulgadas pela imprensa. Nessa perspectiva, procurou-se transitar alguns dos vários lugares e vivências espaciais diversas desses espaços. A compreensão e diferenciação dos lugares elaborados através da civilidade, ordem e dos espaços concebidos como cruzamentos para sujeitos em movimento, possibilita realizar uma interpretação dos modos de ocupação que os habitantes faziam dessas espacialidades.

Seguindo tal contexto, no decorrer das leituras efetuadas, não nos permitimos ficar enclausurados ou fechados por concepções e teorias que confinavam as interrogações e prováveis entendimentos a respeito da cidade. De maneira oposta, inúmeras interpretações foram desenvolvidas no decorrer de anos nesse trabalho e vários foram os esforços em entender as cidades e o espaço urbano. Diante disso, não podemos deixar de ratificar como as questões sobre as cidades e as mulheres são bastante enigmáticas, traçadas e engendradas por tempos e espaços históricos distintos, caracterizando-se para o nosso ponto de vista historiográfico como ligações e desligamentos. Apoiado por essa perspectiva, remete-se à “histórias de vidas humanas, merecedoras, portanto, de todo nosso cuidado”⁵⁸.

O esboço da cidade indicava para o embelezamento urbano e sinalizava a assiduidade de instrumentos peculiares da modernização em andamento. Para tal, na capital o cenário da modernidade e do avanço não escapava à norma e apresentava-se a partir das edificações

⁵⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. I. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ribeiro Alves. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 175.

⁵⁸ GIDDENS, Anthony. **Transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993, p. 25-37

públicas e privadas, carregados permanentemente de manifestações sobre civilização, salubridade, sobre a mudança e o que é belo. Cabe então destacar as reflexões feitas por Jurandir Gonçalves Lima, onde ele aponta que:

A década de 1970 apontava como bastante promissora. Outras obras mereceram destaque: a chegada a Teresina da energia elétrica produzida na Barragem da Boa Esperança no município de Guadalupe no Piauí e a instalação da Universidade Federal do Piauí. Em 1973 houve ainda a inauguração do Instituto de Educação Antonino Freire, antiga Escola Normal; em 1975 houve a criação do Parque Zoobotânico que ampliou e diversificou as possibilidades de lazer e passeios da cidade; em 1976 ocorreu a inauguração da Maternidade Dona Evangelina Rosa, centro médico especializado para o atendimento geriátrico de mulheres grávidas, atendimento esse até então concentrado no HGV. Naquele mesmo ano ainda tivemos a entrega ao público teresinense do Centro de Convenções, espaço onde durante décadas (1970-1990) funcionou uma sala de cinema bastante frequentada pela elite local que não se sujeitava às exibições filmográficas do Cine Rex, quase sempre reservava as exibições noturnas para filmes pornô de público adulto e filmes de ação, cinema bastante frequentado por homossexuais, prática bastante condenável por parte da população conservadora da cidade contingenciada pela forte influência dos dogmas católicos e de outras religiões protestantes⁵⁹.

As observações, feitas pelo autor citado, nos possibilita entender as mudanças que ocorreram na cidade e, simultaneamente, nos remete a concepção de uma Teresina na qual estava se expandindo e progredindo, em outras palavras, experienciando um prolongado desenvolvimento nas características físicas. Essas dinâmicas objetivavam oferecer outras utilizações aos âmbitos públicos, incrementando os acontecimentos sociais nesses mesmos espaços. Como é visto na imagem a seguir:

Imagem 01: Processo modernizador e de embelezamento urbano



Fonte: Arquivo Público do Piauí

⁵⁹ LIMA, Jurandir Gonçalves de. **Memórias Afetivas de Teresina: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000)**. Tese de Doutorado/UFPE. 2016, p. 166.

De acordo com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, essas transformações no espaço urbano desfazem para “construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene e da estética”⁶⁰, isto é, a demolição de espaços públicos antigos modificou as utilizações e hábitos da população, com intentos voltados para a construção do novo, norteador do imaginário do progresso.

Tenciona-se, desse modo, abordar Teresina como centro do projeto modernizante do Estado, enfatizando-se as imagens idealizadas pelos impactos da modernização em seus distintos movimentos. O traçado civilizador desloca um dos iniciais debates em relação às ideias e práticas provocantes da modernidade que são desempenhadas na cidade, através das mudanças urbanas desenvolvidas.

Tal noção de avanço e de modernidade que penetra na capital é visível durante todo o século XX, sobretudo, em meados de 1970, na qual as modificações na cidade foram adotadas pelo governador do Piauí Alberto Silva, um político que possuía como intuito tornar Teresina em um lugar de referência para todo o Estado. Em meio à essa conjuntura, o Major Joel da Silva Ribeiro⁶¹ é eleito como prefeito da cidade, sendo os dois engenheiros e vistos como “técnicos urbanísticos, profissionais que possivelmente detinham o poder de transformar espaço urbano”⁶².

Na década de 1970, a cidade de Teresina passou por mudanças estruturais, e o Estado investiu nela para transformar a capital piauiense em uma cidade moderna, ou seja, uma cidade limpa com amplas ruas, iluminação, praças e espaços sociais. O Estado do Piauí é governado pelo engenheiro Alberto Tavares e Silva, enquanto a capital do estado é administrada pelo engenheiro militar aposentado Joel da Silva Ribeiro. Cabe ressaltar que as eleições para governadores e prefeitos são realizadas na época de forma indireta, e a Assembleia Legislativa aprovou apenas os nomes selecionados.

O governador e os prefeitos indicados Alberto Tavares e Silva e Joel da Silva Ribeiro, nas funções de governador e prefeito, estão empenhados em trazer um novo olhar urbano para

⁶⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 79

⁶¹ *Joel da Silva Ribeiro* nasceu em Guadalupe (PI) no dia 1º de julho de 1928. Em 1949 ingressou na Academia Militar de Agulhas Negras, pela qual foi declarado aspirante a oficial da arma de engenharia em dezembro de 1951. Em 1959 ingressou no Instituto Militar de Engenharia (IME), diplomou-se engenheiro civil e militar em dezembro de 1962. No ano seguinte, fez pós-graduação em engenharia rodoviária na Faculdade Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1966 ingressou na política filiando-se em 1966 à recém-criada Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do governo militar instituído. Com a ascensão de Alberto Silva ao governo do Piauí em março de 1971, Joel Ribeiro foi nomeado prefeito municipal de Teresina. Permaneceu à frente do Executivo da capital piauiense até março de 1975, quando foi substituído pelo novo prefeito Raimundo Wall Ferraz.

⁶² NASCIMENTO, Bárbara Bruma Rocha do. **História, cidade e literatura em A. Tito Filho (1970-1975)**. 2017, p. 49.

a capital, o que até então sempre foi uma razão de constrangimento para os teresinenses. Ocorreram, desse modo, a construção e reforma de muitos projetos investidos na capital. Para eles, é obviamente necessário que a capital de urbanização do Piauí finalmente se desenvolva e avance. A mídia local noticiou o investimento do governo municipal e da gestão. Nesse período, os principais projetos da cidade se destacaram: a construção do Estádio Albertão, bem como a urbanização de vias públicas a exemplo da “Avenida Frei Serafim; a reformas no Palácio de Karnak (sede do governo estadual) e do Teatro 4 de setembro, e a criação de espaços de lazer e sociabilidade”⁶³. Alberto Silva e Joel Ribeiro esperavam trazer a característica moderna de Teresina que viria a destruir a imagem da pobreza e do atraso, visto que a representação da capital é vista como pobre. Por isso era necessário romper com essa imagem, até mesmo a própria população.

Ao longo dos anos de 1970 a noção de avanço seria necessária de ser estimulada no pensamento dos habitantes e, de certa maneira, Teresina passou por várias alterações elementares e assinalou um dos maiores indícios de aumento na população. Conforme exemplifica Bárbara Bruma Rocha do Nascimento:

A população de Teresina na década de 1950 era em média 90.723 habitantes, na década de 1970 esse número quadruplicou, passando para 363.666. E, de acordo com o censo realizado pelo IBGE em 1970, o Brasil, pela primeira vez na história, teve as taxas urbanas maiores que as rurais, evidenciando que o país de uma forma geral vivenciou um processo de urbanização⁶⁴.

As leituras realizadas nos permitem perceber a enorme constância dos símbolos considerados como de caráter moderno e do avanço. Os governadores que posteriormente foram eleitos demonstraram um empenho por planejamentos para a cidade, na procura da modernidade. As transformações analisadas no Piauí no decorrer do governo de Alberto Silva apontam duas perspectivas, no começo verifica-se a tentativa do governador e de seu grupo de impulsionar a economia e a cultura piauiense, com o intuito de produzir mais empregos, lucros e diversões. Todavia, constata-se que havia alguma coisa desigual na capital, alguns fatores se tornam razões de análises.

Neste quadro de entusiasmo, a mídia impressa surge no meio das inquietudes, conflitos e posicionamentos pouco conciliadores, que possuíam como gênese as transformações e interpretações que demarcavam o novo traçado físico da cidade. Podemos citar como exemplo a publicação do *Jornal O Dia*, que aborda as temáticas com teor sarcástico:

Então como diríamos, tudo acontece tão devagar, tão devagar que no dia em que o mundo acabar aí por fora, nós ainda vamos ter um mês para aproveitar a vida. Porque,

⁶³ NASCIMENTO, Bárbara Bruma Rocha do. Op. Cit., 2017, p. 49.

⁶⁴ Ibidem, p. 49.

podem crer, o Piauí vai ser o último a acabar o mundo. Esta é a vantagem do subdesenvolvimento⁶⁵.

Assim sendo, as tentativas exercidas pelos poderes administrativos na perspectiva de impulso do progresso não foram bastante concretas e não foram capazes de negar inteiramente as formas convencionais de engendrar a política no Estado, criando anseios quase nunca atingidos. As avaliações negativas da imprensa destacavam os problemas de se conseguir o avanço no Piauí. Apesar de, frequentemente, os políticos locais e gestores procurarem respostas para alcançar tais objetivos.

A mídia impressa nesse contexto, e em várias outras circunstâncias, é usada para propagar a noção de avanço no pensamento da população, fortalecendo ideais, e construindo significados aos debates governistas, porém, sincronicamente, surge criticando e satirizando as táticas errôneas do governo, além de enfatizar que certos impasses não deveriam fazer parte de uma cidade que se objetivava ser moderna e que deslocava-se em direção ao desenvolvimento, em consequência acautelando os administradores. Desse modo, vale apresentar as considerações realizadas por James Goodwin, na qual ele leva em consideração o modo como o historiador deve tratar a discussão empregada pela imprensa:

Nos textos impressos é que encontramos o discurso construído pelos homens de imprensa, a representação de cidade moderna que publicam, as relações estabelecidas entre as ideias gerais e a particularidade de cada local. É na leitura dos jornais que enxergamos, também, os limites dessa cidade, seja da (in)eficácia de sua implementação, seja nos parâmetros de inclusão/exclusão estabelecidos⁶⁶.

Vale então pontuar que as referências utilizadas são representações da capital, que não são exatamente verdadeiras nem inverídicas, somente coincide com as ânsias de quem produz ou custeia a publicação. Dessa maneira, os jornais nos proporcionam todos esses fatores analisados, não abandonando o ponto de vista crítico, partindo a todo momento dos indícios do passado que estão sempre em mobilidade.

Dessa forma, o processo de mudança era publicado na maioria das vezes para a sociedade teresinense como êxitos concretos, proporcionados e efetivados pelos desempenhos modernizadores. De outro modo, demonstrava a verdadeira configuração ocorrida, isto é, burguesa e impositiva. Elucidando Michel de Certeau os “praticantes ordinários da cidade” ficam omitidos e impedidos de dispor de todos os seus direitos. O aspecto segregador dessas aplicações nas bases de organização urbana indica a característica significativa incluída na

⁶⁵ FOLHA da mãe Ana. O Dia, Teresina, 1 mar. 1977. p. 16.

⁶⁶ JUNIOR, James William Goodwin. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007, p. 20.

dinâmica de modernização de Teresina. As benfeitorias urbanas eram realizadas e disseminadas nos jornais e em textos propagados pelo governo, porém, grande parcela da população não tinha acesso a esses benefícios.

Os modos de exclusão social no espaço urbano brasileiro são históricos. Considerando o caso da cidade de Teresina, podemos analisar que desde o século XIX, a capital da Província do Piauí, posteriormente a capital do Estado do Piauí, no decorrer de sua instauração, viveu/vive quer vagarosos, quer rápidos processos de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Assim como, as modificações urbanas ocasionaram alterações conjunturais e demográficas na área urbana da cidade, prestes a provocar inquietações e discordâncias nos seus distintos sujeitos.

Observando a quantidade e a proporção dessas transformações e os atores sociais que as mesmas incorporaram essas inquietações, em certas circunstâncias e lugares diferentes, colocaram lado a lado duas perspectivas sobre a cidade. Por um lado, uma cidade pautada nos princípios de modernidade e progresso. De outro, uma cidade voltada para concepções baseadas no conservadorismo e manutenção de costumes e práticas. Esse movimento de modernização em Teresina, processo da mesma forma incompleto que afetou o imaginário de grande parcela da população se exprimia, de acordo com Jurandir Gonçalves Lima:

Na tentativa de construção de uma cidade mais bela esteticamente; mais funcional, higiênica, urbanística e economicamente e mais harmônica, cordial, hospitaleira, acolhedora com seus cidadãos, constitui-se como fenômeno que ao tentar se consolidar, encontrava tanto apoio de alas renovadas, como encontrava ‘resistência’ de forças da tradição. Essa resistência, de certa forma, levava a cidade a vivenciar tensões e conflitos em seus atores sociais ou instituições, numa ‘eterna dialética’ da modernização, elemento que transformou Teresina, historicamente, palco de ‘rupturas’ e ‘permanências’ do e no seu ‘movimento’ de modernização, movimento que se agudizou nas décadas finais do século XX⁶⁷.

Neste cenário, vemos as tensões entre a continuidade de tradicionais valores e a introdução de novas práticas ocasionadas pela modernidade. Estes interesses circunspectos e analíticos expressam e caracterizam como o evento da modernização da cidade gerou confrontos e inquietudes, mas igualmente foi capaz de determinar novos comportamentos e normas na população, processo que acarretou também a sobrepujamento de valores vistos como ultrapassados, arcaicos e grosseiros. Em suma, o novo encontra-se como o grande obstáculo para a capital piauiense, uma vez que, nele manifesta-se ou não a rejeição e a preservação dos domínios da tradição da cidade.

⁶⁷ LIMA, Jurandir Gonçalves. Op. Cit., 2016, p. 336.

As conexões com essa modernização realmente ocorreram tanto pela ótica como pela conduta. Em termos visuais, o resultado de projetos e edificações públicas e privadas marcava pela possibilidade que os novos cenários tinham de encantar e entorpecer a mentalidade dos sujeitos, sejam homens ou mulheres, apesar de que algumas dessas construções tenham aparentado ser desagradáveis para os habitantes em certas ocasiões. Assim como, o sonho da capital engendrada ou realizada em novas perspectivas construíram ideais e imagens da cidade fatigantes de extinguir:

Os programas oficiais incluíam formas de melhoria dos serviços públicos que asseguravam a presença de equipamentos e instalações como hospitais e escolas públicas e privadas, teatros, cinemas, clubes sociais e esportivos, praças, parques e passeios, complementando as reformas infra estruturais de estilo sanitaria, estetizante e de ordem técnica organizativa.⁶⁸

Foi nesta conjuntura que se procurou propiciar a introdução do Piauí no cenário desenvolvimentista nacional, apesar de consideradas suas barreiras, foi por sua capital que tal fato iniciou seu fortalecimento. Os anos de 1970 estabeleceram o que poderíamos destacar como “era da civilização planetária, época onde bens, produtos e serviços se “mundializaram” de tal forma”⁶⁹. As aspirações do progresso aparentavam contagiar princípios e hábitos regionais, e com esse ímpeto as autoridades públicas locais puderam realizar metas passadas relacionadas à melhoria de equipamentos e serviços públicos.

Esse ponto de vista acerca do passado traz um espaço urbano que tem todo desenvolvimento histórico entre tradição e modernidade, na qual a vontade de emprego das modificações modernas se agrega com o receio pelo rompimento de valores e pensamentos considerados como tradicionais. É uma capital que constantemente se baseia em centros urbanos mais populosos e mais objetivados cultural e politicamente em esfera nacional. Contudo, o direito às oportunidades de habitação e serviços da cidade ainda é um sonho para grande número de sujeitos teresinenses.

Levando em consideração a pesquisa de Jurandir Gonçalves de Lima, não haveria nenhuma outra similar sobre o Piauí, não somente para engrandecemos nossa bibliografia, mas também colocamos discussões sobre mulheres, jornais e processo de modernização das cidades, ligações ainda pouco comuns na historiografia brasileira.

Esse esforço metodológico nos dá o ensejo de pensar acerca de particularidades ou problemas moderadamente abordados pela historiografia brasileira/regional, como é o caso da compreensão sobre o contexto social da cidade, ideias que várias vezes são determinadas pelo

⁶⁸ LIMA, Jurandir Gonçalves. Op. Cit., 2016, p. 75.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 78.

conservadorismo. Juntamente a isso, procura-se, igualmente, mostrar outras adversidades inerentes à cidade como “desemprego, violência, insegurança, saúde, educação, desigualdades sociais, déficit habitacional, insalubridade urbana, ausência de saneamento básico, epidemias e doenças”⁷⁰, todas essas mazelas faziam parte do cotidiano de Teresina e de outras cidades brasileiras, na qual frequentemente se reivindicavam de seus sujeitos, desde visitantes até administradores e habitantes, respostas e resultados rápidos.

Os transtornos da cidade de Teresina do século XX são bastante similares com algumas cidades brasileiras, ocasionando os seus administradores a agir com procedimentos que motivam as reformas urbanas. E, a formação de acepção realizada pelos jornais elabora a figura de um núcleo urbano assolado de pessoas carentes que auxiliam para a elaboração de um espaço nocivo e perigoso. É a noção de desordem, que se constitui pela ausência de conjuntura adequada de moradia e de higienização e que avançavam a insegurança e difusão de doenças, como já foi observado, as primordiais justificativas usadas pelas autoridades públicas e a elite eram o encanto da cidade, o saneamento e o fluxo de pessoas. Jurandir Gonçalves de Lima diz ainda que o cotidiano urbano de Teresina era composto por enredos e tramas que envolvem “problemas sociais que estão além da pobreza como um dos polos de sua face cruel. Nela têm-se ainda os despejos e seus choros de lamento, os atropelamentos e os ‘vácuos’ familiares”⁷¹.

1.3 Os jornais e as representações do feminino

O avanço dos meios de comunicação se entrecruza de modo complexo com uma quantidade de outros desenvolvimentos que, analisados em sua completude, se conceberam naquilo que designamos de modernidade. Por essa razão, se almejarmos compreender o âmago da modernidade, ou seja, os aspectos organizacionais das sociedades modernas e as circunstâncias da vida e condutas produzidas por eles, temos que oferecer um espaço central ao andamento dos meios de comunicação e consequência. No entanto, é porventura impressionante que, entre as abordagens teóricas das ciências humanas que se importam pelo aparecimento das sociedades modernas, são poucas as que abordam a mídia com a importância que ela faz jus. Porém, em conformidade com Thompson, a razão dessa falta de empenho pelos meios de comunicação, é em consequência de uma determinada hesitação para com a mídia:

Para os teóricos interessados em processos de mudanças sociais ao longo prazo, a mídia pode aparecer como uma esfera do superficial e do efêmero, a respeito da qual muito pouco de alguma importância se pode dizer. Mas há outras razões, mais

⁷⁰ LIMA, Jurandir Gonçalves. Op. Cit., 2016, p. 76.

⁷¹ *Ibidem*, p. 330.

profundamente enraizadas histórica e intelectualmente: quando teóricos sociais hoje refletem sobre os largos contornos de desenvolvimento da modernidade, geralmente o fazem profundamente informados e formados pelo legado do pensamento social clássico. Seus termos de referência provêm de trabalhos de autores que, escrevendo no século XIX e XX, lutavam para dar sentido às sociedades industriais que se formavam em torno deles. Com raras exceções, os pensadores sociais clássicos não atribuíam um papel significativo ao desenvolvimento dos meios de comunicação⁷².

Ainda de acordo com Thompson, só somos capazes de compreender a consequência social do avanço das recentes teias de comunicação e da movimentação de informação, se deixarmos de lado a noção automaticamente aceitável que “os meios de comunicação servem para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com outros permanecem fundamentalmente inalteradas”⁷³. Nós iremos perceber, ao contrário, que a utilização dos meios de comunicação provoca a formação de novos modos de atuação e de relação no mundo social e novas maneiras de relações sociais.

Vale pontuar igualmente a concepção histórica de Tânia Regina de Luca, na qual é analisado que até o começo dos anos de 1970 era escassa a quantidade de pesquisas que caracterizavam os jornais como fonte. Os jornais aparentavam ser pouco apropriados para a restauração do passado, já que comportavam registros segmentados do presente, executado ante influência de interesses, deveres e entusiasmos. Mediante à negligência da centralidade dos periódicos para a construção do conhecimento histórico, várias mudanças foram determinadas no que se refere às técnicas e procedimentos, a concepção de documento e a respeito da categoria da disciplina História. Bem como, em relação ao alargamento do espaço de desempenho do historiador, por intermédio da chegada de recentes temas e relacionado à variação da visão de documento histórico, resultou-se a dar preferência a outras fontes, dentre as quais se destacam: os jornais ao processo de expansão do campo temático do historiador, diz a historiadora Tânia Regina de Luca:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundos, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódio e pelas diferenças⁷⁴.

⁷² THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Editora Vozes Limitada, 2011, p. 13.

⁷³ *Ibidem*, p. 13.

⁷⁴ DE LUCA, Tânia Regina. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**, São Paulo. Contexto, p. 111-153, 2005, p. 113.

O uso do jornal como fonte caracterizou-se como considerável visto que a imprensa nos oferece diversas interpretações para a cidade, essencialmente aquelas que foram propagadas pela modernização, melhor dizendo, essa fonte nos mostra a cidade como uma esfera que necessita ser revelada pela escrita e a análise do historiador. Dessa forma, Teresina nos oferece, através dos jornais, várias oportunidades de reconhecer condutas e práticas vividas pelas mulheres no século XX, sobretudo, na década de 1970.

Sendo assim, a pesquisa tem como suporte a perspectiva de que as narrativas nos jornais impressos são portadoras de preceitos, perspectivas de mundo e condutas, determinando e fortalecendo atribuições sociais a serem efetuadas tanto por mulheres quanto por homens na vivência pública e privada. Dentre essas disseminações do gênero nos espaços, a mídia, aparece como exemplo emblemático dos discursos e visibilidades femininas. Sobretudo, os jornais que agem como espelhos do comportamento feminino e também como incentivadores de mudanças de comportamento, considerando que este meio de comunicação trabalha com uma representação como visão do mundo que pode ou não corresponder à realidade, sobre isso Tânia de Luca nos diz:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere⁷⁵.

Acredita-se, dessa forma, que o jornal pode imprimir valores a setores específicos que a sociedade retrata, isto é, o poder de difundir e reforçar padrões pré-concebidos ou transformá-las. Podendo, igualmente, funcionar como instrumento documental do contorno temporal da década de 1970, nos anos em que Teresina experimentava uma acentuada sequência de modernização demarcadora de recentes práticas e significações das vivências femininas nas múltiplas extensões do social, que encontravam-se frente aos conflitos entre os recentes e arcaicos padrões, sobre o que estava ou não estruturado as normas e valores que eram disseminados socialmente.

A mídia desempenha enorme importância, John Thompson recorda que no decorrer da grande parte da história humana, boa parte dos vínculos sociais ocorreu em uma conjuntura frente a frente, ou seja, os sujeitos interagiam entre si em um âmbito físico partilhado. Todavia, o avanço dos meios de comunicação (face a face, mediada e a quase-interação mediada) modificou os modelos tradicionais de relação social, em que os jornais fornecem como amostra da quase-interação mediada, a partir deste recurso, deve-se, no interior do ambiente do leitor,

⁷⁵DE LUCA, Tânia Regina. Op. Cit., 2005, p. 128.

lançar uma notícia/informação a ele sem que lhe seja oferecida a capacidade de se expressar. Ademais, concedeu recursos pelos quais vários sujeitos podem agregar referências acerca de poucos e, igualmente, “uns poucos podem aparecer diante de muitos; graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido”⁷⁶.

Acompanhando estas diretrizes, podemos pensar os jornais como recurso cruzado pela política, pelos vínculos do poder e do saber. Eles atuam como prestigiados meios de comunicação construtoras das consequências homogeneizadoras reguladoras de posturas e relações sociais. Assim, são recursos excepcionais para a abordagem das modificações e continuidades nos vínculos da sociedade teresinense da época. De fato, com suas estratégias e ferramentas midiáticas, a imprensa incorpora o poder disciplinar. Como esclarece Michel Foucault:

A disciplina não pode identificar com uma instituição nem como um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, das técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia⁷⁷.

Dessa forma, se nos achegarmos ao raciocínio de Michel Foucault, na qual o poder não está no estado, não abrange um local próprio, porém, é algo que vigora, que perpassa a ordem social, que acontece através de relações, que não somente controla, mas, especialmente, produz. Portanto, devemos entender os jornais como substanciais artefatos políticos. Não obstante a política institucionalizada, onde o poder com a expressão com sentido aproximado de estado, porém, uma política que acontece cotidianamente, em todos os vínculos sociais, adversidades e categorizações. O modo como o poder sucede definitivamente, “com sua especificidade, suas técnicas e táticas”⁷⁸.

Michel Foucault ao aprimorar esta reflexão evidencia a relevância da visibilidade como um intermédio de efetuar o poder, para isso ele faz utilização do Panóptico como modo de compreender o vínculo entre visibilidade e poder na modernidade, isto é, o desempenho do poder estava ligado com a expressão pública da potência e soberania do soberano. “Era um regime de poder no qual poucos eram visíveis para muitos e no qual a visibilidade de poucos era usada como forma de exercer o poder sobre muitos”⁷⁹. Entretanto, de acordo com Thompson, está distante de ser persuasivo, visto que não somos capazes de perceber a relação

⁷⁶ THOMPSON, John B. Op. Cit., 2011, p. 176.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Op. Cit., 2008, p. 203.

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1979, p. 06.

⁷⁹ THOMPSON, John B. **A nova visibilidade**. Matrizes, v. 1, n. 2, pp. 15-38, 2008, p. 27

variável entre a visibilidade e o poder em nossas sociedades, se nos centralizarmos acerca da ocorrência da vigilância/observação desatentando a atribuição das mídias comunicacionais:

Enquanto o Panóptico faz com que muitos estejam visíveis para poucos, a mídia permite que poucos estejam visíveis para muitos: graças à mídia, basicamente aqueles que exercem o poder, mais do que aqueles sobre os quais o poder se aplica, é que estão sujeitos a um novo tipo de visibilidade. Essa nova visibilidade é muito diferente do tipo de espetáculo que Foucault identificou no mundo antigo e no ancien régime, pois a visibilidade mediada de indivíduos, ações e acontecimentos está agora separada da necessidade de compartilhar um domínio comum e desvinculada das condições e restrições da interação face-a-face⁸⁰.

Em concordância com a argumentação efetuada por Thompson, entendemos que “o ato de conhecer ações e eventos públicos foi separado, a princípio, do papel de participante potencial de uma interação face a face”⁸¹. Da mesma forma, com o progresso das mídias comunicacionais, até mesmo a característica área política foi relativamente reestruturada através dos novos modos de relação e visibilidade concebidos pela mídia. Então a mídia pode ser percebida como uma extensão de relação com predileções e concepções, uma área que se estabeleceu em separado do âmbito político, mas que está entrecruzado a ele de inúmeras formas.

Sendo assim, a escolha de trabalhar com fontes impressas parte de que os jornais, ao destacarem os discursos sobre os acontecimentos cotidianos, acaba estabelecendo-se como tutora das informações, e sem um status de autoridade. Assim, “nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que tomam o jornal como um mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”⁸².

Desse modo, os meios de comunicação agem como ferramentas de representação das narrativas, ou seja, através da análise de determinados jornais de qualquer época podemos ter uma ideia geral de como certos temas foram construídos como de interesse público. No contexto analisado, quer dizer, na década de 1970, em que a ditadura militar demonstrava arbitrariedades políticas, na qual procurou controlar o progresso dos comunistas e silenciar as esferas de base que não mais concordavam com a política entreguista vivenciada por seguidos governos do país. O retrato da apropriação de poder realizado pelos militares continuou por mais quinze anos, sendo demonstrado na historiografia como os anos de chumbo, cerceamento, coibição armada, intolerância, maus-tratos e benefícios aos desenvolvidos grupos políticos e outras convenções particulares desse regime.

⁸⁰THOMPSON, John B. Op. Cit., 2008, p. 27.

⁸¹ THOMPSON, John B. Op. Cit., 2011, p. 169.

⁸²CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal" O Estado de S. Paulo"**. Editora Alfa-Omega, 1980., p. 19.

Em meio a esse contexto de cerceamento de direitos e restrição à liberdade sucedeu a modernização das práticas, que veio a partir do avanço de recentes meios de comunicação como os jornais impressos e a televisão, proporcionando uma maior circulação de informação e a recursos mais tecnológicos que igualmente influenciaram o consumo. Outra inovação foi o aparecimento de organizações femininas no Brasil com relevantes pautas: a temática do aborto, o surgimento da pílula anticoncepcional, igualdade de direitos e possibilidades, a liberdade sexual e outras questões do modelo normativo da sociedade.

Essas mudanças inquietavam os militares, mas não apenas eles, existia uma elite conservadora brasileira que estavam a enxergar seus princípios morais prejudicados. Nessa perspectiva, não seria bastante declarar, em se referindo da ditadura militar, a política e a moral são expressões duais integrantes de um mesmo esquema de proibição como Renan Honório Quinalha aponta:

Os valores e comportamentos propagados por determinada moral são, sempre e necessariamente, de natureza política. A hegemonia de determinados padrões de conduta que define o que é aceitável é fruto de determinada distribuição social do poder. Deste modo, ainda que com outra linguagem, a moral é profundamente política. Em segundo lugar, sob um regime autoritário com pretensão de controle total da vida social, é possível pensar que a moral é politizada a um nível ainda mais acentuado, alçada a instrumento direto e sem mediações da violência estatal⁸³.

À vista da estranheza de escutar e presenciar informações acerca da liberação do corpo feminino, da afirmativa da homossexualidade, a narrativa moral aparece como política reproduzida na organização disseminada pela ditadura por intermédio da concepção moral e dos valores tidos como apropriados. Começou-se, então, uma divulgação acentuada a respeito dos riscos que os princípios subversivos, que apareceram no país a partir do comunismo, poderiam ocasionar no seio familiar.

Dessa maneira, o entusiasmo anticomunista foi profundamente provocado para indicar a insubordinação moral como um recurso que o comunismo utilizaria para demolir as organizações ocidentais. Segunda essa perspectiva, infringir contra a moral seria incentivar ideais motivados por comunistas que tentaram proporcionar uma revolução anticapitalista por meio da decadência de estruturas essenciais da sociedade, isto é, a família e a religião cristã.

A preservação de um regime, a que aqui nos referimos sobre uma ordem capitalista que no país da década de 1970 era caracterizada por uma ditadura militar, foi declarada, especialmente, a partir do uso da força. No decorrer da transformação possibilitada pelos valores e comportamentos, os direitos das mulheres foram bastante contrariados por instituições

⁸³ QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), USP, 2017, p. 10.

religiosas e por organizações governamentais. A narrativa moral social, relacionada a assuntos religiosos, foi um dos atributos fundamentais para buscar demolir a autenticidade do direito feminino acerca dos seus corpos e, dessa forma, procurar validar normativos modelos a serem adotados.

Neste sentido, consideramos que os jornais e as representações que foram publicadas em suas matérias nos momentos de conflitos e fragmentações acontecidas na sociedade teresinense na década de 1970, disseminaram pontos de vista de realidade, revelando acontecimentos em desvantagem da omissão de outros. A respeito desses jornais, percebemos que eram relacionados às inúmeras esferas conservadoras do período, também, auxiliavam na disseminação de narrativas políticas. Ao que tudo indica esses jornais eram usados em maior número como extensão de conflitos entre partidos mais que sustentáculo de informes e avisos, visto que em 1970 “48, 32% da população feminina não sabia ler e escrever, enquanto que no Piauí o índice de analfabetismo era de 67,59%”⁸⁴.

A temática dos jornais teresinenses era grandemente política e partidária, com restrição do relacionado em *O Dominical*, que havia como caráter central as edições religiosas e políticas, realizando enorme ênfase a esses assuntos logo na primeira folha, sobretudo, quando delineava certo conflito ou discórdia política diária ou semanal. Perante o que foi evidenciado, e para uma maior investigação dos jornais no começo da ditadura militar, priorizaram-se três jornais piauienses que eram propagados nessa década e foram mencionados no decorrer da pesquisa, estes relacionados aos partidos:

O Jornal Correio da Manhã era de propriedade de Marcos Parente, deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). A situação do *Jornal O Dia* é singular; de propriedade do senhor Leão Monteiro, apoiador do PSD nas eleições de 1958, com o passar dos anos vai cedendo espaço ao partido governista PTB, e, às vésperas do pleito eleitoral de 1962, é arrendado para o PTB pelo curto período de três meses, o que provocou a saída em massa de vários colaboradores. Por fim, o *Jornal do Piauí* era o órgão do Partido Social Democrático (PSD), fundado em 1951 para apoiar o Coronel Pedro Freitas, sendo idealizado pelo empresário Antônio de Almendra Freitas, irmão do governador⁸⁵.

Os jornais dias antes das eleições, mas não só nessa ocasião, transformavam-se em palcos de campanha partidária. As publicações políticas eram, geralmente, capa dos jornais, evidenciando o posicionamento daquele jornal sobre os eventos políticos no contexto brasileiro e teresinense. Mesmo que vários desses periódicos se “qualificarem como independentes e fiéis

⁸⁴ CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010, p. 75.

⁸⁵ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 36.

aos fatos, apresentavam nitidamente as vozes dos seus candidatos e até mesmo faziam sua campanha”⁸⁶.

Assim sendo, tinha um papel bem determinado para a construção discursiva sobre a política partidária do Piauí, a de realizar propaganda. Contudo, vale enfatizar que “nenhum outro jornal piauiense era tão anticomunista e conservador como o jornal católico *O Dominical*”⁸⁷. Dessa maneira, procuramos dialogar no decorrer do tópico, no que se refere aos mecanismos discursivos, como os jornais impressos, portados a dar sustentação a uma colocação entre as normas e valores que eram disseminados socialmente, expressaram o arraigamento de padrões do século XX, assim como havia em suas conexões as eminências com o poder, retratada de forma ideológica e cultural.

Os jornais e os diversos tipos de publicações literárias, artísticas, científicas, dentre outras, tiveram o papel não só de registrar os comportamentos e atitudes femininas, as formas como as mulheres agiam na sociedade, mas também criar um sentido para esses registros. Dentro das fronteiras históricas, as mulheres no Brasil conseguiram atingir suas exigências de atuação através de seu ingresso no mercado de trabalho, da política do direito ao voto, ainda que de maneira tímida, e de sua participação nos conflitos políticos na metade do século XX.

As mulheres ainda possuíam um extenso percurso a atravessar até conseguir o entendimento sobre as diferenças em um ponto de vista do gênero. E, apesar de que várias mulheres tenham alcançado certa reconhecimento em virtude de seu trajeto na vida pública, o desenvolvimento histórico vivenciado no país, que abrangiu as mulheres, não se assemelha ao dos países que foram centros das grandes guerras como, por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra.

Nessa perspectiva, relatar o percurso da vivência de mulheres niveladas pela nossa história, consistiu em uma provocação, já que ao longo dos séculos as narrativas das mulheres não foram descritas por elas mesmas, mas sim por homens, que igualmente privilegiavam os relatos dos acontecimentos envolvendo o meio público designado unicamente a eles:

Os procedimentos de registro, dos quais a história é tributária, são frutos de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto da intervenção do poder e do campo dos verdadeiros valores. O século XIX, claramente, distinguiu as esferas pública e privada, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral. Muito provavelmente essas esferas não recobrem exatamente a divisão dos sexos, mas grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é reservado aos homens, e é este que conta. Essa definição, clara e voluntarista, dos papéis se traduziu na retirada das mulheres de determinados lugares⁸⁸.

⁸⁶ Ibidem, p. 51.

⁸⁷ Ibidem, p. 58.

⁸⁸ PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set., 1989, p. 10.

Por esse ângulo, ao enclausurar as mulheres no âmbito privado, no espaço dos afazeres do lar, em que ela realizava exclusivamente as funções de esposa e de mãe ocasionadas pelo casamento, a participação feminina no âmbito público e sua incorporação na vida política se concebiam como um risco à premissa do *ser mulher*, que resultava na subordinação, o acatamento e a passividade como regras sociais disfarçadas de aspecto natural resultante das desigualdades sexuais. Em contradição à conduta feminina que tencionava à proteção da honra e conservação da imagem da boa esposa, mãe e mulher honesta que, na atualidade, equivale a representação da mulher recatada e do lar, já a masculinidade preponderante do período estava voltada para razão, na brutalidade, na determinação e na aparente competência para uma presença maior na vida profissional e pública.

A discussão sobre as distinções binárias é uma inquietação dos debates historiográficos dos dias atuais. Uma das essenciais questões discutidas foram, e até o momento são, a divisão entre os contextos público e privado. Historicamente mutável e de limites indefinidos, a diferenciação entre público e privado, longe de caracterizar um fator peculiar, retrata inúmeros processos da estruturação da sociedade moderna do Ocidente. Os espaços público e privado estabelecem extremos de uma das amplas divisões do pensamento ocidental, à volta da qual se tem criado importante discussão na teoria social da atualidade, essa “distinção entre uma esfera da vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas”⁸⁹.

A dicotomia entre público e privado, sendo o primeiro destinado aos homens e o segundo destinado às mulheres, organiza papéis e elabora o gênero, mas não o realiza de modo igual para todos, seguindo hierarquias, “a organização das relações na vida privada constitui a barreira à participação paritária de mulheres e homens na vida pública”⁹⁰. À frente dessa ambiguidade, que esteve vigente no decorrer de todo século XIX e até meados do século XX, as mulheres tinham pequenas possibilidades para além do ambiente doméstico de seus lares, mulheres que gradualmente procuravam conhecimento e introdução no meio do trabalho e, inclusive, na política, mesmo que houvessem conflitos frequentes.

Esse contexto para qual se dedica mais neste primeiro capítulo, o privado, refere-se à noção de algo que é singular, pessoal, que não deve ser de sabedoria ou alcance de todos. O controle do privado é apontado como âmbito familiar, da vivência do lar, da intimidade, dos assuntos que acontecem da porta para o interior da casa e somente é relativo aos que partilham

⁸⁹ ARENDT, Hannah. Op. Cit., 2007, p. 37.

⁹⁰BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 34.

desse âmbito. Na esfera política, o privado é usado relativamente ao contexto social na qual a interferência exige argumento satisfatório.

Os periódicos ditos femininos, a publicidade e, principalmente os jornais, são reflexos de um cenário sociocultural arraigado no patriarcalismo. Ao homem designa-se a dominação, o mundo externo do trabalho, a racionalidade e à mulher, reserva-se a domesticidade, a sentimentalidade, a maternidade e o mundo privado. Assim, os periódicos destinados ao público feminino usam textos e imagens que representam a delimitação de espaço entre masculino e feminino e cristalizam, por assim dizer, um perfil de cuidadora. O exemplo disso se utiliza uma entrevista concedida ao *Jornal O Dia*, no ano de 1970, da então primeira dama do Estado, Iracema de Almendra Portela Nunes, que logo na descrição o jornal utiliza de algumas informações como “*de prendas domésticas, é casada com o advogado e político Dr. Petrônio Portella Nunes, e com quem tem três filhos*”. Dentre as perguntas que o repórter lhe faz estão as seguintes:

O QUE MAIS GOSTA NO LAR?

- De meus filhos

O QUE ACHA DA SITUAÇÃO ATUAL DO NOSSO PAÍS

- Ouço constantemente falar de crise. Todavia, acredito nos homens que dirigem os destinos do nosso país⁹¹.

O depoimento transcrito demonstra a noção a respeito das mulheres como seres inferiores, onde resulta na delimitação à condição exclusiva de responsabilizar-se pelo espaço privado em todas as características da domesticidade, essencialmente a dedicação aos filhos e da casa, reforçando esta condição de subjugação e diferença. Outro aspecto analisado é como a atuação da mulher na política esteve restrita por ser uma incumbência pública e, dessa forma, revelada socialmente como um encargo masculino. O lugar da mulher historicamente tem sido o privado, e é por essa razão que, para investigar a atuação feminina na política, é preciso analisar seu papel nos dois contextos e o modo como se entrecruzam.

Dessa forma, podemos considerar uma delimitação da mulher ao espaço privado, onde são identificados alguns aspectos e funções como imanentes ao âmbito privado e a uma reduzida particularidade. Tudo é realizado e disponibilizado para que se aumentem os afazeres predominantes e habitualmente considerados como obrigações femininas, como os trabalhos domésticos. A extensão da casa é classificada como um espaço de primazia para a estratificação da coesão e subjugação feminina. A de dona do lar e a reverência à feminilidade são orientações

⁹¹O Dia, Teresina, Ano XIX, Nº 1.050. 16 de jan, p. 03, 1970.

a conduta das mulheres e os deveres que são atravessados de geração em geração. O que se verifica em referência ao jornal, deste ensejo, é que ele colabora com representações e em se referir da mulher, seria a ilustração figurativa da mulher associada ao estereótipo tradicional, à chamada “Amélia”, clara referência à canção de Mário Lago, estereótipo de um padrão básico da mulher subordinada, conformada e direcionada unicamente para as obrigações familiares.

Sobre representações cabe enfatizar as palavras de Roger Chartier:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade⁹².

As representações sociais são compreendidas como repetições que imitam o comportamento das existências espaciais que, se pressupõe, constituem. Portanto, o esposo, leal ao casamento indissolúvel, jura no ambiente abaixo o respeito e a estima de suas referências do universo supra-humano. A imagem da consciência humana se transforma em imitações dos enigmas divinais, o que verifica o perceptível destaque a sua característica representativa.

Todavia, vale ressaltar que, mesmo que diferenciados, os espaços público e privado estiveram historicamente vinculados em sua extensão concreta. Mulheres e homens atuavam nos dois espaços, mesmo que de modos diferentes, o que não quer dizer que a mulher estava unicamente confinada no lar, percorrendo pelos dois espaços, apesar da forma não evidente ou manifesta. Com tal pensamento, o público e o privado não podem ser, dessa maneira, vistos de modo separado, e sim relacionados, visto que são espaços que se vinculam concretamente. Vale então destacar:

A separação das esferas é muito mais sutil do que parece. Não somente exclusão, enclausuramento, fechamento, mas também distinção, utilização, limites. Por outro lado, não há adequação entre os sexos e as esferas. Nem todo o público é masculino, ou o privado é feminino. A espacialização faz fortemente o seu papel, ela não comanda tudo. O exercício do poder não se reduz evidentemente a uma geografia⁹³.

Assim sendo, a introdução das mulheres no contexto de decisão colabora para uma interpretação mais autêntica da multiplicidade da sociedade e de uma quantidade maior de interesses. A participação política de uma influência feminina e o modo como é reconhecida por seus habitantes reflete sobre outras mulheres na esfera política e em atribuições sociais. Mulheres que têm de elaborar táticas que lhes permitam ultrapassar ou burlar os controles,

⁹² CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991, p. 73.

⁹³ PERROT, Michelle. Op. Cit., 1988, p. 269.

modificando os estigmas tradicionais, “inovando em suas práticas, mulheres animadas e não mais autómatos, mas criando elas mesmas o movimento de sua história”⁹⁴.

Percebemos que os materiais divulgados pelos jornais nos proporcionam o contato com os frequentes embates, representações e preceitos, reorganizações e redefinições em volta da vivência moderna e das atribuições de gênero, manifestando os confrontos e inquietações ante essas determinações.

Conforme à caracterização dos valores, hábitos e espaços, elaborada através dos novos modos de viver ao longo da década de 1970, é notável a função exercida pela imprensa. Ela se transformou, reconduziu-se mediante às modificações alcançadas pelas tecnologias e pelos recentes anseios de seus leitores, assim como funcionou como meio de mudanças dos saberes e das interpretações do mundo. Como declara Tânia Regina de Luca, a imprensa teve arranjo favorecido naquele cenário do século XX na qual “parecia anunciar mais que uma simples mudança no calendário”⁹⁵, mas estava demarcado pela “velocidade, mobilidade, eficiência e pressa, que tornaram-se marca distintas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração”⁹⁶.

Tal posicionamento é similarmente enfatizado por Nelson Werneck Sodré ao considerar que a história da imprensa brasileira é a história da evolução da sociedade capitalista. Na interpretação que realiza sobre a história da imprensa, o seu progresso decorreu no começo do século XX, com ferramentas gráficas gradativamente mais apropriadas à emergência deste dinamismo. Para o autor, as modificações que aconteceram não apenas impactaram os desenvolvimentos gráficos, mas, principalmente, a “universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento”⁹⁷.

Direcionando-se a partir dessas considerações, devemos levar em consideração que os jornais atuam como um dispositivo cultural permeado pelos vínculos políticos e de poder. Eles operam como influentes tecnologias políticas formadoras dos resultados regulamentadores e normatizadores de condutas e encadeamentos sociais. Assim sendo, são artefatos relevantes para o estudo sobre as modificações e continuidades nas relações da sociedade teresinense na época. Com consequência, com suas estratégias e mecanismos midiáticos, a imprensa incorpora o poder disciplinar. Em conformidade com isso, Michel Foucault destaca:

A disciplina não pode se identificar como uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto

⁹⁴ PERROT, Michelle. Op. Cit., 1988, p. 199.

⁹⁵ DE LUCA, Op. Cit., 2005, p. 137.

⁹⁶ Ibidem. 137.

⁹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 275.

de instrumentos, das técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia⁹⁸.

A elaboração de novas colunas pelos jornais, como as direcionadas para as leitoras, ou as especialistas em temáticas policiais, diversão ou análise literária, revela as preocupações em alcançar o público feminino e gradualmente mais pluralizado, inserindo mulheres, a outra parcela da sociedade teresinense até o momento insuficientemente analisada pelo debate da imprensa.

Essas suposições incitaram o nosso interesse em estudar as mulheres, através de sua história, investigando os modelos de conduta aceitos por estas e como eram propagados certos padrões vistos como ideais pelos jornais, em uma década distinta, principalmente, nos anos de 1970. Isto é imprescindível, visto que, para entender o presente, é relevante (para não dizer necessário) que se compreenda os regulamentos e hábitos do passado e as mudanças que foram acontecendo, em épocas diferentes. Desse modo, duas características devem ser observadas: as transformações e as permanências que ocorreram no mesmo período. Ocasionalmente, hábitos e comportamentos aparentam apresentar somente um outro aspecto, demonstrando, em uma abordagem mais profunda, que o modo de refletir sobre outros assuntos ainda se acha aprisionado aos modelos de outros períodos.

2. SER MULHER EM TERESINA NOS ANOS 1970

A tentativa de análise sobre o modelo de sujeito feminino, que emergiu na paisagem da década de 1970, em Teresina, requer compreender, significativamente, como o âmbito doméstico é considerado como um campo de excelência para a manutenção da sujeição feminina. O papel de dona de casa e a devoção de algumas atitudes femininas são modelos a conduta das mulheres, de como elas se enxergam e como são avaliadas pela perspectiva social e familiar.

Um dos registros jornalísticos importantes sobre esta questão está no trabalho desenvolvido pela Organização do Lar (ORLAR), instituição criada pelo Serviço Social do Estado do Piauí e que funcionava com a intenção de preparar pessoas que poderiam, posteriormente, cuidar de trabalhos domésticos. Os cursos realizados eram de natureza polivalente, ou seja, preparando as domésticas para todos os trabalhos do lar e especializando-a mais em um tipo de atividade. Os cursos reservados eram voltados para serviços de babá, arrumadeira, cozinheira, recepcionistas do lar, atendentes do lar (pessoas que assumem posição de resolver assuntos de interesse da família), acompanhante para crianças e idosos, entre outros.

⁹⁸ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2008, p. 203.

Uma realidade que permanecia, ainda, quase que intocável à transformação, as mulheres permaneciam como as fundamentais encarregadas pela responsabilidade com a casa e afazeres gerais dentro do espaço doméstico. Como é retrato no *Jornal Correio da Manhã*:

Até mesmo uma mulher de vida livre nos anos de 1970 poderá inscrever-se nos cursos de habilitação da ORLAR (Organização do Lar) e dedicar-se ao trabalho doméstico, através das indicações que serão feitas por uma agência de consultas para empregos, que aquela entidade implantará em Teresina até fins de fevereiro. A primeira turma preparada para trabalhos domésticos, em um número de 45, foi diplomada domingo passado e, agora, a Orlar iniciará novos cursos que se destinarão a mais pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de empregos em residências familiares ou mesmo noutros estabelecimentos que exerçam a habilitação para atividades domésticas⁹⁹.

É possível compreender que é um ideal fundamentado na autoridade, em que se exerce o poder sobre a mulher, combinando decisões arbitrárias e indiscutíveis com elementos relacionados à sujeição e a admissão da relevância e o aspecto profissional doméstico. Em que também, a possibilidade em dedicar-se a esse serviço muitas ocasiões não favorecia, em razão do menosprezo, desaprovação social e suas circunstâncias inseguras de trabalho e restrição para assumir o emprego.

Para o serviço doméstico dentro da casa é atribuir às mulheres e apenas elas por esse serviço, que não é declarado como trabalho por permanecer relacionado ao ambiente doméstico e ao apreço familiar, é aplicar um peso enorme, que se exprime em trajetórias duplas e o impedimento de se oferecer a outros propósitos, da mesma maneira que fundam sentimentos de subalternidade e remorso quando não alcançam o desvelo como estimava, tal como ao trabalho que desempenham sem fins lucrativos para a família, quanto sua profissão.

Dessa maneira, a grande parte das mulheres ainda é ligada a essa representação do papel feminino valorizado e relacionado ao âmbito doméstico e, conseqüentemente, similarmente mostrava as destinadas às regras de moralidade. A função da mulher identificada socialmente estava intimamente vinculada à conjuntura da privacidade, isto é, uma boa mulher teria de se atentar com sua imagem e empenhar-se à maternidade, ao matrimônio e à casa. Em síntese, a mulher deveria ter como encargo ser uma excelente mãe e esposa.

Para o entendimento do papel feminino na segunda metade do século XX, nos propomos a verificar textos, artigos e, posteriormente, colunas e anúncios dos jornais teresinenses *O Dia*, *Correio da Manhã* e *o Jornal do Piauí*, produzidos nos anos de 1970. Importante ressaltar que algumas características nos levam a pensar que esses jornais eram direcionados à categoria mais abastada de Teresina/PI, já que a maioria das colunas se voltavam para a forma como as

⁹⁹Correio da manhã, Teresina, Ano XXII, Nº 950. 13 de fevereiro, p. 03, 1970.

mulheres de classe alta e média integravam-se nos espaços de lazer e de sociabilidade, bem como as fontes pesquisadas indicam que o exercício da comercialização da libido por mulheres de classe média era quase uma regra.

A respeito da coluna nomeada “Mulheres” do *Jornal O Dia*: eram enaltecidas as belas habilidades de cônjuge, genitora e dama do lar, essa publicidade dita feminina contida nos jornais são reflexos de um espaço sociocultural arraigado no patriarcalismo. Ao homem designa-se a dominação, o mundo externo do trabalho, a racionalidade e à mulher, reserva-se a domesticidade, a sentimentalidade, a maternidade e o mundo doméstico. Assim, os periódicos analisados neste estudo, eram destinados ao público jovem feminino usavam textos e imagens que representam a delimitação de espaço entre masculino e feminino e cristaliza, por assim dizer, um perfil social da mulher como protetora e cuidadora da família e do lar, dedicando em algumas de suas páginas a exposição de cardápios saudáveis, culinárias diversas e eletrodomésticos, com o intuito de especificar alguns padrões de beleza e de organização da casa.

Esse padrão de dicotomia foi igualmente definido pela ordem e o patriarcado, onde o poder ainda estava ligado à imagem paterna e as mulheres eram legitimamente sujeitadas ao mando masculino. Essa separação se exhibe a partir da incorporação de demarcações do espaço da casa, ou melhor, o lar condizia a um âmbito privado e de intimidade, na qual era restringido a vivência familiar. Já os vínculos determinados no exterior do espaço privado, como o trabalho, equivalem ao espaço público. Uma das referências apontadas acerca dessa argumentação é o trabalho de Carole Pateman, onde é observado o modo em que as mulheres e homens são posicionados de maneira distinta dentro da vivência privada e do mundo público, um assunto muito complexo, porém, implícito a uma realidade abstrusa. Em suas palavras:

Há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. Em teoria, o patriarcalismo afirma que, das características naturais de homens e mulheres, necessariamente decorrem relações hierárquicas de subordinação¹⁰⁰.

Portanto, podemos destacar que as concepções patriarcais atuam, sobretudo, para disfarçar um sistema de poder que assegura o domínio masculino e situa as mulheres inferiormente aos homens em todas as dimensões da relação social. Outra característica que notamos a partir das reflexões acima, é como o patriarcalismo se fundamenta na ideia de

¹⁰⁰ PATEMAN, Carole. “Críticas feministas a la dicotomía público/privado”. Barcelona: Paidós, 1996, p. 57.

natureza, bem como na justificativa de que o papel natural da mulher de reproduzir determina seu espaço no lar e sujeita na ordem das coisas.

Os vínculos dicotômicos entre homens e mulheres deixam de dispor de sentidos estabelecidos, apesar de não serem equitativos. A incorporação feminina em esferas públicas, anteriormente válidas exclusivamente para homens, foi uma razão essencial para introduzir a relação das diferenças nos debates sociais e políticos. O movimento feminista foi fundamental para progresso da condição das mulheres ao sugerir a liberdade e a mudança no interior da sociedade em que estavam inseridas. Podemos mencionar que “o feminismo age em movimentos súbitos, em ondas. É um movimento e não um partido, apesar de algumas tentativas frustradas, que se apoia em personalidades, grupos efêmeros, associações frágeis”¹⁰¹. Então, cabe dizer que o movimento feminista estimulou análises e argumentos que buscavam desnaturalizar o ser mulher, criticando táticas de sustentação e propagação do domínio masculino, na procura por meios em favor da autonomia feminina, apesar de todas as dificuldades e ambiguidades indicadas.

Nesse ponto de vista, é possível verificar que alguns assuntos indicavam as modificações que as mulheres vêm ultrapassando nos últimos anos. Mudanças que somente foram prováveis por intermédio do entendimento de que é essencial a luta pelos direitos, pela introdução nos espaços e pela liberdade. De exemplo, a historiadora Elizangela Barbosa Cardoso destaca que em várias escritas piauienses já no começo do século, tiveram contato com o que realmente acontecia com as mulheres nos Estados Unidos, na Europa e em regiões brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, e que tornaram-se receptivos às temáticas. A respeito disso a autora destaca:

Atentos aos feminismos em vários países do mundo e diante das incertezas que a demanda das mulheres por direitos políticos e sociais impulsionava, intelectuais, como Higinio Cunha, Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Corinto Andrade, Jônatas Batista, Antônio Chaves, bem como um conjunto de cronistas, dentre eles, mulheres, refletiram acerca desse movimento novo, assumindo posições e justificando-as, através da veiculação de representações do feminino, do masculino e de suas relações, que se embatiam na dinâmica da hierarquização do social, em Teresina¹⁰².

Essa reflexão presente na análise nos chama atenção ao enfatizar o conhecimento sobre os debates feministas, na qual os trabalhos desses estudiosos caracterizam um hábito escriturístico a partir do qual procuraram redefinir as relações de gênero. Ainda de acordo com Elizangela Cardoso, em prol de um propósito civilizatório, julgando-o como apropriado às

¹⁰¹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angéla M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007, p. 155.

¹⁰² CARDOSO, Elizangela Barbosa. Op. Cit., 2010, p. 25-26.

reivindicações da modernidade, que então surgia no Piauí, esses homens procuraram intervir no social, sustentando a ideia da mulher como mãe, esposa e responsável pelo lar e pelos filhos, já o homem como pai e provedor do sustento familiar.

Dessa forma, diante das perspectivas que o feminismo traçou para as mulheres e os vínculos homem/mulher, em distintos países, esses escritores, entre reconhecimento e repulsão, representam o feminino e o masculino e operam no processo de elaboração das distinções e concepções de gênero em Teresina. Mais precisamente o escritor e jornalista Higino Cunha, que divulgou no *Jornal O Norte*, certamente, o primeiro texto na qual “tangenciou o assunto. Somando-se assim a um conjunto de homens e mulheres que vinham discutindo o tema”¹⁰³. E, considerando o valor da escrita em intervir no social, na análise acerca da educação da mulher e a esfera conjugal, ele destaca que:

O feminismo, cujo desenvolvimento extremo culmina em a pretensão extravagante, não só de uma igualdade de direitos como até da igualdade no traje, não passa de um movimento de reação contra a velha intuição judaico-cristã (oriental), que a Igreja Católica confirmou numa doutrina absoluta e terrível: o matrimônio é o um sacramento indissolúvel, em que a mulher vive perpetuamente sujeita e inferior, rainha e súdita, senhora e escrava ao mesmo tempo¹⁰⁴.

Divergindo de uma concepção frequente, a de que o feminismo traria as mulheres a rejeição dos encargos familiares e a ordem conjugal, Higino Cunha julgava que, se não viesse a proporcionar a igualdade absoluta entre mulheres e homens, o movimento não conseguiria a desestabilização da família. Em sua argumentação, a igualdade de gênero era uma barreira que não poderia ser ultrapassada. Refere-se a uma concepção demasiadamente turbulenta. Atingindo-a, as mulheres deixariam de praticar os desempenhos e deveres familiares, assim como deixariam de exercer a função doméstica que ocasionava a reprodução social.

O objetivo de indagar sobre essa questão é precisamente mostrar como esses intelectuais formaram uma masculinidade frágil e autoritária, determinada pelo enaltecimento da ordem, da escrita, da civilidade e paternidade. Todavia, principalmente, analisar como a atividade escriturística de Higino Cunha e a sua relativa proteção de padrões tidos como ideais para as mulheres, a noção a respeito dos homens e as relações entre eles, é igualmente decorrente do receio e aversão causados pela necessidade do feminismo. Sensíveis às modificações ocasionadas pela modernidade e entendendo o feminismo como uma dimensão nova, que ao demandar por integra emancipação feminina, punha em evidência os vínculos de gêneros então

¹⁰³ Ibidem, p. 27.

¹⁰⁴ CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. *Revista da Academia Piauiense de Letras, Teresina*, ano, v. 7, p. 37-52, 1924, p. 43-44.

definidos, surge dos intelectuais mencionados pela autora e que, a partir da escrita, assumiram opiniões sobre as questões de gênero e das relações com a sociedade.

Há, nesse sentido, uma contradição entre a antiga cidade e uma cidade que deseja ser modernizada, onde ocorreram alterações na esfera cultural e, ao mesmo tempo, foi palco de conflitos ideológicos e políticos. O entusiasmo cultural da época possibilitou a caracterização de princípios que amparam experiências entre os jovens e a utilização do espaço urbano, “cujo signo mais visível era o anúncio do novo, que se fazia especialmente através das manifestações artístico-culturais e dos movimentos da juventude”¹⁰⁵.

Em concordância com as observações do trecho da obra de Edwar de Alencar Castelo Branco, o contexto nacional da década de 1970 foi indicado pela manifestação do novo, que se expressou por intermédio das expressões artísticas e culturais e da dinâmica juvenil, que apresentou modificações no campo social e cultural. Um período oportuno para os jovens realizarem artimanhas com a finalidade de subverter as condutas reguladoras estabelecidas pela sociedade, desfrutar de outros locais de sociabilidade e de novos hábitos. Nesse ponto de vista, o que objetivamos neste tópico é justamente investigar como os indivíduos, sobretudo, como as mulheres experienciaram os espaços de sociabilidades em Teresina e como foram representadas nos jornais.

Assim, entendemos a cidade não só como âmbito físico, mas igualmente como um objeto de construção de narrativas e representações, na qual são produzidos através da apreensão de seus moradores. Os espaços urbanos se mostram pela sensibilidade e afeição, dos receios e das expectativas particulares e coletivas construídas através da vida urbana. A cidade do mesmo modo é exposta pelos sujeitos e seus hábitos sociais como produto de uma construção do imaginário, possibilitando que se observe ou se considere uma realidade concreta.

Pensar sobre as mudanças sociais e culturais, bem como a disposição de ambientes urbanos vividos por jovens teresinenses nos anos de 1970, faz-se apropriado para entendermos suas vivências e desta maneira revelarmos através das fontes o arranjo de novas condutas, princípios e âmbitos de sociabilidades na cidade. Tendo em vista as vivências dos indivíduos que estiveram postos no processo de transformação cultural em Teresina, Lucélia Nárjera de Araújo elaborou as conjunturas sociais e culturais dispostas na época:

O lazer da capital piauiense até meados da década de 1960 girava em torno da Praça Pedro II, que era o espaço central de lazer da juventude. Faziam parte do entorno da praça o Cine Teatro 4 de setembro, o Cine Rex, o Clube dos Diários, o Bar Carnaúba e o Bar Americana; que formava um complexo Cultural. O Clube dos Diários era o

¹⁰⁵ BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Annablume, 2005, p. 60.

local de realização de festas, frequentadas pela elite local, com programação semanal e tertúlias aos domingos¹⁰⁶.

Estas esferas culturais de Teresina, na qual ocorreram diversas sociabilidades nos anos de 1970, foram mais significantes no centro da capital. Isso decorre justamente porque o ponto central de Teresina era o âmbito social e econômico em maior parte dinâmico e atraente, principalmente acerca do lazer matinal e noturno, ao passo que as periferias permaneciam destituídas, quase inteiramente, de melhores alternativas de diversão, com espaços aparentemente desinteressantes, ou do ponto de vista social, como ambientes desclassificados e marginalizados, em grande maioria tachada mais pela pauperização do que pelas conexões exercidas até então.

Com isso, na década de 1970 as cidades foram locais favorecidos por transformações no cenário cultural e de embates entre os ideais políticos e ideológicos. O fervor cultural desses anos oportunizou a individualização de concepções que colaboraram com novos experimentos entre o público juvenil, dando abertura para outros modos e de comportar, portanto, mudando a vida entre os jovens na utilização dos espaços na cidade. No entanto:

As moças dos segmentos mais abastados não tinham a mesma liberdade de circulação, nos espaços de lazer e de sociabilidade, que tinham os rapazes de seus níveis sociais. A condição de ambiente familiar era imprescindível à presença feminina. [...] Já flunar pela cidade à noite, frequentar bares e festas nos subúrbios eram apanágio masculino. À exceção das noites de baile, em geral a vida noturna feminina encerrava-se às 21 horas. Depois desse horário, na verdade, o lazer e as sociabilidades eram vivenciados nas áreas de prostituição, sobretudo, na zona da Paissandu, principal espaço boêmio de Teresina¹⁰⁷.

Vemos então o modo como as mulheres de categoria média e alta se inseriram nos locais de sociabilidade e diversão e, ao mesmo tempo, podemos compreender como o que predominou foram os regulamentos, as horas determinadas para as mulheres de família permanecerem nos locais públicos e que, certamente, bloquearam o aspecto findável do desejo, tendo em vista que, concomitantemente, limitaram as oportunidades de encontro e estimularam a utilização da imaginação, que o fomentava, na experiência do namoro e do romance. Dessa maneira, mesmo que circulassem pela capital, entrando no espaço do lazer ou envolvendo-se nos laços de sociabilidade, o corpo da mulher ainda era objeto de rígida vigilância e domínio. Simultaneamente, os homens entre festas, jogatinas e consumo da libido alargavam em distintas sociabilidades.

¹⁰⁶ DE ARAÚJO, Lucélia Nájera. História e memórias da juventude teresinense dos anos sessenta: sociabilidades e vivências estudantis. In: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, 1, 2016, Rio Grande do Sul. **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral**, São Paulo: UFRGS, 2016, p. 11.

¹⁰⁷ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Op. Cit., 2010, p. 114-115.

Entre um dos recursos que evidenciam um sentimento de modernidade vivido em Teresina, podemos citar o Cinema. Então, não devemos deixar de reconhecer que, apesar disso, as mudanças sociais, políticas e culturais dispuseram um amplo estímulo, e, na eventualidade particular do cinema, este se reiterou na qualidade de ambiente de entretenimento integralmente em diversos lugares, até mesmo na cidade de Teresina:

Com o cinema, os sonhos, desejos e imaginários românticos femininos com os atores, faziam com que muitas mulheres buscassem um homem semelhante ao idealizado e representado no filme. Desta forma, o cinema era visto por alguns como o instigador na alteração de como a mulher via o homem e o amor, em que essa mudança poderia ser entendida tanto para o lado positivo quanto negativo¹⁰⁸.

O acesso ao cinema se concebia como um dos relevantes hábitos de entretenimento nos anos de 1970, o que ocasionava um intenso interesse dos jornais em relação não apenas com os comentários acerca dos filmes, mas igualmente, fortes discussões a respeito do desconforto dos críticos com a influência dos filmes. E, a pressupor pelas edições dos jornais estudados, ele produziu um debate fervoroso sobre assuntos vinculados ao papel da mulher e sexualidade, bem como acerca das concepções de homem, mulher e família.

Um papel significativo do pensamento sociocultural na década de 70, o cinema é considerado um espaço de encantamento, na qual a idealização do homem é trazida aos painéis no formato de distração. O cinema representa as abstrações dos sujeitos e suas expectativas de realidade. Já os jornais por estarem portados a dar sustentação a uma colocação entre os atuais códigos e os antigos modelos encontravam-se frente aos conflitos entre os recentes e arcaicos padrões, sobre o que estava ou não estruturado as normas e valores que eram disseminados socialmente.

É o caso do conhecido filme *Último Tango em Paris*, de autoria de Bernardo Bertolucci, estreado no ano de 1972, “mas apenas liberado no Brasil em 1979, pela censura do governo militar¹⁰⁹. Em decorrência também do quesito logístico da década, até mesmo em razão de Teresina não incluir-se no centro de disseminação da indústria cinematográfica nacional, o filme levou alguns meses para ser exibido nos cinemas locais. De exemplo, essa publicação do Jornal O Dia que retrata a exibição deste filme no cinema teresinense:

O sexo sempre esteve em todas as discussões relacionadas com a arte. Ultimamente um filme vem causando as maiores discussões nos meios cinematográficos de todo o mundo: *Último Tango em Paris*, por ser composto de cenas de sodomia, como alegam as opiniões contrárias do filme de Bertolucci, seu produtor. Enquanto isso vem

¹⁰⁸ LUZ, Aylla Mara Caminha. **Cine Spark: Memória, Lazer e Sociabilidade em Picos (PI) nas décadas de 1960 e 1970**. 2012. 89 f. Monografia. Universidade Federal do Piauí: Picos, 2012, p. 57.

¹⁰⁹ COSTA, Fernando Muratori. **Nas Margens da Modernidade: música e percursos de memória em Teresina (anos 1980)**. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 2019, p. 109.

passando quase despercebido, aparentemente, do conhecimento do público: o sexo grupal¹¹⁰.

Essa publicação nos faz refletir sobre expansão da urbanização das cidades, provoca o reconsiderar de compreensões múltiplas e diferente sobre as inovações reveladas no começo do século XX, até mesmo o cinema como ferramenta de diversão, nos indicam a constatar que o encanto e o repulsa caminhavam paralelamente. Aliás o desenvolvimento de elaboração do imaginário de modernidade foi indicado pela exigência, assim como pelo fascínio, visto que se encontrava alguns que, por permanecerem prontamente conexos a vertente católica ou rejeitados e subjugados a dominação, refutavam e recusavam as novidades vindas com a modernização e tudo que ela abrange em seus constantes movimentos.

2.1 A ditadura e a restauração da imagem conservadora do feminino

Em meio a todo esse contexto de mudanças e permanência dos anos de 1970, a capital do Piauí não passou intacta a todas essas modificações e significações, apesar de seu contexto subalterno no interior das atuações globais, bem como o fardo ainda enorme da tradição faz com que as mudanças aconteçam de modo mais vagaroso do que em esfera nacional.

O país, na conjuntura estudada, acaba de ultrapassar pelos anos sessenta um período agitado e violento, com inúmeras modificações súbitas de cenário político e um momento de conformação cultural do Brasil, na qual passa a ser gradativamente mais complexa, oscilante e com menos indicações fixas, a mesma conjuntura “do teatro, do cinema e da literatura, da contracultura e do desbunde ganham força ao mesmo que o conservadorismo brasileiro traz visões ultrapassadas”¹¹¹.

Conforme o exposto, Teresina vai entrando na década de setenta com melhorias urbanas para parte da população, a expansão do cinema, dos espaços de lazer com flertes na Praça Pedro II, mas, ao mesmo tempo, com rapazes apreensivos em casar-se com donzelas, com horário determinado para as moças voltarem para casa até às 21 horas. E, é desse modo que essa cidade repleta de conflito simbólico dos discursos entre o tradicional e o moderno entra nos anos de 1970.

Uma época marcada por confrontos históricos, políticos e culturais, em decorrência do golpe de estado, definido como período da ditadura militar, em que perdurou por quase vinte anos, e foi apontado por um rígido regime centralista e autoritário, desligando dessa forma com a ordem democrática, além da coibição de direitos de quem contestava o regime e a quebra de liberdades particulares. Ao longo desse período o Brasil passou por modificações que ocasionou

¹¹⁰ O Dia, Teresina, Ano XXVIII, Nº 8.140. 17 de setembro, p. 02, 1979.

¹¹¹ BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. Op. Cit., 2005, p. 30.

quebras, rupturas de modelos e aparecimentos de novos hábitos em cada esfera da sociedade. Assim como, no decorrer dessa ditadura ocorreram violências, coerções e violências, dentre vários outros modos de controle. De acordo com Marcos Napolitano:

A ditadura militar surge como estratégia de resolução de crises e conflitos de classes, calcada no controle do Estado por uma corporação armada profissional, ou por um dos seus estratos, reprimindo ou desmobilizando as massas, inclusive aquelas que lhe são simpáticas¹¹².

À vista do que o historiador apresenta, é visível que a ditadura militar se identificou como uma organização política opressora, já que deu ensejo a acontecimentos intensos, como torturas, prisões e exílios. Outro modo de controle oficial foi a censura nos meios de comunicação. Através da abordagem realizada por Beatriz Kushnir, podemos perceber os princípios teóricos da censura à imprensa, na qual é pautada no aspecto profundamente político de toda censura, sendo ela de entretenimentos públicos ou da imprensa. Ainda de acordo com a autora, a censura inicial à imprensa foi legitimada com a promulgação de 26 de janeiro de 1970 do Decreto-Lei. Nas suas considerações:

Sempre justificando as proibições pelo resguardo da moral e dos bons costumes, como se assim se lhes anulasse a intenção política, o governo proíbe publicações, nacionais ou importadas, que ofendam esses requisitos. Ou seja, a censura aplicava-se à imprensa nacional e aos exemplares estrangeiros que aqui chegassem e que estivessem em desacordo com as normas¹¹³.

Assim, assegura-se que o Decreto nº 1077/1970 se direcionava somente para o quesito moral e dos valores tidos como adequados, com o propósito de elaborar certas alterações nas leis que estavam vigentes, em especial para inserir normas particulares para o controle da população.

Os estudos sobre o regime militar no país, trazem várias formações sobre imaginários e controvérsias, intrigam o entendimento objetivo acerca do período ainda muito enigmático na história do Brasil. Contudo, mesmo que o golpe tenha começado em uma época com muitas restrições das liberdades dos sujeitos e do jornalismo, parte da imprensa piauiense corroborou com esse regime, assim como grande parcela da sociedade. Nessa lógica, devemos levar em conta que:

Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de uma ordem institucional autoritária e centralista¹¹⁴.

¹¹² NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v.33, n.96, p.395-420, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2019, p. 400.

¹¹³ KUSHNIR, BEATRIZ. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores**, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004, p. 116.

¹¹⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 71.

Muitos conflitos sociais e políticos da época, que movimentaram a sociedade, ocasionaram um embate não apenas dimensão prática, mas igualmente na dimensão simbólica, já que, como na esfera das representações, ocorreu ao mesmo tempo uma rivalidade de poder, que refletiu as distintas concepções de mundo vigentes na sociedade. Dessa maneira, foi nesse regime que se estabeleceu e se elaborou o esboço simbólico e constitucional para a concretização do regime autoritário. Sendo a imprensa um artifício que em grande parte corroborou com o golpe.

Referindo-se aos jornais analisados, compreendemos que o Estado do Piauí, vinculado aos inúmeros segmentos conservadores do período, procuraram se equipar às exigências do regime e acabaram por divulgar o conceito de revolução utilizada pelos militares. Um grande exemplo é o *Jornal O Dia*, onde no dia 30 de abril de 1972 foram destinadas três publicações em homenagem a esse dia, mencionando honras e exaltações ao avanço e a preservação da ordem e dos bons costumes. Uma das matérias dedicadas ao regime dizia o seguinte:

A revolução de 1964 surgiu como uma filosofia da realidade brasileira curando, de um, limpar o terreno, desgastá-lo e depois dele começar a obra de reconstrução nacional, inspirada, sobretudo, nos valores morais e políticos que deram o necessário alento e inspiração à conquista dos valores econômicos¹¹⁵.

Nesta publicação do *Jornal O Dia* em abril de 1972 o regime militar é considerado como revolução e características favoráveis são ligadas à atuação militar. Mostrando, dessa forma, como o governo autoritário e truculento teve aceitação e amparo de instâncias jornalísticas, que foram decisivas acerca dos temas “perigosos” que ultrajasse ou dificultasse a moral almejada e suas instituições.

Sendo os jornais como um dos responsáveis pela sustentação da moral e ordem públicas, se manifesta juntamente com essas recusas a uma oposição ao novo modelo de trazer diversão, como por exemplo sua repulsão em relação ao filme “*Último Tango Paris*” e o hedonismo vivenciado entre os dois protagonistas principais, seus calorosos episódios de sexo, nudez, repletos de manifestações de amor livre e igualmente da decepção e rejeição de regras normativas, da contestação do casamento e dos ideais propagados pelas instituições religiosas nos anos de 1970.

Uma outra publicação do dia 18 de maio de 1979, designado “*soco na tradição*”, exhibe um prévio resumo do filme e debate rapidamente sobre a concepção ultrapassada, de acordo com o jornalista, dos habitantes piauienses. Na matéria, busca-se destacar que o filme remete

¹¹⁵ O Dia, Teresina, Ano XXI, Nº 2.004. 11 de março, p. 01, 1972.

de modo direto a real vivência, os costumes tradicionais da família e de sexualidade, o que não seria naturalmente visto pela população:

Durante o início do filme em que Paul [personagem vivido por Marlon Brando] aparece descabelado e acometido de uma forte depressão nervosa, até a passagem já citada, o público o vê como um gato que vê um cachorro, cheio de desconfianças. Talvez essa desconfiança seja em face da proibição do filme no Brasil e das condenações que ele sofreu. Mesmo já apaziguado com a crítica, o filme de Bertolucci não deixa de ser um escândalo para o brasileiro e principalmente o teresinense, que ao contrário de espectadores de outros estados brasileiros e de outros países, não está indo ao cinema. Por que? Imagine o filme sendo exibido há sete anos nos mostra o grau de atraso por que passamos¹¹⁶.

Nas considerações, a publicação elabora a imagem de uma Teresina extremamente conservadora e ultrapassada em comparação à redefinição de princípios que iam ocorrendo nos países mais modernos e, lentamente, iam ganhando forma igualmente em lugares que estavam nas imediações desse sistema. Todavia, quanto mais subúrbia é a localização de cada lugar no interior desse raciocínio, mais demoradamente essas inovações modernas levam para entrar em conflito com o que é tido como tradicional.

Essa ideia do atraso presume a urgência de vencer esses vínculos da tradição para tornar-se capaz de seguir as mudanças ocasionadas pelos grandes centros da cultura. Ela, todavia, “ainda reforça uma ideia de inferioridade de Teresina e do Piauí em relação a diversos outros centros supostamente mais desenvolvidos¹¹⁷”. Isso não significa simplesmente a indagação sobre a tradição presente na cidade, mas de lastimar o distanciamento a respeito do acolhimento da modernidade. Não significa inquietar o tradicional criando simbologias modernas particulares, “mas de subversões próprias do diálogo com a cultura local; trata-se de lastimar pelo fato de que aquele sonho moderno importado demora a chegar”¹¹⁸.

De certo modo, essa matéria contrapõe-se ligeiramente com as outras publicações que mencionei anteriormente, já que evidencia uma lógica menos tradicional sobre a família, amor e a sexualidade, e ser, em certo grau, questionador deles. Outro aspecto que deveria ser enfatizado é como o filme é contraditório com a moral determinada para as mulheres do período. A protagonista com o comando do seu corpo é uma investida de insubordinação dos vínculos de controle a que estão subordinadas. A prudência em determinar a característica subversiva da personagem Jeanne (Maria Schneider), ocorre precisamente para examinar melhor questões que fizeram parte da estruturação da mulher honesta, roupas, maternidade, casamento e virgindade que encaminharam o raciocínio dos discursos científicos.

¹¹⁶ O Dia, Teresina, Ano XXVIII, Nº 8. 110. 18 de maio, p. 06, 1979.

¹¹⁷ COSTA, Fernando Muratori. Op. Cit., 2019, p. 109.

¹¹⁸ Ibidem, p. 109.

Na perspectiva de modificações no processo de sociabilidade, alterações em virtude da modernização de Teresina, voltamos nossa preocupação na representação da mulher no espaço urbano. É viável acreditar que, as modernidades da cidade preocupavam as mulheres no âmbito público, esse âmbito de modernização trazia ao cenário uma reconfiguração da moral pautada em ideais civilizadores que buscavam preservar as práticas femininas. A proteção da moral e dos valores tidos como adequados, a autoridade de influenciar mesmo que oculto os pensamentos e todas as vertentes da vida social, até mesmo as novas formas de sociabilidade e entretenimento moderno. Desse modo, a criação do cinema foi vista, em várias condições, como objeto demônio, descaracterizador da moral e dos valores tradicionais vigentes na sociedade em consequência das cenas audaciosas, não correspondendo com os parâmetros morais divulgados para a década.

Sendo assim, compreendo a Teresina do começo da década de 1970 como uma conjuntura de tensões simbólicas entre modos de condutas e discussão social, familiar e sexual tradicionais e outras modernas, conforme o cenário cultural e social particular em que cada indivíduo estava inserido. Afirmar qual dos dois, falemos, modelos cotidianos e hábitos sociais prevalece em Teresina naquele período é na realidade inviável, já que são formatos que se cruzam a todo momento, afinal de contas o tradicional e o moderno coexistiam em cidade nesses anos. O aspecto de conversação entre os dois é que se demonstrava muito clara, principalmente, pela série de representações elaboradas nos jornais e refletidas aqui.

2.2 Dicas de Modas, Cuidados com saúde e Decorações da casa

Conforme a análise de assuntos recorrentes nas edições voltadas ao público feminino, entende-se que o que é divulgado para elas é quase sempre pautado na preservação do ambiente doméstico e o modo como cuidar do marido e dos filhos. Apesar disso, é visto a presença de mulheres no âmbito jornalístico que, de certa forma, demonstra a efetivação de um espaço ocupado no interior de uma sociedade patriarcal, tendo a possibilidade de ser evidenciada, sobretudo, a área da moda. Consequentemente, essas mulheres aos poucos foram saindo da condição de “rainha do lar” para levar os debates e dicas sobre a moda e o surgimento de uma identidade exterior ao ambiente doméstico. De acordo com isso:

Já quase no final da década, em 1977, o jornal lançou uma editora fixa e diária, “Mulher”. Nessa editoria, além da periodicidade, os assuntos abordados foram modificados, agora o cinema, a literatura, música, novelas e etiqueta eram assuntos frequentes, além de moda, receitas e dicas para cuidar bem da casa, que eram usuais. Notadamente, a jornalista Elvira Raulino contribuiu para garantir a participação ativa da mulher na redação do jornal “*O Dia*”, onde possuía um espaço diário de columnismo

social. Sua coluna era uma das poucas publicações fixas no jornal, que independente do caderno ou espaço que ocupava sempre se fazia presente.¹¹⁹.

Ainda que houvessem disposições e esquemas que mudaram no decorrer da década, as publicações voltadas para as mulheres abarcavam assuntos que abordavam acerca das proteções com o corpo, sugestões de beleza e moda, higiene pessoal, as decorações do âmbito doméstico, receitas gastronômicas, assim como os cuidados com a família e a desvelo com o marido. Lamentavelmente, não se pode unicamente escapar e desconsiderar tais modelos, já que eles constituem a sociedade na qual vivemos, e os jornais tendem a oferecer sustentação a eles. Ainda assim, esses jornais são recursos que acompanham as transformações da sociedade. Em geral, são escritos não somente por mulheres, mas sobre mulheres e suas pautas que podem abranger temas relevantes para as leitoras como a saúde com o corpo, do lar, do cuidado com os filhos e o esposo.

Os conteúdos direcionados às mulheres traduziam e estimulavam modelos de práticas e normas estipuladas. As páginas abordavam a respeito do retorno dos estilos da década 1970, com os panos com bolinhas gravadas, com modelos considerados como mais femininos e finos. Da mesma forma, se é capaz de analisar qual o padrão de beleza aprovado pela sociedade, na publicação do *Jornal O Dia* três mulheres aparecem com um vestido decotado, mais curto e um traje de biquíni que demarcam uma silhueta bem definida. Como pode ser visto na seguinte imagem:

Imagem 02: Moda feminina



Fonte: Arquivo Público do Piauí

¹¹⁹ LIMA, Anne Béatrice Sousa; DE ARAÚJO, Claryanna Alves. O Dia e o Público Feminino na Década de 70. *Mídia Impressa do II Encontro Nordeste de História da Mídia*, Teresina, 20 e 21 de junho de 2012, p. 12.

Nessas publicações se enaltece as mulheres magras com estruturas físicas delgadas, relacionando-as ao modelo de requinte e beleza. Essa comprovação exhibe uma ideia que era divulgada às mulheres no decorrer da época, colaborando para a concepção de uma imagem que vinculava a representação feminina a uma norma na qual teria de ser utilizada.

Desse modo, os jornais concederam em suas páginas lugares relacionados a conteúdos em relação à moda nas suas publicações, com temáticas sobre beleza, apetrechos e vestimentas adequadas na utilização diária. Através disso, somos capazes de compreender o aparecimento de questões divulgadas para as mulheres e igualmente a vigorosa presença de edições onde a moda estava presente. Como, por exemplo, a publicação da coluna *Página da Mulher*:

Vários retalhos de tecidos de cores e larguras diferentes fazem essa versão moderna de cigana, que vem dando amplitude e graça à saia. Já para quem prefere o conforto das calças temos uma boa ideia, use a pantalon branca e tenha charme em seu estilo. O mini corpete de cor vermelha dá seu toque cheio de raça com alças largas que tem acabamento com gola marinheira¹²⁰.

Nessa compreensão, o contexto dos anos de 1970 expressou diversas representações femininas, em que foram delimitadas por características múltiplas e formas de adaptação diferentes ao arranjo de seu período. Na passagem dessa década apareceram outros fatores de restrições ao corpo feminino, a exemplo da moda, das vestimentas, que eram explicadas pela estética e pelos discursos dos médicos, para a consolidação de uma narrativa midiática de um corpo salubre e bonito para as mulheres. Sendo uma questão de evidência na *Página da Mulher* e protegeu padrões femininos, encaminhando esse público a tendência da época.

A década estampou um conjunto de símbolos e marcas sobre transformações nos estilos à compreensão da moda, fazendo surgir novos padrões femininos com especificidades nos jornais. A maneira de analisar o conteúdo da moda no jornal resumia-se em noticiar aos(as) leitores(as) a respeito de orientações de modelagem, de novas coleções de roupas que estavam sendo anunciadas e disseminadas em desfiles nacionais. Além disso, em outras publicações eram também demonstradas a agitação que ocorria nas lojas da capital. Essas matérias de moda partilhavam espaço com fragmentos de horóscopo, sugestões de como cuidar da família, da saúde e das receitas de comidas.

Assim, eram constantes as matérias a respeito da moda, sugestão de beleza, proteção com a pele e cabelo e dicas de maquiagem. Esses assuntos demonstram o cuidado e o enaltecimento que a mulher teria de dispor, sobretudo, com seu corpo, em consequência da beleza física e da cautela com o que era visto como mais apropriado no período. Cabe então destacar a edição intitulada “*Chique, mas perigoso*” do ano de 1972:

¹²⁰O Dia, Teresina, Ano XX, Nº 2.234. 25 de outubro, p. 06, 1971.

Frankfor: na moda do calçado mantém-se a tendência “para cima”; os saltos são ainda mais altos, as solas mais grossas. O Instituto Alemão de Calçado em Frankfor no Meno (República Federal da Alemanha) acaba de apresentar os seus novos modelos de verão: “Sling pumps” com solas grossas e saltos de 10 a 12 centímetros e sandaletes com sola em cunha e correias em entrançado dominarão na próxima temporada. Deu a preferência a cores suaves tais como “pink” ou “verde maçã”. Os ortopedistas advertem do perigo que o calçado chique-extravagante apresenta: não oferece segurança e pode ser a causa de fraturas e de lesões irreparáveis¹²¹.

Conforme a matéria acima, presente no *Jornal O Dia*, é destacada a relação que se efetua, geralmente, entre o cuidado, beleza e a mulher. Dessa forma, vão se delineando não somente os corpos, mas similarmente os comportamentos, gestos e o que era considerado como seguro nos gostos e hábitos. A partir dessas inúmeras publicações, a edição “*Página da Mulher*”, perdura trazendo sugestões e palpites sobre diversos incômodos do universo particular das mulheres, sendo capaz de compreender, especialmente as múltiplas facetas publicadas para a mulher, que reproduzem o modelo dominante.

Ao analisar o discurso e a elaboração do consenso em torno dos alimentos na trama que engloba os jornais, se identificou um grande entusiasmo pelo corpo harmônico e perfeito, em um elo ambíguo entre o que é belo e saudável, conjunto a hábitos alimentares ocasionalmente confundidos e declaradas por um classificado aparente científico e por expressão estética, em que possui como sustentação o modelo de perfeição moderna.

Dentre calçados, vestuários e peças, o jornal sugere quais os preferíveis itens para seu público leitor. Para além disto, além disso quem o lê consegue descobrir não somente assuntos destinados a roupas e venustidade, também é ressaltado a compra de eletrodomésticos e o preparo da comida dentre outros elementos, que contribuiriam para a reprodução social destinada às mulheres. As abordagens contidas nos jornais também traziam as referências sobre como o âmbito privado deveria ser decorado, de exemplo a dica nomeada “*As plantas e vime para a sua mesa*”:

Poltronas e sofás de vime, em cores claras, ao lado de vasos de flores, cortina branca, quadros alegres, piso rústico em lajota, uma estante bem bolada e que pode ser feita com madeira e tijolo pintado, compõe um ambiente que dá uma sensação de frescura para ajudar a suportar o calor e alegrar sua casa¹²².

Outra característica que é demarcada nos periódicos é o tipo de decoração que a mulher deveria utilizar no espaço doméstico, já que elas são encarregadas de cuidar desse ambiente e torná-lo mais atrativo e aconchegante. Dessa forma, podemos considerar uma delimitação da

¹²¹O Dia, Teresina, Ano XXI, Nº 3.089. 21 de agosto, p. 03, 1972.

¹²² O Dia, Teresina, Ano XX, Nº 1.905. 14 de julho, p. 03, 1971.

mulher na esfera doméstica, onde são identificados alguns aspectos e funções como imanentes ao âmbito privado e a uma reduzida particularidade. Tudo é realizado e disponibilizado para que se aumentem os afazeres predominantes e habitualmente considerados como obrigações femininas, como os trabalhos domésticos. A extensão da casa é classificada como um espaço de primazia para a estratificação da coesão e subjugação feminina. A de dona do lar e a reverência à feminilidade são orientações a conduta das mulheres e os deveres que são atravessados de geração em geração.

E o jornal aparece mais uma vez como um propagador de ideias constituídas historicamente, e isso é repercutido nas páginas sobre a elaboração e partilha das técnicas culinárias e, sobretudo, com os cuidados na alimentação. A seção de saúde igualmente é recorrente, abordando essencialmente as dietas e modos de vida mais saudáveis e mais aconselháveis. Entretanto, as duas primeiras temáticas, principalmente, foram mais frequentes em uma parcela enorme das páginas e em um grande número de seções impressas, que tratam de fragmentações desses conteúdos:

Uma das dificuldades que encontram os nutricionistas em aconselhar uma alimentação adequada para o calor e para o cuidado com o corpo, é a de introduzir verduras e legumes numa dieta para esta temperatura alta. No Brasil, e principalmente no Norte e Nordeste, a atitude de descaso para com esse tipo de alimento é total, pois muitos preferem um pedaço de bolo ou uma boa quantidade de arroz e feijão a uma salada, quando verduras e legumes representam excelentes fontes de vitaminas A, C, uma boa quantidade de complexo B, ferro, cálcio, potássio e muitos outros indispensáveis ao organismo e para uma alimentação menos gordurosa e que raramente são encontrados na mesa da nortista ou da nordestina¹²³.

Nesse fragmento da matéria, podemos entender esse vínculo de exaltação do cuidado com a alimentação apropriada, empregando dicas de dietas restringidas e práticas para alterar os estilos de vida e modificação na alimentação. Um trecho do jornal que adentra no debate sobre a saúde e a introdução de hábitos saudáveis. As palavras usadas fazem alusão a uma autêntica batalha que as mulheres necessitam travar, pondo esses pontos como enormes problemas e oponentes a serem vencidos.

Os conteúdos mais relevantes referentes às dietas se intensificam em tempos que antecedem o verão, sendo assim, assinalando a imediação da estação e as preocupações indispensáveis. O modo como a boa forma é analisada vai de encontro da disseminação de regras e imagens femininas, dando a entender que a leitora só estará bonita quando adotar as

¹²³ O Dia, Teresina, Ano XXI, Nº 2.080. 02 de fevereiro, p. 04, 1972.

orientações evidenciadas pelo jornal como princípios de beleza no verão, isto é, você só é bonita se estiver com o corpo em forma.

As referências das publicações do período abordado traziam além de sugestões de moda e cuidados, traziam igualmente assuntos acerca da saúde e dicas para cuidar do lar. Vemos também como o âmbito doméstico é considerado como um campo de excelência para a manutenção da sujeição feminina. O papel de dona de casa e a devoção de algumas atitudes femininas são modelos a conduta das mulheres, de como elas se enxergam e como são avaliadas pela perspectiva social e familiar.

É notável o objetivo em caracterizar e estruturar um público feminino, em formar ânsias, em aumentar a demanda de publicações direcionada às mulheres, com a disposição de temáticas tidas como exclusivas do sexo como, por exemplo, a moda, novidades para o lar, advertências médicas e nutricionais, decoração e outros textos considerados como de interesses femininos. Não podemos deixar de compreender que os jornais, em seu encargo pedagógico, instruem a leitura de abstrações e concepções sobre o gênero e a modernidade, formadoras de condutas diferentes de acordo com o sexo, ao reiterar o raciocínio da divisão binária, da fragmentação entre o espaço masculino e feminino.

As propagações desses textos atuam como multifacetadas técnicas sociais, tal como esquemas discursivos através das quais o gênero é elaborado, modos que formam diferenças a partir do gênero/sexo, e que, no contexto dos jornais, validam o argumento da segmentação binária, da partilha dos sujeitos em uma incontornável questão feminina e masculina. É necessário entender, como já justificamos, que estas edições operam como estratégias sociais de gênero, construtoras dos resultados do feminino e masculino em condutas, em corpos e nos vínculos sociais.

Além disso, o que se percebe ainda é que mesmo na década de 70, o agrupamento social apresentava indícios do padrão de sistema baseado no patriarcalismo, em que o homem era abastecedor da casa, aquele que assegurava e oferecia comodidade a sua família. As mulheres, no que lhe concernem, eram disciplinadas com o intuito de procriação e afazeres no interior da casa. Apesar de haver nessas publicações a necessidade da inserção da mulher no espaço público, quase que não pertencia a mulher a ideia de trabalhar nem angariar riqueza, em número pequeno as que podiam trabalhar eram de uma categoria, do ponto de vista econômico, menos privilegiada, na qual necessitavam manter seus filhos e as funções a elas voltadas na sociedade

eram de caráter restrito aos compromissos domésticos, particularmente, aprontar comidas, cuidar dos lares e outros trabalhos que possuíam um reconhecimento moderado.

2.3 Corpos vigiados: mulheres nas sombras da noite na capital do Piauí

Os jornais locais também desempenharam um papel importante na percepção e na construção de sentido sobre a presença das mulheres no território da cidade. Basicamente conjecturando o cenário analisado, o espaço da cidade é uma construção dos sujeitos e, portanto, constitui-se como uma consequência histórico-social que representa o desenvolvimento e atuações anteriores e nele se objetiva o porvir já que essa intenção é feita através de questões do agora.

Nesse caso nos põe ante a inviabilidade de refletir sobre a cidade alheia da sociedade, dos elementos materiais, sociais e culturais, traçando-se em fundamentos que experienciaram as sequências de modificações em sua estrutura física e nos aspectos morais e sociais da capital. E, cabe então, enfatizar sobre as mudanças urbanas acontecidas no início do século XX, com o objetivo de alterar a aparência das extensões urbanas, com a intenção de adequá-las aos recentes “ideais modernos e higiênicos, decorrentes do avanço científico, de novas tecnologias e de novas ideologias. Com o advento das modernas teorias urbanas, pois, muda-se a forma de estruturar, de pensar, de ver e de viver a cidade”¹²⁴.

Nas cidades, as reformas, as edificações e a instauração de instrumentos e serviços urbanos não se delimita somente a esfera arquitetônica ou urbanística. A Teresina do pervertido, do boêmio, do libidinoso era também a do conservador, do pacato e do obsoleto. A Teresina desordenada era também a cidade da quietude. E, apesar de que o âmbito urbano fosse análogo nos delineamentos de demonstração da modernidade, do avanço e do desenvolvimento, esse espaço era similarmente demarcado pela ação dos domínios da tradição. Isto é, sem a tradição era inconcebível compreender a dinâmica que levava à modernidade da cidade. Era, desse modo, no divergente vínculo que o moderno havia com o tradicional, do novo com o antigo, que descobrimos os movimentos naquilo que antes era considerado como inerte, no entanto nos fazia enxergar no que era supostamente permanente, o tênue contorno da transformação.

De alguma maneira, ainda que ocorresse, por parcela de muitos, a negação e o esforço de não se integrar ou desviar desse universo, nessa ocasião, construído por um extenso conjunto de recentes inovações, em que particularmente incorporaram o corpo do indivíduo no quadro

¹²⁴ PINHEIRO, Eloisa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002, p. 24.

das ferramentas políticas, de linguagem e interpretação como maneira de rejeita a cultura predominante, principalmente, para compreender e planejar das linhas limítrofes da fala, estabelecendo recentes ideias e significações, o que combinou num imenso redirecionamento perceptual do espaço urbano.

Dessa forma, percebe-se que, nos anos de 1970, as mulheres foram capazes de transpassar as barreiras do espaço privado estabelecidas a elas. Como poderemos ver ao longo deste trabalho, este sobrepujamento é na maioria das vezes realizado pela trajetória do excepcionalismo, ou seja, do destaque em suas profissões, pelo matrimônio ou pela militância na política. Em outras circunstâncias, a notoriedade é conseguida pela temerosa via do crime e da prostituição, na qual seus comportamentos podem confrontar as normas e os valores tradicionais.

A concepção de que o espaço urbano configurava, através de um discurso que tencionava fundamentar a compreensão da multiplicidade de hábitos que estabelecem a vivência diária, tem sido enfatizada por inúmeros historiadores, na grande parte das vezes no sentido de classificar o centro e as margens. Então, o centro pode ser verificado como um lugar de costumes legítimos e disciplinares, de sujeitos de classe social mais abastada e de higiene adequada e moralmente aceita. Já as margens são vistas como âmbitos de prostituição, miséria, bagunça e de impureza. Para esse traço de abordagem, os jornais que analisam esses regulamentos (como os municipais, que foram mencionados no capítulo anterior) são documentos de suma importância, por se tratar de um mecanismo que busca examinar a cidade e instituir-lhe uma norma espacial:

A Paissandu se constituiu como a mais tradicional zona boêmia e de prostituição em Teresina sem estar fora do perímetro urbano, mas dentro dele. Fisicamente foi traçada como uma das vias de acesso para a parte mais central da cidade, partindo da margem do rio Parnaíba, com o nome de Rua do Pequizeiro, e posteriormente recebendo a denominação de Paissandu. Com as ruas adjacentes, constitui-se na zona, de modo que a palavra Paissandu passou a significar não somente um nome de rua, mas o de baixo meretrício, local de prostituição¹²⁵.

Para os praticantes e apoiadores da moral que conduz as normas disciplinares do bom comportamento, o local da zona era considerado uma ambiência de “sujeitos indesejáveis, pervertidos, meliantes, transgressores, imorais: prostitutas, clientes, jogadores viciados, bêbados, gigolôs, homossexuais, cafetinas e cafetões”¹²⁶. A partir da imagem abaixo podemos identificar como estava caracterizada a Rua Paissandu:

¹²⁵ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do Prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2006, p. 56.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 94.

Imagem 03: Foto panorâmica da Rua Paissandu/Teresina-PI em 1970



Fonte: Arquivo Público do Piauí

Em uma aproximação com o corpo da mulher, a extensão da Paissandu poderia caracterizada como “baixo-ventre, um local erotizado, fonte de desejos, onde se vende e se compra prazeres, uma heterotopia da cidade”¹²⁷. Teresina se desenvolveu como uma mulher, desse modo, “não é mais menina, é mulher, atraente, erotizada, desvirginada e possuída por boêmios, putas e cafajestes que nela praticam a prostituição e outras formas de prazeres ilícitos”¹²⁸.

A Rua Paissandu e alguns locais de prostituição se conceberam como uma esfera periférica, de desvio e particular. No entanto, é interessante entender que as áreas de prostituição geralmente se instalem em centros urbanos, perto de áreas comerciais e, portanto, em última instância, mais próximas do ambiente familiar. Paradoxos relacionados ao dia e à noite. Segundo os padrões sociais da época e o poder aquisitivo dos teresinenses:

Zona de elite, constituída de cabarés, chateaus, botequins e rendez-vous, ambientes que abrigavam os amantes da noite que ali compareciam buscando além de sexo, outras opções de entretenimento: jogos, danças, drinks, ou, simplesmente uma conversa amistosa com algum amigo¹²⁹.

Para os adeptos e defensores do moralismo que controla a honra e as normas disciplinares do bom comportamento, o lugar era considerado como um recinto de indivíduos desfavoráveis, libertinos e desordeiros. Contudo, são “coadjuvados por alguns trabalhadores

¹²⁷ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Op. Cit., 2006, p. 103.

¹²⁸ Ibidem, p. 65.

¹²⁹ Ibidem, p. 14.

como garçons, músicos e porteiros”¹³⁰. Todos criando vínculos entre si sem que impossibilitar o propósito dos homens na procura por diversão e de prazer, ou das pessoas que, neste lugar, exerciam empreendimentos lucrativos ou precisavam da zona como ambiente de trabalho.

Pela localização geográfica da capital e por ser uma cidade jovem, a cidade possui uma localização geográfica vantajosa. No sertão do interior, Teresina é um ponto de encontro da população do Meio-Norte do país (Maranhão / Piauí) e partes do estado do Ceará. Ao analisar a Rua Paissandu, podemos compreender como se estrutura uma rede de instituições especializadas em prostituição, graças ao influxo de muitos sujeitos masculinos como a “Av. Taumaturgo entre a Rua Santo Antônio e a Rua Bela na qual havia a maior concentração de comércio atacadista e de onde partiam/chegavam os transportes coletivos intermunicipais e interestaduais”¹³¹.

Nesse período, o crescimento econômico da capital foi impulsionado pelo comércio e pelos navios ancorados no rio Parnaíba, o que gerou um crescimento comercial na capital. Para Bernardo de Sá Filho (2006):

Contrariando a abordagem hierarquizante da cidade a partir do centro como lugar de licitudes e disciplinas e as margens como lugar de transgressões e relações ilícitas, a Paissandu se constituiu como a mais tradicional zona boemia e de prostituição em Teresina sem estar fora do perímetro urbano, mas dentro dele. Fisicamente foi traçada como uma das vias de acesso para a parte mais central da cidade, partindo da margem do rio Parnaíba, com o nome de Rua do Pequizeiro, e posteriormente recebendo a denominação de Paissandu. Com as ruas adjacentes, constitui-se na zona, de modo que a palavra Paissandu passou a significar não somente um nome de rua, mas o de baixo meretrício, local de prostituição. A partir dessa significação, no cotidiano da cidade, inventou-se a expressão “descer a Paissandu”, que quando usado referindo-se a alguma mulher, não significava deslocar-se aquela via pública, mas tornar-se prostituta¹³².

A adjacência da Rua Paissandu ainda oferece diversos bordéis para pessoas de classes sociais alta, média e baixa, o que constitui a zona boêmia da cidade. Os clientes e as prostitutas rodeiam por ali ao longo do dia, misturando-se com a rotina de pessoas que devem ou não prestar serviços sexuais no local.

A Rua Paissandu tornou-se um local de reunião de uma série de elementos poderosos para uma boa investigação, é um antigo bairro com velhos problemas e desafios, mas também com um grande sentido de conformação e ligação social. Nas décadas de 1960 e 1970, era uma poderosa zona comercial responsável pelo trânsito de pessoas e mercadorias, aproximando-se e exacerbando a zona de prostituição de Teresina. Existe uma distância física entre este espaço

¹³⁰ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Op. Cit., 2006, p. 94.

¹³¹ Ibidem, p. 73.

¹³² Ibidem, p. 56.

e o centro de lazer (Praça Pedro II), mas ao mesmo tempo, a norma de convivência social estabelece um certo distanciamento, o que evidencia a distância e subdivisão de gênero e classe existentes na sociedade.

Nos âmbitos boêmios de Teresina, sejam eles de alto ou baixo meretrício não se comercializava somente sexo, estes espaços transpassam e arranjam relações a partir de teias de sociabilidade que se expandiam na sociedade, elaborando afirmativas e recusas daquelas zonas como, por exemplo, “muitos botequins, restaurantes, bares-lanchonetes e salões de jogos, promovendo um empório de identidades e relações diversas através de conexões entre diferentes sujeitos”¹³³.

Estes locais estão por todo o centro de negócios de Teresina, onde se mantêm importantes redes sociais, relações familiares e vínculos afetivos. Afinal, como exemplifica Margareth Rago “todo um comércio especializado se desenvolveu em torno da prostituição, máquina de prazeres”. No entanto, não podemos limitar a existência de prostíbulos à pura lógica econômica. A composição do espaço de entretenimento de Teresina também incorpora outros fatores igualmente importantes que levaram ao auge dos bordéis na cidade, como a sociabilidade, as relações de poder entre homens e mulheres.

Existe, por conseguinte, no revés que assinala a ideia da prostituição como sendo inferior e marginalizada, a elaboração de uma espacialidade moral pejorativa para essa prática, para o ambiente em que ela era exercida (meretrícios), bem como para os indivíduos que dela faziam utilização como as próprias prostitutas, os clientes e os cafetões/as cafetinas.

Em paralelo do que atualmente observamos, a grande notoriedade feminina no âmbito urbano estimulava uma vigorosa sistematização de sua vivência diária e a complexificação dos preceitos de moralidade para as mulheres em geral. Estabelecer inexoráveis regulamentos morais de comportamento, buscando determinar nitidamente os limites simbólicos entre os espaços sociais da “mulher de família” e da prostituta tornava-se receio gradativo em inúmeras instâncias da sociedade.

A abordagem histórica da proibição relativa à sexualidade e das narrativas regulamentadoras da prática sexual presume um cuidado principal aos quesitos de gênero e são analisados nesta pesquisa. Conforme Margareth Rago na discussão médica presente no século XX, haviam caminhos que direcionaram a mulher a esfera privada do lar como, por exemplo, “o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade, ou seja, sua missão, de

¹³³ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Op. Cit., 2006, p. 73.

mãe, aceitar seu campo profissional: as suas tarefas domésticas”¹³⁴. Por outro lado, ao contrário dos padrões de comportamento da mulher honesta:

Classificaram as mulheres degeneradas, investigaram seus hábitos e gostos, diagnosticaram suas doenças, procurando acumular todo um conhecimento sobre a mulher pública e difundir o estereótipo da puta, a partir do qual elas estão situadas para fora do campo da normalidade sexual e social¹³⁵.

O papel da mulher é formado no decorrer dos tempos tendo como fundamento a sua sexualidade, sendo os debates acerca dela intrinsecamente sexualizados, em oposição ao que ocorre a respeito do homem. Se verificarmos as discussões em relação a feminilidade e a mulher, entendemos que esta propende a ser considerada como objeto sexual. A conduta sexual da mulher tende a ser incluída nas inúmeras orientações de conceituação da feminilidade e é frequentemente apontada quando se investiga a imagem e “valor” moral das mulheres. Esse modo de sexualização da mulher não tem nenhuma semelhança nas discussões socialmente formadas sobre o homem.

Dessa forma, a formação no decorrer dos tempos sobre a atuação e o dever da mulher na sociedade está diretamente vinculada com as narrativas sobre a mulher “direita”, que se achega a representação de um modelo idealizado de feminilidade. A ampliação das discussões sociais predominantes, e na elaboração desse imaginário, não pode distanciar-se da maneira como a mulher vai sendo dominada e contida socialmente. Contudo, atuar no espaço público não é simples para as mulheres, restritas ao espaço privado, julgadas a partir do momento em que falam mais alto ou se expressam. Mas, como é visto, elas vêm se efetivando e de vários modos:

As mulheres souberam apossar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder. Elas encontraram ali os contornos de uma cultura, matriz de uma consciência de gênero. Elas tentaram também sair deles, para ter enfim lugar em toda a parte. Sair fisicamente; deambular fora de sua casa, na rua, penetrar em lugares proibidos, um café, um comício, viajar. Sair moralmente dos papéis designados. construir uma opinião, passar da sujeição à independência: O que pode ser feito no público assim como no privado¹³⁶.

Nessa compreensão histórica podemos enfatizar como ocorreu a dinâmica da mulher pelo espaço público, ultrapassando prováveis estigmas dicotômicos que a circunscrevem ao espaço privado e doméstico. Sendo a prostituta vista como uma pessoa contrária ao que era tido como aceitável, era a margem que o padrão feminino deveria seguir na sociedade moderna que

¹³⁴ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1997, p. 71.

¹³⁵ Ibidem, p. 85.

¹³⁶ PERROT, Michelle. Op. Cit., 1988, p. 280.

se instaura. Afastava-se as mulheres “perdidas” das mulheres de honra, as primeiras consideradas um perigo para meio social, capazes de destruir a civilização, estereótipos de incentivos negativos, incoercíveis e desordeiras eram propagados.

Imagem 04: Mulheres de Vida Alegre na Rua Paissandu



Fonte: Acervo Público do Piauí

A moralização era circunscrita principalmente a partir dos jornais, onde tinham regras de etiqueta que, além de determinarem além de tudo as diferenças entre as classes populares e as classes mais abastadas, que gerava uma marcada restrição às mulheres, formando modos particulares a serem ansiados e adotados: a representação da mulher honesta que se reservava ao lar, todavia, passeava de manhã pela cidade, trajava-se segundo a moda e com o contexto e visitava locais apropriados para a sua premissa de mulher. De acordo com a igreja, categoricamente, haviam certos ambientes como os eventos noturnos que eram inadequados para os jovens católicos acharem as possíveis esposas, em conformidade com a observação “*Jovens que procurais uma noiva...*”:

Não a procureis nos lugares mundanos, nos cinemas e nos salões de baile. Não a procureis entre as moças decotadas que se acham sempre nas ruas, como para pôr-se à venda e lograr algum estúpido. Procurai a vossa esposa entre as jovens laboriosas, virtuosas, retiradas que têm bom senso e, sobretudo, que têm religião, porque a religião é a base da felicidade nesta e na outra vida¹³⁷.

Supostamente, a observação transcrita no parágrafo anterior tinha sido destinada aos rapazes católicos. Entretanto, a nota foi divulgada na *Página da Mulher*, uma seção efetiva do jornal *O Dominical* em que eram propagados princípios a serem empregados pelas jovens e

¹³⁷ O Dominical, Teresina, Ano V, Nº 1.201. 26 de março, p. 03, 1950.

mulheres teresinenses. Um recinto onde a representação social da mulher era nitidamente demarcada.

Na formação discursiva clerical teresinense, era nos espaços de diversão e entretenimento que os rapazes e as moças esqueceram a concepção católica e, desse modo, "afastam-se da religião, desvirtuar-se da vida cristã e iam se constituindo como candidatos perfeitos para a formação da família moderna¹³⁸". E para que isso não acontecesse, era preciso que a igreja católica, amparadas pelos responsáveis, fosse zeloso e possibilitasse aos jovens uma empenhada instrução religiosa. No decorrer de sua atuação em Teresina, a igreja foi consolidando dispositivos disciplinares, seja nos âmbitos das casas ou nas igrejas, para que a formação católica fosse solidificada mediante os fundamentos religiosos. Portanto, cabe considerar que:

O jornal *O Dominical* servia como um agente vigilante das práticas sociais cotidianas dos teresinenses e um instrumento de informação e formação dos católicos em Teresina. Além disso, o jornal também servia para prescrever práticas às mulheres, na tentativa de conservar um modelo feminino que estivesse de acordo com os seus propósitos de manutenção da ordem social neocristã e contrapô-las à conduta feminina moderna¹³⁹.

Dessa maneira, para guardar um corpo socialmente equilibrado e salutar, é fundamental monitorar, especificamente, cada indivíduo sujeitando-o a uma série de convicções morais e regras de convívio social provenientes de organizações civis e estatais, na qual o controle de coibição se efetua pela intimidação policial, religiosa e até mesmo moral. Em geral, tais regras expressam uma advertência perdurável, receada pelo transgressor submetido a punições sociais dos setores mais tradicionalistas da sociedade.

A sustentação de discursos sobre os âmbitos perigosos e as prostitutas, colaborou com a constante construção de uma propensão de duas vias principais que busca objetivar as mulheres dentro das que acompanham os protocolos determinados a sua sexualidade e às quais recusam essa continuidade. Uma maneira de separá-las em mulheres “benevolentes e cruéis”, por meio das que se empenham ou não prosseguir às práticas e moldes designados a elas nas estruturas sociais.

A mulher agradável é, comumente, relacionada ao universo particular, ela é progenitora, sucessora, avó, dona de casa, ao mesmo tempo em que a mulher ríspida, frequentemente, é correlacionada à vivência pública, ela é pervertida, se afasta de regras, com tendência negativa

¹³⁸ DE LIMA PEREIRA, Luciana. Espaço urbano teresinense entre a salvação e a perdição na década de 1950. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p. 03. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300880858_ARQUIVO_Espacourbanoteresinenseentreaslvacaoperdicaonadecadade1950.pdf Acesso em 10 de junho de 2020.

¹³⁹ Ibidem, p. 04.

a ser concubina, meretriz e que possui conduta por entusiasmo. A mulher de vida alegre constantemente aparecia nos jornais voltadas para as ocorrências criminais, de exemplo, o *Jornal O Dia*:

O pau cantou ontem à tarde no baixo meretrício da Paissandu envolvendo várias mulheres embriagadas que em plena rua, semidespidas, brigavam entre si, sem qualquer motivo. Não apareceu qualquer policial para impedir a balbúrdia criada pelas mulheres que deram um verdadeiro show de “strip-tease” na frente de crianças e de pessoas que trabalhavam nas proximidades. Cena como esta está acontecendo quase todo dia na Paissandu, a boca do lixo de Teresina, sobre a proliferação do vício, que apesar de estar situada em pleno centro da cidade vem sendo esquecida pelas autoridades¹⁴⁰.

No texto publicado no jornal mencionado, a prostituta é considerada como as causadoras das preocupações das famílias, por fazer adentrar no âmbito familiar vocabulários corrompidos, que ofendiam a decência das mulheres honestas. Lastimava-se a existência de locais de prostituição no meio das famílias, da mesma forma que se repreendia a conduta das mulheres de vida livre, vista como depravada e desestabilizadora dos preceitos morais. Em tese, o intuito dessas publicações era incentivar a intercessão da polícia na perspectiva de afastar cabarés das residências, assim como regular as prostitutas.

À vista disso, partimos da ideia de que além de noticiar acerca dos acontecimentos, as narrativas disseminadas pelo *Jornal O Dia* concebia imagens que formavam limites morais para Teresina, estas concretizam-se através das posturas femininas usadas no espaço público e privado. As barreiras físicas, em direção de determinar as esferas que poderiam ser ocupadas pelas mulheres de família e aquelas que não deveriam ao menos ser intentadas, igualmente são determinadas em razão dos ideais que o jornal formulava em relação aos locais preenchidos pelos cabarés. Estas representações marcavam divisas morais que indicavam e distinguiam os adequados e não adequados locais. Considerando isso, vale mencionar a análise que destaca que:

O centro é, então, visto como um espaço de práticas lícitas e disciplinares, de agentes de maior poder aquisitivo e de higiene física e moral. Já em detrimento das margens, do espaço físico dos bordéis, eles são socialmente periféricos, duplamente marginais, como lugar de pobreza, de caos, de prostituição, de sujeira e de violência¹⁴¹.

Posto isso, as imagens femininas expressas pelos periódicos, fossem positivas ou negativas, adequadas ou inadequadas, se mostram como exemplificação para entendermos como a narrativa jornalística elaborou espacialidades para a mulher, determinando sua área de desempenho na cidade. Logo, as esquematizações da moral estavam impressas não somente

¹⁴⁰ O Dia, Teresina, Ano XXII, Nº 3.122. 03 de junho, p. 02, 1973.

¹⁴¹ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. Op. Cit., 2006, p. 92.

nos delineamentos das ruas, porém, especialmente, nos trechos jornalísticos, o que de alguma maneira, ajudou a conceber demarcações de padrões e hábitos na cidade.

Na organização desse poder disciplinar, destacamos o mencionado “princípio da localização imediata ou do quadriculamento”¹⁴², isto é, cada sujeito em seu espaço, o que significa:

Estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico¹⁴³.

Diante tal perspectiva do poder disciplinar, os espaços são delimitados para atender não somente “a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”¹⁴⁴. Estas são considerações norteadoras para o entendimento do processo modernizador de Teresina no período estudado. Não é possível deixar de interpretar a cidade a partir do governo de Alberto Silva, sem levar em consideração os bairros distanciados do centro, sem reparar para o poder e normas, as estratégias e vigilâncias, na ótica de se construir um espaço benéfico ao planejamento burguês e modernizador.

O alargamento de ruas e avenidas, a introdução de teatros, cinemas, praças e parques, propiciaram e delinearam espaços de circulação dos sujeitos e grupos sociais. Observa-se o caso particular da Avenida Miguel Rosa, que rapidamente se transformou em um marco das mudanças de Teresina. Este espaço igualmente não deve deixar de ser analisado como um espaço panóptico, de vigília, de que nos explica o filósofo Michel Foucault, um âmbito na qual cada sujeito interpreta o outro e é por ele interpretado; âmbito de junção, mas, especialmente, de inspeção, perscrutação, domínio, uma atividade constante de controle e autocontrole, em que sustenta o poder disciplinar. Nas reflexões de Michel Foucault:

Uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista, ou para vigiar o espaço exterior, mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre o seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento-do muro espesso, da porta sólida que impede de entrar ou de sair- começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências¹⁴⁵.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2008, p. 137.

¹⁴³ Ibidem, p. 138.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 139.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 166.

Nesse sentido compreendemos que o processo modernizador e normatizador realizado na capital do Piauí, ao longo dos anos de 1970. Nota-se também o receio com a ordem social, com a sistematização do espaço urbano, com a modernização das organizações urbanas, com a melhoria sob a determinação da modernidade. Refere-se a uma cautela que não se limita a Teresina, apesar de ter sido um grande exemplo, por sua condição de capital do Piauí.

Em conformidade com o que foi analisado ao longo do texto, os desempenhos exercidos pela mídia impressa e pelas competências governamentais similarmente ocorriam em decorrência do perigo que esses espaços caracterizavam à preservação da conjuntura social corrente. Em síntese, protótipos femininos e práticas que escapavam a esse modelo, mesmo que houvessem em distintos exemplos, que até na atualidade perduram, demonstram que os jornais teresinenses do período produziram debates padronizadores de posturas, sobretudo, os referentes às mulheres.

Foi esse cenário que possibilitou a produção de preceitos e normas resistentes. A abordagem acerca da prostituição no jornal expressou, de acordo com esse ponto de vista, uma rejeição a esses perigos, mais ainda que um cuidado com a assepsia moral da capital. O ideal era instituir um delimitado modelo de regulamentação e atuação para toda a esfera pública por intermédio da moralização dos sujeitos e dos âmbitos considerados como inseguros. Definindo o tema em suas colunas, inserindo-o como parcela integrante de suas inquietudes cotidianas, através do uso de regulamentos rígidos, o *Jornal O Dia* colaborou para a construção de uma ideia sobre a participação daqueles que estruturaram o grupo de isolados/afastados da cidade, em prol de papéis de retidão.

A imagem da prostituta surgia como um obstáculo na perspectiva da cidade disciplinar e moralizadora na rotina da capital do Piauí. Em oposição a essas mulheres, sobrepõem-se os discursos dos homens públicos, orientando a respeito das ameaças de degradação física e perversão moral que apresentavam para a sociedade, bem como os bordéis presentes na cidade. Tem sua representação elaborada para se contrapor à mulher “direita”, casada e mãe exemplar, também culpada de perturbar o bom caráter masculino.

Em decorrência disso, ela deve ser “enclausurada nas casas de tolerância ou dos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas sanitárias¹⁴⁶”. Além de enclausurar as prostitutas no interior de especiais âmbitos, controlados e excluídos socialmente, significativamente os “regulamentaristas defendem que estes estivessem localizados em bairros distantes das escolas,

¹⁴⁶ RAGO, Margareth. Op. Cit., 1997, p. 122.

das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais. As meretrizes deveriam ter poucas permissões de saída”¹⁴⁷.

Essa cautela do jornal em abordar as esferas da moral na sociedade teresinense nos levou a questionar sobre a elaboração de uma espacialidade para a mulher tida como honesta, que por contraste, passava a indicar a sua contradição, a prostituta, aquela que é vista como “o oposto da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos”¹⁴⁸. Esta era relacionada com à enfermidade numa nítida referência a sua conduta como, por exemplo, “o vício que a tornou degenerada, gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo, que possuíam “apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido”¹⁴⁹.

Compreendemos que não é de agora que a cidade confina a mulher, não apenas espacial como moralmente. Os espaços de aprisionamento e coerção se apresentam intensamente nítidas tendo como exemplo o conjunto de problemas referentes à prostituição urbana. O valor e a dignidade da mulher há bastante tempo está relacionada em teor da “recusa de uma mulher em sucumbir à tentação sexual, recusa essa amparada por várias proteções institucionais, como o namoro com acompanhante, casamentos forçados e assim por diante”¹⁵⁰.

Conforme estas verificações, distinções e desigualdades entre os gênero, as normas de sexualidade passaram a ser relevantes para integrar a temática, visto que observamos como a nossa “cultura ocidental dividiu as mulheres em virtuosas e perdidas, e as mulheres perdidas só existiam à margem da sociedade respeitável”¹⁵¹, corroborando com a tradição da permissão sexual do homem, oferecendo suporte às suas diversas experiências sexuais, tanto antes como depois do matrimônio, e envolvendo homens e mulheres em um dual e distinto modelo sexual.

Na atualidade, com a gradativa, porém ainda imprecisa igualdade sexual, homens e mulheres vivenciam transformações essenciais em suas condutas e atuações. As mulheres não têm se sujeitado, como antigamente, ao domínio sexual masculino, tendo, sejam elas ou eles, que enfrentar as consequências desse comportamento. Motivado por esse avanço dos vínculos entre os sexos, a vivência particular obteve um sentido mais extenso e menos firmes. Essas modificações se deram no âmbito de experiências sociais do dia a dia, todas elas relativas ao casamento, família e sexualidade e, nesta conjuntura, com lugares ocupados pelas mulheres.

¹⁴⁷ RAGO, Margareth. Op. Cit., 1997, p. 124.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 46.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 46.

¹⁵⁰ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 16.

¹⁵¹ Ibidem, p. 16.

Entre as análises que abordam a questão da sexualidade, Michel Foucault concedeu elementos analíticos relevantes para a desnaturalização da sexualidade, na qual a característica de natureza foi alicerçada pelos conhecimentos regularizadores, entre os quais os determinados pela “sexologia, que operam, ao lidar com os limites, com noções como doença, patologia, anomia e perversão”¹⁵². Ao estampar um destaque cultural e histórico, demonstrou a sexualidade como uma elaboração social constituída por uma economia de poder. De acordo com a análise de Michel Foucault:

O poder disciplinar supostamente produzia corpos dóceis, controlados e regulados em suas atividades, em vez de espontaneamente capazes de atuar sobre os impulsos do desejo. O poder aparece aqui, acima de tudo, como uma força de repressão. [...] Mais que isso, ela é um ponto de transferência especialmente denso para as relações de poder, algo que pode ser subordinado como um foco de controle social pela própria energia que, impregnada de poder, ela gera.¹⁵³

Para Michel Foucault, a invenção da sexualidade foi a atribuição de certos processos diferentes na construção e estabelecimento de organizações sociais modernas. Os Estados e suas instituições modernas necessitam da autoridade cautelosa dos sujeitos no decorrer do tempo e do espaço. Mais especificamente, está intimamente ligado à investida de se sustentar o domínio da prática sexual feminina. A sexualidade surgiu como um suporte de precaução, precisando de respostas; às mulheres que buscavam satisfação sexual eram terminantemente libidinosas, de acordo com os termos do autor, “o que é a condição habitual do homem [excitação sexual] é a exceção nas mulheres”¹⁵⁴.

2.4 A caracterização da mulher como inocente

No decorrer da história da humanidade homens e mulheres ocuparam papéis diferentes. Em geral, os modelos de condutas determinados pela sociedade vinculavam a imagem feminina como o sexo inferior, inteiramente submissa ao homem. De distintas maneiras observamos como a mulher dos dias atuais ainda é direcionada por restrições incutidas e que integra a vivência, o existir e o ser mulher tanto cultural como historicamente.

Entende-se, desse modo, que uma perspectiva dicotômica do feminino e do masculino, decorrente de estudos médicos e biológicos elaborados ao longo do século XIX e XX, baseava-se no ideal naturalista que persistia na realidade de duas naturezas com atributos e habilidades particulares, relacionando aos homens a racionalidade e a inteligência, e às mulheres a sensibilidade e o sentimento. Em outros termos, como destaca Pierre Bourdieu, “masculino e

¹⁵² GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 18.

¹⁵³ Ibidem, p. 27.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 33.

feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher”¹⁵⁵. Por esse motivo, o espaço doméstico e da família instituiu-se culturalmente como âmbito próprio da figura feminina, assim, passou a estabelecer a esfera no interior da qual a mulher deveria ser acomodada.

Em demonstração sobre esse contexto, compreendemos que a concepção da feminilidade que está no apoio da identidade de várias mulheres coincide a inferioridades, no campo pessoal e afetivo, no espaço público, político e profissional. Como destacado na introdução, a dicotomia entre o espaço público e o espaço privado estava inserida e reconhecida a partir de hábitos diários distintos. É relevante enfatizarmos que a imprensa da década de 1970 foi o lugar de presença predominantemente masculina, que mantinham bastante domínio acerca dos interesses na temática a ser difundida, como Francisco Borges de Oliveira, um dos encarregados pela redação do *Jornal O Dia*. Uma de suas publicações foi denominada de “*A mulher e o homem*”, essa matéria salientava que:

A mulher é um ser passivo, dotado de fraqueza, e, tendo como objetivo principal a obediência. Que caracteriza a sua idoneidade da pessoa humana e moral. Encontrando-se às vezes em uma posição de liberdade, ela tenta procurar a satisfação e prazer no amor. Unindo-se, todavia, a qualquer homem de sua simpatia por quem se deixa governar e orientar. A mulher deve ser deveras subalterna e submissa ao homem, até ao elo final da vida, isso porque o homem é preeminente e dotado de mais força e pudor, quer físico, quer moral. Devido a sua fraqueza, a mulher é influenciável e coerente aos prazeres e utopias da vida. Sexualmente a mulher é mais fraca e suscetível, entregando-se, assim, às concupiscências do sexo facilmente. Não tendo, porém, domínio de si. O homem é o princípio e o fim de todas as coisas, assim como, Deus é o começo e o fim de todos os seres. Como diz o adágio popular: “o homem é superior ao vento”. Arrematando, a mulher é um homem inacabado; e o homem é um produto do meio¹⁵⁶.

Um aspecto evidente na matéria é o propósito de demarcar a atribuição feminina através das diferenças com o sexo oposto, isto é, delimitar a mulher em contraposição ao homem. Isso é provável e aguardado, já que os gêneros são demarcados por distinções. O relato disseminado por esse jornalista argumentava que as mulheres eram seres moralmente inferiores, subordinadas e sexualmente mais frágeis. Publicações desse tipo eram frequentemente divulgadas nos jornais da década de 1970, que revelam o imaginário formado para o homem relacionado à razão, uma sexualidade tida como atuante e ativa, enquanto a sexualidade feminina era considerada como passiva, transposta igualmente pela ideia de fragilidade, delicadeza e a emotividade.

¹⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2003, p. 10.

¹⁵⁶ O Dia, Teresina, Ano XIX, Nº 848. 07 de novembro, p. 02, 1970.

A matéria destacada acima nos faz compreender que apesar de ser discutido, em outras publicações anteriores, sobre a autoridade brutal masculina em relação às mulheres, a narrativa retratada retorna à concepção determinada pela igreja, pelo estado e pelo homem, aquela que ratifica a imagem da mulher como submissa, inocente e inferior. Esse era o relevante argumento do jornal, bem como a compreensão quanto ao questionamento da emancipação feminina. De acordo com Pierre Bourdieu:

A lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido pelo dominante através de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma¹⁵⁷.

Compreendemos então que, apesar das modificações ocorridas em relação às mulheres, estas próprias seguem o sentido do padrão tradicional entre o masculino e feminino. Os homens permanecem dominando a esfera pública e o campo de poder como, por exemplo, na produção do discurso jornalístico, à medida que as mulheres ficam designadas, majoritariamente, ao âmbito privado, a domesticidade, a reprodução, na qual se preserva a lógica social, que elaborou o corpo como realidade sexuada e como detentor de fundamentos de perspectiva e de separação sexualizantes.

Esse esquema social de compreensão inserida é aplicado ao próprio corpo, em sua existência histórica e social. Ainda de acordo com Pierre Bourdieu, a dominação masculina e a maneira como ela é posta e vivida é o resultado daquilo que ele chama de violência simbólica, uma violência suave que se efetua principalmente “pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”¹⁵⁸.

Outro aspecto de grande notoriedade constituído através desses jornais é a produção social do feminino enquanto uma existência boba, inocente, fraca e facilmente sensível de construção cultural e sócio-históricas de feminilidade, concedidos à medida simbólica de um corpo que se mostra indiferente a nenhum envolvimento. A moça havia sido enganada quando lhe foi feita a proposta de casamento, por justa confiança ou por não possuir capacidade moral e racional de discernir as consequências de tais promessas. Logo, a mulher não seduzia, ela era seduzida, visto que a sedução era vista na qualidade de habilidade racionalizada, campos de habilidades e artimanhas sexuais à disposição somente do homem, o ser capaz de raciocinar. Sobre essa abstração, destaco um relato do *Jornal O Dia* no ano de 1971:

¹⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2003, p. 04.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 04.

Cabelos alourados, olhos castanhos vivos, riso ingênuo, inquieta, engraçada, a imaginação excitada pelas novelas da rádio, histórias em quadrinhos e filmes, assim era Lúcia [...], mas, um belo dia surgiu na cidade um belo guapo, rapaz de outras terras, simpático e um tipo galã, como diziam suas amiguinhas. O porte de artista americano, a fala bonita como a de locutor de rádio deixou em pânico o coração dos brotos, dentre eles, principalmente, o de Lúcia [...] iniciaram, finalmente, um namoro, Lúcia irradiava felicidade, contentamento e alegria sob promessas de casamento. No entanto, vivia em constante sobressalto, receosa de que outra tomasse seu coração [...] O rapaz teria que deixar a cidade e voltar para onde veio, mas antes disso deixou consolidado o namoro firme e de promessas futuras [...] após dias da partida de Paulo chegou uma carta. Com coração em disparada iniciou a leitura da missiva: “Querida Lúcia, certamente você terá depois de ler essa carta, a maior decepção da sua vida, entretanto, por querê-la muito é que lhe confesso não poder cumprir meu pedido de casamento. Sou casado. Minha esposa é doente, vive internada num sanatório. Meus dois filhos, sob os cuidados da minha mãe são a razão do meu viver, perdoe-me. Paulo”. Depois de ser iludida Lúcia encarna o desânimo¹⁵⁹.

Com a análise dessa publicação, é essencial enfatizar algumas ideias de Judith Butler¹⁶⁰ em relação ao assunto, o gênero e o sexo, aqui presumimos no estereótipo de seduzida, é um construído sócio-historicamente que se desdobra de significações habituais e convicções que são assimilados pelo sexuado. À vista disso, o atributo inalterável e unissonante do feminino pode ser questionado por estabelecer-se em resultado do que denominamos de gênero. É indicado que, assim como o gênero é construído sócio-histórico e culturalmente, de modo igual acontece com o sexo, em razão de que se o gênero provém de significados culturais que são obtidos pelo corpo sexuado, nesse caso não se consegue especificar que ele sucede fixamente, separadamente da maneira, de um sexo.

Desse modo, nas considerações de Judith Butler é reivindicado o reparo para a ânsia de refletir as esferas de identificação sexual, conforme são objetivadas pelas idealizações dominantes e de duplos aspectos da heteronormatividade, e de se observar as probabilidades de seus distanciamentos. Ao contrário de “uma sexualidade com identidade masculina, em que o masculino atua como causa e significado irredutível dessa sexualidade”¹⁶¹, a filósofa sugere analisar a elaboração da identidade em situações de vínculos fálicos de domínio. Dessa forma, deve-se, em uma parte, pensar as ambivalências, as contradições, as significações e as diferenças em relação às identidades e, na outra parte, entender as reorganizações das eventualidades do falicismo, principalmente, pelas ligações que imergem os gêneros.

Outra percepção obtida a partir da análise do relato sobre a relação de Paulo e Lúcia, são os afetos, e, à vista disso, principalmente, o amor romântico, integram um elemento relevante para a abordagem sobre a sexualidade. A naturalidade das afeições é de algum modo

¹⁵⁹ O Dia, Teresina, Ano XX, Nº 1.331. 08 de abril, p. 04, 1971.

¹⁶⁰ BUTLER, Judith. Op. Cit., 2003.

¹⁶¹ Ibidem, p. 56.

indiscutível, e tem auxiliado muitas vezes a justificação de uma variedade das práticas. A cargo do amor, cometem-se ações horrendas, como os considerados crimes passionais, ademais se perpetraram outros atos mais deslumbrantes e drásticos, como abrir mão da família e do trabalho e acompanhar o convite do amor. A descoberta dessa relação carnal e sentimental, e, de maneira mais abrangente, dos sentimentos e da sexualidade são algumas questões levantadas por Guacira Lopes Louro¹⁶²:

A sexualidade envolve processos culturais plurais, tais como rituais, linguagens, fantasias, desejos, corpos, prazeres, comportamentos e práticas. A sexualidade está relacionada a uma variedade de experiências sociais, como a amizade, os romances, o prazer, o amor e as diferenças sexuais¹⁶³.

Ainda que o amor e a sexualidade tenham atravessado as expressas aplicações nas colunas femininas, são necessárias estar consciente que a notoriedade mais repara ao cotidiano no âmbito privado da casa, as mulheres ainda eram vistas nas divergentes relações sociais entre os gêneros, de modo reservado ou sendo analisadas nas inferências de expressões jornalísticas voltados para o masculino, que as posicionou nos esboços das omissões. Diante disso, a conduta feminina contrária às regras da sociedade, as divulgações na coluna sobre a representação padrão da mulher tornaram-se uma prioridade, já que, no pressuposto masculino, era preciso fortalecê-las.

As mulheres foram estabelecidas como protagonistas dos princípios desse amor romântico, que foi apresentado enquanto “norma de conduta emocional, situado por um compromisso cultural de se amparar na repressão da sexualidade feminina, sucumbindo o seu poder e seus prazeres aparentes”¹⁶⁴. A figura feminina era vinculada a influência afetiva, colaborando com essa discordância qualificativa entre os gêneros favoráveis ao masculino. Nesta perspectiva, é apontado como o matrimônio se transformou no intuito primordial destas mulheres, satisfazendo e atendendo às pretensões de felicidade relacionadas ao período, apesar de que “a sexualidade fosse bastante reprimida e autocontrolada, não apenas reduzida ao casamento, mas ordenada de modo singular e específico”¹⁶⁵.

Ao longo do tempo os princípios do amor romântico foram mais desejados pelas mulheres do que os homens, mesmo que, é certo, que os homens da mesma maneira tenham sido instigados por eles. “O ethos do amor romântico teve um impacto duplo sobre a situação

¹⁶² LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

¹⁶³ Ibidem, p. 06.

¹⁶⁴ FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 27.

¹⁶⁵ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 09.

das mulheres. Por um lado, ajudou a colocar as mulheres em seu lugar, o lar¹⁶⁶. Tais mudanças diante dos ideais românticos colaboraram, dessa maneira, na distinção emocional e social entre os gêneros, que carregou consigo certas razões objetivas e instantâneas, como a necessidade de outras estruturas interpretativas para o estabelecimento da família, para a sexualidade e até mesmo para as normas e ligações de gênero do período.

De outro modo, contudo, o amor romântico pode ser considerado como uma responsabilidade radical e eficiente com o machismo da modernidade. O amor romântico presume a probabilidade de se instituir uma relação emocional perdurável com o outro, possuindo como apoio os atributos específicos dessa própria relação. É o indicador do que chamamos de relacionamento puro, mesmo que igualmente esteja em conflito a respeito dele. Como, por exemplo, a necessidade do que Anthony Giddens designa de “sexualidade plástica”, que é essencial para a emancipação evidente no relacionamento puro, bem como para a pretensão da mulher ao prazer sexual:

A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução. Tem as suas origens na tendência, iniciada no final do século XVIII, à limitação rigorosa da dimensão da família; mas torna-se mais tarde mais desenvolvida como resultado da difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias reprodutivas. Ao mesmo tempo, em princípio, liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina¹⁶⁷.

As sociedades modernas dispõem de uma história afetiva quase que desconhecida, porém, próxima a ser exposta. É uma história das demandas sexuais dos homens, tratadas desligadas de suas imagens públicas. O domínio sexual dos homens a respeito das mulheres é muito além de um aspecto eventual da realidade social moderna. À proporção que essa dominação começa a fracassar, analisamos mais nitidamente a autoridade imperiosa da sexualidade masculina, e esta dominação em decadência origina igualmente uma corrente cada vez maior da violência masculina em relação às mulheres. Atualmente, deu-se abertura emocional entre os sexos, e não se pode mencionar de maneira certa qual a duração que ele levará a ser ultrapassado.

Assim sendo, os vários modos de fazer-se mulher ou homem, as muitas oportunidades de vivenciar as vontades e os prazeres corporais são sempre sugestionados, divulgados, reconhecidos socialmente, e atualmente de maneiras mais nítidas do que anteriormente. Eles são da mesma forma regulamentados, rejeitados ou contestados. Na realidade, a partir dos anos

¹⁶⁶ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 10.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 10.

setenta, a discussão acerca das identidades e hábitos sexuais e de gênero vem sendo gradativamente mais entusiasmada.

2.5 Violência intrafamiliar e os crimes sexuais contra a mulher

A cidade de Teresina que acomodava na década de 1970 os vínculos entre o espaço público e o espaço privado, as sociabilidades, os prazeres noturnos e as normas, era a mesma que acomodava os crimes “passionais”, as paixões desmedidas, os amores ocultos e a moralidade rejeitada, que determinaram a rotina cidadina ao longo da década, serão aspectos a se verificar a partir da análise e das indagações que realizaremos das fontes, elemento fundamental ao desempenho que faremos para construir o trabalho.

Neste tópico, concerne entender sobre a violência intrafamiliar e os crimes sexuais contra a mulher e como a imagem feminina foi caracterizada e representada nos jornais. Cabe mencionar que, discutir sobre a violência nas relações de gênero, constitui em uma discussão acerca das visões solidificadas no homem e na mulher que foram elaboradas como veracidade na nossa sociedade. Apontar a violência no corpo feminino, expressa igualmente percorrer sob representações sexuais e da recusa, da vida e da morte, do domínio, receio, amor, impedimento do prazer e da vontade. Significa assinalar a história de mulheres e as organizações sociais que circulam ao redor do gênero em nossa sociedade.

Entendo que não se deve discutir a história da violência contra a mulher, sem dialogar sobre o seu corpo. E o dito corpo feminino está necessariamente envolto na rede das relações de gênero. Sendo que estas relações cruzam estreitamente com as violências simbólica e física:

A expressão violência contra a mulher se refere a quaisquer atos de violência, inclusive ameaças, coerção ou outra privação arbitrária de liberdade, que tenham por base o gênero e que resultem ou possam resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, e que se produzam na vida pública ou privada¹⁶⁸.

Na atualidade a violência caracteriza-se de distintas maneiras, isto é, multifacetada, alcançando diversos espaços e manifesta-se dos seguintes modos: simbólica, psicológica, material, física, sendo capaz de acontecer em diferentes instituições e esferas sociais.

Os conflitos e disputas presentes no patriarcado consistem em um recurso essencial à propagação do poder do homem e não, como consideram constantemente alguns estudiosos, um traço de inconsistência da ordem ou o vestígio da sua ruína. Inserido na autoridade do pai/irmão, marido/amante, o “chefe” masculino retém condutas socialmente formadas e mistificadas pelo poder. Essa concepção é passada para a esfera familiar e para outras

¹⁶⁸ ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de saúde Pública*, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005, p. 109.

organizações que compõem a sociedade.

Atenta-se, dessa forma, compreender os vários modos de violência ocorridos nas relações sociais, no entanto, iremos nos pautar ao debate e a abordagem da violência contra a mulher, um dos traços da violência de gênero, na especificidade do espaço da casa ou da cidade, e por sujeito, homem ou mulher, que dispõem de ligações familiares ou sentimentais com a mulher. Segundo Heleieth Saffioti:

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio¹⁶⁹.

As agressões contra mulheres são referentes aos processos sociais que foram elaborados em parâmetros patriarcais, homem como núcleo possuidor de poder, que tem como argumento a utilização da violência, visto que “a rigor, todavia, a falocracia se assenta na violência. Pode-se, por conseguinte, afirmar que, embora nem toda violência seja de gênero, todo machismo é violento¹⁷⁰”. Por meio da violência, o homem procura subjugar as mulheres, inserindo-se em uma categoria elevada nas extensões da vida social, até mesmo na esfera doméstica, que é considerada como o lugar adequado para a mulher.

No decurso da década de 1970 em Teresina, eram frequentemente informados nos jornais a violência contra a mulher. Uma cidade e período em que o regime tradicionalista e autoritário estava envolta com ocorrências de discórdia e agressões envolvendo mulheres, como quem sofre ou como invasora/criminosa. Então, é necessário evidenciar publicações que destacam desentendimentos, violência sexual, homicídios de mulheres, na qual o suspeito, normalmente, é um homem. Como é destacada na matéria do *Jornal O Dia*, no ano de 1972, intitulada “*Agrediu irmã porque ela estava namorando*”:

Com fama de valentão, acostumado a bater, Antônio José Cardoso foi preso ontem pelo 6º Distrito Policial, porque agrediu novamente a irmã Maria do Carmo, a socos e pontapés. A agressão se deu porque encontrou a irmã namorando, Antonio José aplicou-lhe a violenta surra. Esta não foi a primeira, segundo queixa registrada no 6º Distrito. A própria irmã de Antônio acusa-o de elemento valentão e provocador de brigas¹⁷¹.

O ocorrido envolve uma mulher que foi vítima de agressão física, exercida por um irmão, de acordo com o episódio criminal informado. O assunto relacionado a violência vinculados aos familiares homens (por laços de sangue ou empatia) com relação às mulheres,

¹⁶⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 71.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 83.

¹⁷¹ O Dia, Teresina, Ano XXI, Nº 2.109. 05 de maio, p. 05, 1972.

não era necessariamente restrito ao âmbito da casa. A dominação masculina em torno do feminino é simbólica, se apresenta além mais adiante da esfera física do corpo e do ambiente particular do lar, não necessitando nem a de sua referida assistência física para lhe difundir autoridade e espalhar receio e temor.

Diante desse contexto é visto como a família e os parentes mais chegados as mulheres, que poderiam propiciar conforto e segurança, demonstram em oposição, a maior ameaça de perigo de vida mais que sujeitos desconhecidos e, desse modo, “projetam uma instituição disciplinar perfeita, funcionando de maneira difusa, múltipla polivalente no corpo social inteiro”¹⁷². Sendo assim, em uma combinação entre desigualdades, e, “em termos de relações cronificadas de violência, a família oferece os melhores cursos que o espaço público”¹⁷³.

Assim como no gênero, a ambiguidade da ligação entre cultura e natureza similarmente se expressa nos vínculos de irmandade. Isso se exterioriza pela circunstância de as relações de consanguinidade serem uma elaboração social, que determina discrepâncias, vantagens e deveres agarrados em uma organização biológica, as ligações de sangue. A ambivalência entre parentes é exatamente mais notória nos vínculos em volta dos pais e filhos, já que são históricos e culturalmente resultantes da maneira como a sociedade se estrutura, principalmente quando se refere ao assunto do poder e dos sentimentos, das quais as categorias são pautadas em organização contínua de domínios que determinam os níveis de poder e de maneira assimétrica instituída dentro da família.

Esses assuntos não devem ser separados do gênero, visto que nas conexões familiares são delineados ordenações, divergências, contrastes e contrariedades entre mulheres e homens. De acordo com Heleieth Saffioti, no exercício da função patriarcal, “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”¹⁷⁴.

Tudo isso evidencia uma grande contrariedade, na qual muitos possuem a idealização de que a família é o lugar onde predominam as junções de cuidado, abrigo e amor, onde as correspondências são de companheirismo e o pudor prevalece. Entretanto, a real situação demonstra que as ligações de parentesco circundam uma embaraçada execução de relações de

¹⁷² FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2008, 172.

¹⁷³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo**. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B e VARGAS, Monica. Muñoz (org.). *Mulher Brasileira é Assim*. Brasília: Rosa dos Tempos/ NIPAS- UNICEF.1994. p. 458.

¹⁷⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136. 2001, p. 115.

autoridades, oposições e antagonismos, ocasionando divergências e os mais variados modos de imposições violentas.

Como já foi mencionado, a violência familiar contra as mulheres é uma consequência histórica e social do reflexo do patriarcado que está vigente na materialidade concreta. Ao longo do trabalho, percebemos os argumentos que os homens usavam para violentar as mulheres de inúmeras maneiras como, por exemplo, o ciúme, a não concordância com a mulher fora do âmbito doméstico e o enraizado machismo. Dessa forma, podemos dizer que a violência familiar contra a mulher é quase sempre em resultado do poder masculino sobre o feminino, já que a sociedade patriarcalista na qual estavam inseridas, autoriza a sujeição das mulheres, a partir dos vários delineamentos de concretização da violência.

A violência cometida contra as mulheres não tem limites de categorias sociais, de etnia, de culturas, ela atravessa todas as dimensões econômicas, é um tanto imparcial, em que são historicamente reproduzidos ao longo das gerações. Um exemplo de violência que esteve presente no imaginário da população teresinense era sobre os atos de estupros que estavam presentes, igualmente, na mídia escrita da década de setenta, como se constata a partir do seguinte título: “*Autores da curra da professora de ballet ainda desconhecidos*”. O comportamento criminoso foi descrito no *Jornal O Dia*:

O processo sobre a curra sofrida pela professora de ballet Teresa Cristina Rodrigues Ferreira, no ano passado, poderá ser arquivado pela justiça porque até o momento não foi apontado a autoria do fato, apesar das diligências realizadas.

O promotor Waldir Guimarães, a quem o processo foi distribuído, disse não poder oferecer denúncia contra ninguém e que foi um dos maiores inquéritos policiais que já viu. Para ele, a polícia fez o que pôde para apurar a curra.

Com depoimentos de dezenas de pessoas, o inquérito não aponta os autores da curra e somente duas coisas podem decorrer, ou ele será arquivado ou ele voltará para a polícia para serem feitas investigações completas que possam apurar a autoria.

O promotor Valdir Guimarães disse que está estudando todos os detalhes do processo na tentativa de encontrar subsídios para oferecer a denúncia, o que até agora não pode ser feito. O promotor observou algumas contradições nos depoimentos, mas nenhuma acusação foi feita contra qualquer pessoa.

A professora de Teresa Cristina foi levada da sua casa, dopada por elementos ainda desconhecidos e abandonada nas matas do Parque Piauí depois da curra durante toda a noite, os elementos utilizaram um Volks branco também ainda não identificado¹⁷⁵.

Vemos assim como, mais do que o espaço privado da família, os atos violentos contra a mulher são efetuados como componente da violência na cidade. Vários desses delitos abrangem violação e ofensa sexual, na ocasião em que a mulher é violentada por estranhos. Ao analisar a respeito de delitos devidamente urbanos, concluímos o quão as regras que perpetuam representativamente a superioridade masculina ultrapassam divergentes vínculos de dominação

¹⁷⁵ O Dia, Teresina, Ano XXII, Nº 3.908. 09 de dezembro, p. 05, 1973.

e afronta a liberdade e autonomia da mulher. Do ambiente familiar ao âmbito público, a mulher está submetida a ímpetos violentos e sexuais dos homens.

Portanto, a dominação e a violência contra a mulher são reflexos do patriarcalismo, que caracteriza as atribuições e vínculos de poder entre o masculino e o feminino, assim como é disseminada de modo nítido ou implícito, posicionando a mulher em um patamar secundário a respeito do homem, assinalado pela sujeição e pela conformidade, o que resulta corroborando e motivando inúmeras formas de violência, dentre eles, podemos mencionar o estupro que é um traço de poder efetuado pelos homens sobre as mulheres, uma mostra em que a mulher é colocada na condição de objeto. Por esse ângulo, compreende-se que “o estupro é, entre outras coisas, um rito de afirmação dessas categorias de quem tem e quem não têm direitos, e muitas vezes é um ato de hostilidade contra um gênero”¹⁷⁶.

De outro modo, ao observar o relato do delito de crime sexual, é, pois, capaz de se constatar e esclarecer a relação díade da violência na qual as mulheres padecem ao vivenciar o abuso sexual: a do culpado e a das autoridades policiais que não averigua devidamente essa forma de criminalidade, a medida em que não se dispõe prontamente a solucionar o crime a partir dos indícios e declarações das testemunhas, deixando ser apenas mais uma na estatística de crimes da época.

Em outras edições, os jornais notificaram casos sobre assassinato, onde na maior parte das ocasiões era provocado pela desconfiança, a recusa, a insubmissão, até mesmo a demora para regressar ao lar e o almoço não preparado rapidamente, são algumas justificativas para agressividade e hostilidade em muitas circunstâncias mortais. Podemos verificar nas páginas policiais dos jornais teresinenses da década de setenta a quantidade de notícias envolvendo crimes passionais. Notícias como “*Por amor é que se mata*”, “*Lavrador mata a amante e suicida-se a facadas*” e “*Tocou fogo na esposa para não ser olhada por ninguém*” eram observadas frequentemente no decorrer da década.

Na maioria dos textos publicados nos jornais, as causas dos delitos até então eram mantidas pelo ciúme e amor, sendo a responsabilidade do dano, geralmente, designada ao comportamento da mulher. Os crimes considerados passionais ocorriam no Piauí por homens que decidiram punir a mulher almejada por eles, ocasionados por ciúme, raiva e loucura são bastante comuns. Ocorrências que não efeitos da casualidade, mas esquemas minuciosos. Nas informações, os crimes classificados passionais eram frequentemente romantizados e

¹⁷⁶ SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 154.

comoventes, além disso havia um acréscimo na concepção da violência com vários argumentos. Como foi notificado no Jornal O Dia com a manchete “*Por amor é que se mata*”:

A história é interessante porque o caso é verídico e aconteceu em uma de nossas cidades interioranas. Ei-la, pois: Antes, porém, é preciso que se diga se diga que muitos confundem o amor volúvel ou simplesmente o instinto sexual com o verdadeiro amor. O amor de que foi exemplo, o Cristo, que dá tudo e nada quer porque nada recebe. Assim, instintivamente, Juca, caboclo de cabeça chata, largas apás, pescoço atarrachado nos ombros, testa estreita e olhos miúdos, festivos como ninguém, em uma de suas andanças, lá para as bandas do sul do estado, numa noite de festa, deu com os olhos nos olhos de Maricota, a mulata de cintura fina, quadris largos, longos cabelos e pernas torneadas, balanço no andar que deixava a gente com água na boca. Só vendo para crer. Maricota, naquela redondeza, dava cartas e jogava de mão. Era um sucesso. Dengosa que só ela. Sacudia a cabeça e olhava para cima do lombo como se fosse uma égua de rebanho. De tudo fazia pouco. E com uma simples olhada, um sorriso e um abraço, os dois corpos se entrelaçaram no choro dengoso e inquieto de uma sanfona, acompanhada ao som de uma gaita, pandeiro e reco-reco, quando, daí a alguns dias Juca e Maricota estavam casados. A vida de Maricota, apesar de casada, não parou. Ela continuava de festança em festança, distribuindo olhares, beijos e sorrisos a quantos lhe simpatisassem. Juca desconfiado e apaixonado, sem poder dar jeito, entregou-se à embriaguez, não ligando para a vida. Mas, a paixão é um sentimento que rói, rói e quanto mais rói, mais se dana para querer. Um dia, porém, Juca se aborreceu de ver tantos amigos de Maricota entrar e sair, deitar na mesma cama que ele deitava, beber no mesmo copo que ele bebia. Era demais, seu amor transformou-se em ódio, e, de repente, deu grande surra em Maricota, e daí por diante deu-lhe uma sova diariamente. Maricota não suportou, fugiu de casa e comunicou à autoridade policial não mais querer viver ao lado de Juca. Mas Juca, coitado, roído de paixão, implorou ao delegado: - Seu delegado, não posso viver sem esta mulher. Mandê prender ela. Eu, preso, ao menos, como corno, posso viver com ela, espiando esses caboclos e essas pernas bonitas. A autoridade esclareceu que no país não havia lei que obrigasse uma pessoa a viver com outra. – Oh! Seu delegado! Que malvada! Me deixou! Na manhã seguinte, Maricota amanhecera de borco, em pleno terreiro, com 30 facadas ao pé do ventre¹⁷⁷.

Por meio da análise e reflexão dessa fonte, fomos capazes de esquematizar características comuns aos crimes. Assim como verificamos nas ocorrências criminais contra mulheres relatadas na imprensa jornalística que, hipoteticamente, acontece um posicionamento parcial, de forma que em inúmeras circunstâncias a pessoa violentada e agredida é anunciada como responsável pela violência aturada. Dessa maneira, os jornais colaboram de modo concreto na elaboração de idealizações e concepções acerca dos indivíduos e práticas sociais:

No sentido de participar efetivamente da constituição de sujeitos e subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem. Longe de entender unilateralmente a força da mídia. [...] múltiplas e complexas questões relacionadas às formas pelas quais produzimos sentidos e sujeitos na cultura¹⁷⁸.

Assim sendo, as diferenças de gênero podem ser analisadas: Juca apesar de ter praticado o crime, Maricota era baderneira, visto que mostrou autonomia que usufruía ainda que casada.

¹⁷⁷ O Dia, Teresina, Ano XXIII, Nº 3.232. 25 de novembro, p. 07, 1974.

¹⁷⁸ FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia:** modos de educar na (e pela) TV. Educação e pesquisa, v. 28, n. 1, 2002, p. 153.

Os jornais estudados refletiam a ordem da sociedade. Vale pontuar que essas matérias estão introduzidas de modo geral na terceira ou quarta página, dessa maneira, estavam preservadas por outras publicações com assuntos mais suaves. Por outro lado, outras matérias guardavam em tons impactantes os acontecimentos criminosos.

Uma publicação que se envolveu, especialmente, em encontrar algum distanciamento na conduta de Maricota que a acusasse pela condição psicológica de Juca e, como resultado, a legitimação do seu crime. Os argumentos em favor de Juca são constantes: “[...], Mas Juca, coitado, roído de paixão, implorou ao delegado. Já em relação a vida de Maricota, “apesar de casada a sua vida não parou. Ela continuava de festança em festança, distribuindo olhares, beijos e sorrisos a quantos lhe simpatisassem”. É com clareza que podemos identificar nos jornais as construções em torno das duas imagens, do acusado e da vítima. De início era necessário expor os bons modos de se comportar do criminoso a começar do primeiro contato entre eles. Por outro lado, era preciso definir a vítima como responsável pelo delito.

De igual maneira, os meios de comunicação representam essa realidade nas medidas de informações policiais nos jornais que, em sua maior parte, preferem o sensacionalismo, e motivam reações diversas nos leitores. As normas sociais de rejeição do feminino são estampadas nos corpos das mulheres a partir de limitações e recusa do mesmo, exercendo domínio e determinando os modos e comportamentos sob eles.

Há, dessa maneira, uma tática utilizada pelos meios de comunicação para tentar legitimar tais atos, manipulando ideias em torno da vítima, onde o relato estava pautado na concepção de que a mulher provocou de toda maneira sua própria morte. Dessa maneira, se busca compreender as mensagens transmitidas pelas publicações sob outra ótica, onde utilizo o referencial teórico de Michel Foucault para exemplificar o que foi afirmado:

Não é uma recolha de retratos que aqui iremos ler: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas, de que as palavras foram instrumentos. Vidas reais foram “representadas” nestas poucas frases; não quero com isto dizer que elas aí foram retratadas, mas que, de facto, a sua liberdade, a sua desgraça, por vezes a sua morte, em todo o caso o seu destino aí foi, pelo menos em parte, decidido. Estes discursos realmente atravessaram vidas; tais existenciais foram efetivamente postas em risco e deitadas a perder nestas palavras¹⁷⁹.

Portanto, foi compreendido que em diferentes sociedades a construção dos argumentos passam por múltiplas interferências e é formulada por vários procedimentos que buscam por objetivo supervisionar seus comandos e suas discórdias. De fato, essa dominação é enorme que

¹⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 1992, p. 96.

estão vigentes nas nossas práticas e comportamentos diários, e concebe o problema de acreditar que nós mulheres, exercemos certo modo de poder usando distintos dispositivos. Nas palavras de Michel Foucault: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo”¹⁸⁰.

Não persiste incertezas de que o dito assassino passional, realiza o crime movido pela desconfiança, presunção, possessividade, autoritarismo e até mesmo orgulho, o que induz a uma excessiva vontade de punição, à medida em que, efetuado o crime, o entusiasmo que o consome a partir da rejeição é o do fracasso, da difamação, de rebaixamento, de abandono e da não conformação de tais condições, na qual o faz tirar a vida para dificultar que sua esposa fique livre e siga adiante, manifestando em sua tutela, para ser inocentado pelo delegado, que foi forçado a tal prática já que se encontrava em estado de “intenso sentimento de paixão”, logo depois foi abandonado pela “malvada” mulher.

O resultado da violência experimentada pelas mulheres constrói consideráveis e frequentes mudanças e modificações no seu corpo perante à realidade e, em consequência, diante situações e eventos sociais, em cada período histórico. Michel Foucault nos faz perceber que:

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas¹⁸¹.

Por um lado, seu corpo atacado e agredido, porém, o que entra em evidência na denúncia policial não é somente a hostilidade que foi acometida e sim, o presumido âmbito e conduta de desvirtuação e licenciosidade que, de acordo com as testemunhas, são constantes na vida desordeira de Maricota. Esta, que estava retratada como transgressora do ordenamento definido, visto que era considerada infiel, vivia longe âmbito domiciliar durante a noite e dançava em festas com outros homens, isto é, não estava inserida no padrão determinado para uma mulher dedicada aos afazeres da casa.

No episódio observado, a conduta e ações da mulher ofenderam a autoridade do marido, na qual, provavelmente, vítima da infidelidade da esposa, voltou-se contra ela retirando-lhe a vida em proteção da sua honra. A historiadora Rachel Soihet, ao analisar a temática das regras

¹⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1979, p. 145.

¹⁸¹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2008, p. 118.

a que eram sujeitadas as mulheres na época, faz uso da palavra “violência simbólica” para discutir acerca do tema. Ainda segunda ela:

Nesse período a construção da identidade feminina estava pautada na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato correspondente a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. A divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída¹⁸².

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. Em meio a isso, a proteção da honra se reflete nessa maneira hostil de atitude, já que eles buscam modificar o ato da traição manifestação agressiva de poder e domínio. Esse comportamento é bastante comum, vários homens agridem mulheres por desconfiança e ciúme, por terem sentido que sua honra foi atingida, ou até mesmo como solução violenta discordante da ação da mulher. É necessário ainda ressaltar não somente que as propensões à subjugação, dadas em muitas ocasiões como premissa para culpabilizar a vítima, “são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para a sua reprodução”.¹⁸³

A violência entre marido e mulher ao mesmo tempo apresentou aspectos trágicos quando ocorria um crime, expostos quase sempre por ciúmes, traição mágoa por uma paixão não correspondida. Os delitos, na qual os homens matavam mulheres, foram causados por maridos tidos como calmos e quietos. Desse modo sucedeu com José da Cruz, segundo a publicação “*Lavrador mata a amante e suicida-se a facadas*”:

Fracassado no amor, José da Cruz matou a sua amante Maria do Desterro com cinco facadas e suicidou-se depois com dois golpes da mesma arma. A tragédia passional ocorreu em Simões, segundo telegrama do major Almir Sousa Santos, delegado regional de Picos. Segundo as primeiras investigações, José da Cruz ficou desesperado ao ser abandonado pela amante. O crime ocorreu dentro de um bar¹⁸⁴.

O assunto mais destacado como justificação de crimes foram as separações por decisão das mulheres. Isso rompe o papel sexual determinado para a mulher, que propunha lealdade e dedicação. Contudo, o que representa uma separação? O debate ao redor disso relativiza-se se refletirmos nas relações de gênero. Sendo que, para os agressores homens, a separação aparecia como o incentivo e justificativa do crime. Justificações que atravessam a manutenção da honra. Estando a honra intimamente vinculada à família existe, por conseguinte, uma relação com a

¹⁸² SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p. 10-11.

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2003, p. 10.

¹⁸⁴ O Dia, Teresina, Ano XIX, Nº 965. 05 de janeiro, p. 02, 1970.

defesa das atribuições sexuais por parte dos homens. Seja qual for o risco à atribuição da autoridade masculina causado pelas mulheres, as consequências eram repercutidas em processos com características negativas para elas.

A rejeição à dominação masculina leva o seu marido/companheiro à prática da violência, sendo esta requerida quando for preciso para determinar, por meio da força, seu domínio sobre a mulher. Nesta circunstância foi incentivada rigorosamente pelo patriarcado, ao estabelecer o espaço doméstico à mulher, demonstra ainda como esses vínculos são fetichizados, ao diminuir a mulher a um objeto. Um exemplo a se considerar é a matéria *“Tocou fogo na esposa para não ser olhada por ninguém”*:

Francisco Luís de Freitas era ciumento demais. Casado com Isolina Soares (25 anos). O drama é o seguinte:

Isolina era uma mulher bonita. Elegante. Que se trajava muito bem. Quando saía, toda arrumada, era de ver. Todos a olhavam. Francisco, ao seu lado, se remoia. Às vezes não aguentava:

- O que foi, cara? Perdeu o nariz?

Se o sujeito não era de briga seguia em frente. Mas, às vezes, o desconhecido não era capaz de levar desaforo pra casa e começava a briga. Troca de sopapos.

Isolina vivia um drama.

-Bobagem sua. Todos têm olhos para olhar.

Ponderava:

-Você viu alguém fazendo sinais pra mim ou coisa parecida? Claro que não. Olhar é natural!

Vociferava:

-Não é natural, não. Conheço esses olhares.

Então ele disse:

-É isso. Não vou mais admitir que você saia sozinha de forma alguma, nem para ir à quitanda. Pra nada. Só comigo.

-Essa, não!

-Essa, sim! De hoje em diante só sai de casa na minha companhia. Não casei com você pra esses caras ficarem de olho comprido, com a maior falta de respeito.

Fogo

Isolina, visivelmente contrariada, foi se deitar. Acabou dormindo sem assistir ao capítulo da novela favorita. Francisco esperou que ela dormisse profundamente. Apoderou-se de um litro de álcool e derramou o líquido sobre a cama e em sua esposa e riscou o fósforo. Isolina acordou em chamas. Levantou-se e saiu correndo porta afora. Vizinhos jogaram um cobertor e o fogo foi apagado, porém sofrera graves queimaduras de 1º, 2º e 3º graus, perdendo toda a sua beleza. O criminoso tratou de fugir¹⁸⁵.

Apesar de todo esse peso discursivo inerente à nossa fonte, que concebe particularidades as mais variadas nas histórias dos crimes, e com todo fardo de subjetividade o assunto incorpora, ao oposto da assertividade das quantidades dos objetos usados no crime, as justificações demonstradas na acusação podem nos revelar sobre os princípios e os hábitos da sociedade. Por exemplo, a sequência da violência doméstica parecia ou ainda é árdua de ser

¹⁸⁵ O Dia, Teresina, Ano XX, Nº 1.671. 19 de fevereiro, p. 02, 1971.

rompida em decorrência das inúmeras características culturais, históricas, econômicas e sociais, visto que estão naturalizadas em nosso cotidiano.

A autoridade sob as vestimentas, dos ambientes em que a mulher comparecia e a agressão dos fenômenos mentais e emocionais, na qual se apresenta com frequentes ofensas verbais a sua estrutura física e conduta da companheira é o início dessa etapa tão dura de ser desmoronada. O domínio e o controle surgem da criação de estereótipos, uma visão de que mulheres são posses de seus pais ou cônjuges, o que é um estado que retira o caráter humano. Na proporção de exigências destinadas às mulheres, que deveriam a serem respeitarem a submissão imposta a ela, se esse preceito não for cumprido, a mesma requer uma penalidade.

O limite real entre o racional e o incôscio do ser humano na qual se deixa conduzir por intensos sentimentos e se transforma em um assassino passional, apresenta-se como extremamente débil. O motivo escapa a sua compreensão, fazendo com que eles abandonassem o seu consciente bem na parte mais baixa de sua lucidez, indo a procura de uma solução para eliminar problemas que julgam ser vítimas. A emoção exagerada por um outro ser e a compulsão que concebem como restrição para continuarem vivos, implementa a visão que os assassinos permanecem obcecados e atuarem por “impulso”, regressando desse modo aos princípios da humanidade que empregavam da robustez, da força e a dominação para conquistar seus propósitos.

A utilização da expressão “homicídio passional” refere-se a crimes praticados contra as mulheres incitados pela aversão e ódio. Ao relacionar o amor e a paixão a tentativa e objetivação de delitos transmite-se que a supremacia, domínio e ciúme constituem como atribuição do amor e que os criminosos ao matarem suas esposas ou ex-esposas, amantes ou amasias, o praticaram por permanecerem em um estado doentio de paixão. Isso é elemento das armadilhas de preservação da honradez masculina.

O desenvolvimento da modernidade nas cidades, como ocorrido em Teresina/PI, e igualmente o avanço moral, especialmente no que tange às condutas femininas, abrangeu modificação e continuidades árduas ao ordenamento patriarcal e androcêntrico. Se, no momento inicial, a proposta urbana pautou-se na reforma de Teresina com finalidades progressistas, com delineamento e embelezamento de seu espaço urbano, ela não eliminou, contudo, seus intentos de alteração dos valores, sem entender, todavia, os preceitos da ideologia patriarcal, cristã, burguesa e sexista.

Entender os modos como a modernidade e o feminino foram elaborados e representados nos anos de 1970 pelo *Jornal O Dia*, consiste em apreender o aspecto político dessas elaborações. Em uma época que se refletia o contexto do país e sua incorporação nos cenários dos considerados países civilizados, refletir o espaço dos indivíduos e a condição dos papéis consiste, similarmente, em entender as oportunidades e barreiras da vida moderna para homens e mulheres. As representações do gênero e da modernidade, essencialmente a formação do que seria feminino mostravam os embates, regras e hesitações que demarcaram a sociedade do período, onde era discutido a urgência em introduzir o Brasil na conjuntura moderna e civilizada e, igualmente, manter certas tradições tidas como basilares da sociedade como, por exemplo, a maternidade e o papel feminino destinado à esfera do lar.

De fato, compreendemos que, mais do que indicar e fortalecer quais seriam a tendência moderna e autônomas posturas femininas de agir e se vestir, os jornais buscaram também estabelecer aspectos de delimitação sexual estabelecida das atribuições sociais, ao destacar o risco causado pelas transformações advindas da modernidade e a indispensabilidade de regular os comportamentos. As representações disseminadas pelos jornais exercem a incumbência pedagógica de mostrar ao público leitor os limites para cada sexo. Não inesperadamente, as práticas e costumes das leitoras são debatidos constantemente e são prevenidas empenhadamente a adotar comportamentos inerentes à sua condição de mulher. Dado o dinamismo desses poderes em distintos modos discursivos, as leitoras dos jornais analisados são submetidas a padrões de mulher e do feminino pelas mais variadas publicações, até mesmo as que são assinadas com um pseudônimo feminino, tal como Ana Lúcia da coluna Mulheres.

Não nos é complicado entender os limites que as mulheres tiveram e ainda tem de ultrapassar, foram obstáculos particulares e sociais. Os fardos foram muito fortes e regressam, apesar de transpostos, regularmente; e as mulheres passam por rejeições, que em grande parcela das vezes se mostra de maneira nivelada, se equipararmos com o que já ocorreu anteriormente. Contudo, perspectivas estabilizadas se mesclam às novas, despontando nos movimentos de emancipação e da modernidade, e as mulheres se veem nas linhas limítrofes do tradicional e do inovador. E, tendo em vista que os papéis e interpretações dos gêneros são históricos e culturais, acredita-se que é essencial romper com a concepção que mascara as relações sociais de gênero, afastando a mulher do silenciamento que a hierarquiza. Tal entendimento será mais aprofundado no capítulo seguinte, onde serão evidenciadas a forte presença das mulheres em lutas sociais e na esfera política, sendo compreendidas, desse modo, como sujeitos históricos aptos a modificarem seu espaço e buscarem por seus direitos.

3. UM NOVO OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO: CONQUISTAS E POSSIBILIDADES FEMININAS NO ESPAÇO PÚBLICO

No decorrer da história, a profissionalização e a educação feminina vem sendo desconsideradas e postas em um segundo plano. Em várias situações são elementos de desvirtuamentos na perspectiva masculina e até mesmo do ponto de vista feminina que, por estímulo das determinações culturais, incorporam preceitos masculino e admitem ser delimitadas à procriação biológica e aos espaços privados sem rebater esses modelos. Isso provoca a abertura de vínculos de poder entre os dois sexos que passam, igualmente, pelo quesito do conhecimento, visto que o saber e o poder estão precisamente relacionados. Condicionar o dominado distante do conhecimento foi e permanece sendo uma tática poderosa no domínio e na preservação de dispositivos de controle.

Contudo, em meados dos anos setenta, Teresina é atravessada pelos entendimentos de que a educação seria um eficiente mecanismo de desenvolvimento do país, bem como revela Teresinha Queiroz¹⁸⁶. Em virtude disso o domínio público estadual destinou verbas para o progresso da educação, ampliou a quantidade de instituições escolares, de alunos inscritos, possibilitou mudanças pedagógicas em todos os níveis de ensino vigentes no Estado, e investiu no preparo dos profissionais da educação. Todavia, “o número de analfabetos guardava maior proporção relativamente à população total”¹⁸⁷.

A capital do Piauí, dessa forma, estava em processo de mudança de uma cidade que ainda transitava em conformidade com os modelos da esfera rural, para uma cidade que buscava acompanhar o arquétipo de modernizada, ansiando por intensas modificações estruturais, alterando as conjunturas social e física, ao introduzir no dia a dia novos modos de sociabilidade e, similarmente, as transformações comportamentais decorrentes do desenvolvimento de mudanças sociais. Dentre elas podemos mencionar:

O aumento no número de jovens rapazes ingressando no ensino superior seja fora do Estado ou dentro do Estado devido à instalação de faculdades em Teresina e em Parnaíba; o aumento progressivo da matrícula de mulheres nas escolas secundárias seja nos técnicos: Normal e Comércio, seja no Curso Científico e seu ingresso nos cursos superiores; passou--se a vivenciar de forma gradativa a valorização dos espaços públicos e a convivência fora do ambiente familiar – elemento característico até então – muito disto deveu--se às inovações técnicas e maquinaria, além de comportamentos sociais trazidos ao Estado pelos filhos das classes mais abastadas

¹⁸⁶ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 74.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 74.

que iam estudar fora e traziam para sua terra natal bem mais que os títulos de bacharéis¹⁸⁸.

Neste âmbito de disputas ideológicas e políticas, as mulheres alcançaram possibilidades adentrando nas instituições de ensino e, ao mesmo tempo, os sujeitos mais privilegiados das classes burguesas piauienses passavam a pressupor como uma missão fundamental proporcionar uma educação de alta qualidade, ordenada, planejada e plausível às mulheres.

Seguindo as continuidades e transformações ocorridas nos costumes sociais femininos no decorrer do século XX, este tópico tem a intenção de mostrar como os jornais expressaram o processo de introdução das mulheres de Teresina na educação. Uma vez que, na proposta educacional, a década de setenta ofertaram maiores possibilidade ao sexo feminino, caracterizadas pelo ensino superior.

A historiografia tem apontado essas modificações como consequência de uma política de permissão por grande parcela das autoridades oficialmente estabelecidas e administradas pelo público masculino, sem observar que as transformações, bem como as intituladas concessões, igualmente foram decorrentes da recepção às demandas e, desse modo, vitórias femininas. Sem o movimento constituído por mulheres, sem a oposição de algumas e a incitação que impulsionaram à sociedade, estas consequências tardariam bastante para serem implementadas.

A educação é uma das várias características do desenvolvimento de modernização. Não somente no ponto de vista das instaurações de prédios e obtenção de equipamentos, mas igualmente na perspectiva das modificações de sociabilidades e condutas, assim como no que se refere às distintas utilizações e acepções oferecidas às esferas indicadas à educação. Por esse ângulo, o ensino público é aqui considerado como ponto de consonância entre as características das mudanças materiais das instituições de ensino e a concepção da educação como ferramenta de avanço da sociedade.

3.1 A inserção feminina na educação superior

Nos anos setenta, as mulheres estavam delimitando seus lugares na educação, no mercado de trabalho e no entretenimento da cidade. Cogitar sobre um exclusivo padrão feminino é omitir sua gênese, a categoria social, as particularidades dos âmbitos em que estão

¹⁸⁸ SILVA, Samara Mendes Araújo. **À luz dos valores religiosos:** Escolas confessionais católicas a escolarização das mulheres piauienses. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI, 2007, p. 15.

inseridas. Refletir acerca da pluralidade de condutas, identidades e representações, é analisar que as mulheres concebem as proporções da sociedade em que vivem.

Posto isso, uma das grandes objeções nos estudos que destacam o espaço feminino é justamente a busca em tentar esquivar-se das análises generalizadas e homogêneas, visto que elas são múltiplas em sua premissa social, “etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças”¹⁸⁹. As mulheres estão além da condição biológica, elas são históricas e culturais.

Várias das mulheres buscaram erguer seu grau educacional, inserindo-se em instituições escolares e universidades como conjunturas que podem transgredir, mesmo que de forma limitada, certas determinações estabelecidas às mulheres, acarretando em mais uma transfiguração na dinâmica de poderes. Os estabelecimentos de ensino, entretanto, eram predominantemente tradicionais, reiterando formas de naturalizar e categorizar as distinções entre mulheres e homens ao estabelecer, por exemplo, as possíveis direções profissionais de cada sexo. Essa predisposição tradicional, contudo, não foi o bastante para frear a ampliação feminina, ou no mínimo, o ingresso das mulheres “à educação formal e às áreas de conhecimento antes reservadas aos homens diminuiu distâncias entre homens e mulheres”¹⁹⁰.

Analisaremos a incorporação das mulheres no ensino superior nos anos de 1970, onde cabe ressaltar que todas as vistas nos jornais eram de classe média ou alta da sociedade teresinense, uma vez que o ensino superior era um mecanismo relevante para a participação dessas mulheres no mercado de trabalho, que naquele período impunha trabalhadores qualificados para solucionar as exigências de uma capital que passava por um considerável processo de avanço.

Cabe, dessa maneira, enfatizar os encargos que mostram bem as oportunidades em que as mulheres se apropriaram, dos ingressos e dos direitos que estavam ocorrendo para posicionar a mulher como sujeito da própria história. Nisto, a aprovação de Ana Lúcia Miranda, filha de uma família de classe média-alta, no vestibular da PUC de Minas Gerais, torna-se notícia no jornal de seu próprio tio:

A estudante Ana Lúcia de Miranda, filha do empresário José Paulino e sobrinha do diretor presidente do O DIA, coronel Otávio Miranda, acaba de ser aprovada no

¹⁸⁹ SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275.

¹⁹⁰ DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, p. 523.

vestibular de Comunicação Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Ana já se dedicava ao jornalismo com a publicação de artigos sobre assuntos diversos em alguns jornais de Teresina. Em Belo Horizonte, ela vai se dedicar à profissão de estagiária, de início no Diário de Minas, que se edita na capital de Minas Gerais¹⁹¹.

Na publicação o que é evidenciado é uma nova mulher, isto é, a partir da matéria divulgada pelo jornal podemos compreender a imagem forjada vinculada à inserção na educação superior, um espaço anteriormente não concedido e que, posteriormente, resultou na procura por maiores autonomias e liberdades impulsionando vários movimentos e novas condutas. Em suma, o avanço dessas concepções ocorria em circunstâncias que havia uma oposição maior aos moldes vigentes, e na qual os papéis distintos estavam sendo delineados. É nessa conjuntura de reivindicação por educação e projetos educacionais direcionados para a melhoria do ensino e resolução de adversidades, como a carência de escolas que respondessem a todos que procuravam expandir os graus de escolarização, que se percebe maior ingresso feminino na educação.

As idealizações e modelos de educação das mulheres na sociedade teresinense eram plurais, “elas estabeleciam relações que eram também atravessadas por suas divisões e diferenças, relações que poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou ambiguidades”¹⁹². Além disso, o acesso das mulheres à educação ocorreu de modo demorado e desigual do desenvolvimento escolar masculino, porém, tal expansão se transpôs no avanço da profissionalização, incluindo o de jornalistas. Lentamente, despontou uma mulher que extrapolava a esfera privada, isto é, a esfera doméstica:

Com efeito, os níveis de escolarização feminina e masculina em 1970, correspondem a 28,81% dos que concluíram o curso primário, chegaram ao primeiro ciclo do ensino médio, sendo que 65% desses concluíram o segundo ciclo. No que refere às trajetórias femininas, conforme o censo demográfico de 1960, as mulheres predominam em todos os níveis de ensino, exceto no ensino de terceiro grau e, em 1970, essa tendência se mantém, pois a participação feminina além de ser mais ampla do que a masculina, à exceção do superior, se expande em relação ao decênio anterior¹⁹³.

Assim sendo, a instrução feminina se expandiu nos anos de 1970, decorrente das modificações que se transpassa na sociedade, das aplicações de capitais dos familiares e da própria aplicação que as mulheres faziam em seu aprendizado, seja somente para preservar a condição social daquelas mulheres que faziam parte da categoria mais abastada da sociedade, seja como maneira de instruir-se para uma conseqüente ocupação profissional ou meramente habilitar-se melhor para as atribuições femininas conservadoras. A porcentagem de mulheres

¹⁹¹ O Dia, Teresina, Ano XXII, Nº 3.201. 29 de agosto, p. 02, 1973.

¹⁹² DEL PRIORE, Op. Cit., 1997, p. 374

¹⁹³ CARDOSO, Elizangela Barbosa, **Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina, 1930-1970**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003, p. 43.

que obtinham educação formal ampliava notadamente nos graus elementar e médio, mesmo que na instrução superior os homens ainda prevalecessem.

A confiança na educação como elemento de avanço da sociedade e a compreensão do dever tático da mulher no seio familiar foram razões determinantes para estimular o fomento da educação com a expansão do público feminino nos inúmeros graus educacionais, como ressalta Elizangela Barbosa Cardoso:

O diferencial em termos de escolarização feminina entre 1950 e 1970 é a ampliação da presença feminina no ensino superior, pois nos níveis elementar e primeiro ciclo médio, as mulheres são maioria desde a década de 1940, enquanto que no segundo ciclo passam a predominar nos anos de 1960. Desse modo é significativo enfatizar que em 1950 as mulheres correspondiam a menos de 4% (12) do total de pessoas que concluíram algum curso superior e, em 1970, esse percentual passou a ser de 26,6% (399)¹⁹⁴.

Dessa maneira, os anos de 1950 continuam a propensão da década de 1940, com predomínio de mulheres nas categorias elementar e média e percursos individuais no ensino superior. A assiduidade significativa de mulheres nos graus iniciais de ensino é demonstrativa de uma amplificação na educação feminina, bem como a relevância que alcançava a escolarização na vivência dos jovens, até mesmo a respeito da educação superior que nos últimos anos do século XX deixaria de ser uma carreira exclusiva de algumas moças, para transformar-se em um trajeto habitual entre as que ansiavam dar seguimento aos estudos.

Entretanto, a instrução feminina e masculina não estava ocasionando somente diferenciações quanto aos graus de escolaridade e formas de cursos. Por intermédio de uma extensão mais aperfeiçoada, a escolarização reflete acerca do corpo, elaborando distinções de gênero e classe, produzindo indivíduos diferentes através dos seus “mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquia”¹⁹⁵.

Nesse debate, a participação das mulheres nas universidades implantadas em Teresina e em outras regiões vai alcançando notoriedade, na mídia impressa, como surge como uma possibilidade almejada a respeito do futuro das mulheres, como já era quanto aos homens das famílias das classes sociais mais privilegiadas.

Destarte, a inserção feminina na educação superior aparece como decorrência do estímulo particular dos jovens, bem como das aplicações realizadas pelos familiares. De fato, a participação das mulheres no espaço acadêmico é relevante como hábito que não colocava em risco os preceitos morais vigentes no período. A permanência dos estudos por grande parcela

¹⁹⁴ CARDOSO, Elizangela Barbosa. Op. Cit., 2003, p. 44.

¹⁹⁵ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 57.

das mulheres e as aplicações de capitais em um curso acadêmico ia desterritorializando as extensões femininas formadas em volta da reprodução e do matrimônio. Além disso, podemos compreender que o caso da Ana Lúcia Miranda, a ação de ser incentivada a buscar instrução longe do Estado era ato que a concedia maior liberdade, afastando da ideia de patrulhamento e vigília familiar, das cautelas em relação ao ordenamento moral.

Assim, ao ter em consideração o vínculo entre a instrução feminina e a masculina e as noções de gênero, não devemos deixar de apontar que homem e mulher são “categorias vazias e transbordantes”¹⁹⁶, tendo em vista que são produções históricas e sociais, em que cada período histórico as constitui de modo diverso, já que não são categorias permanentes. Dessa forma, investimentos tidos como masculinos em um determinado momento, podem recair a respeito das mulheres mutuamente. Nesse ponto de vista, era provável, lançar para as filhas perspectivas sobre o futuro que normalmente eram aquelas direcionadas aos filhos, mesmo que não fosse especificação.

Nessa urdidura, as moças são delineadas como as protagonistas, desvinculando a identidade feminina focada no matrimônio e na reprodução, a partir do enaltecimento de uma provável carreira profissionalizante. Essas oportunidades de disposições de aplicações particulares ou familiares, na instrução superior das mulheres, aparentam ser a ordenação que vai surgindo na época, visto que se refere a um período em que estão sendo modificados os limites em torno do gênero, uma vez que várias dessas gerações vinham se particularizando ao produzirem planos individuais e ao ansiarem a liberdade, na qual o acesso à educação superior atuavam como um dos sustentáculos desse processo de individualização.

Em outras palavras, o aumento do ingresso feminino ao ensino superior não provocou uma disposição igual entre homens e mulheres pelos vários campos do conhecimento, uma vez que intensifica-se a centralização feminina em certas esferas. O que não implica afirmar que o acesso feminino aos cursos superiores não tenha elaborado distanciamentos na vida dessas mulheres, visto que, a inserção das mulheres para “o mundo da universidade plantou as bases para os projetos de individuação que reconstruíram os significados do feminino e masculino predominantes até então”¹⁹⁷.

3.2 A Lei do Divórcio sob o prisma do jornal O Dia

As questões de gênero, família e sexualidade estão no âmago de amplas transformações que acontecem evidentemente no decorrer da década de setenta, tanto nas conjunturas políticas,

¹⁹⁶ SCOTT, Joan. Op. Cit., 1992, p. 93.

¹⁹⁷ VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 97.

quanto na esfera privada e pública. As modificações surgidas há vários anos atrás estão relacionadas a uma sequência de acontecimentos que estabeleceram uma organização social nova. A utilização de métodos contraceptivos, a revolução sexual feminina e o afastamento da sexualidade do ideal reprodutivo, são fatores que estão presentes nas abordagens dos vínculos sociais e as mudanças da vivência íntima. Por esse motivo, mostraremos uma análise sobre as conformações, pontos de vista e impasses da sociedade estudada como efeitos da revolução sexual e os encadeamentos decorrentes de novos comportamentos admitidos pelo público feminino, introduzidos em um mundo moderno.

As mulheres exigiram novas esferas de atuação social e temáticas como sexualidade e mercado de trabalho estiveram em debate durante todo o período. O divórcio foi igualmente debatido, rejeitado e apoiado por vários sujeitos da época. Tornou-se em assunto frequente dos jornais e, simultaneamente, em um mesmo momento em que o país pleiteava o matrimônio civil, era refletido a probabilidade de haver divórcio, já que os órgãos legislativos estavam referindo-se ao casamento somente como um acordo, e, portanto, poderia ser dissoluto.

Essa nova perspectiva, que para tantos desestabiliza enormemente os contextos familiares, foi mira de predileções e moveu a concepção pública no decorrer dos anos, conjecturando que as modificações que se avistam abalariam os parâmetros de vida de vários sujeitos ou, de modo oposto, poderiam auxiliar o fortalecimento, assegurar práticas e valores já habituais. Além disso, essa oposição entre os novos princípios e aqueles já arraigados foram o sustentáculo para os debates encadeados na mídia impressa e nas mensagens dos legisladores.

Nesse sentido é compreensível notar que os espaços público e privado têm passado por alterações de padrões, é visível o afastamento dos preceitos morais, assim como a ruptura com algumas restrições e fundamentos ultrapassados. Certos valores, que eram inseridos na forma de vida dos indivíduos, deixaram de ser a diretriz da grande maioria deles. Um exemplo apropriado dessa alteração de diretrizes está no caso do divórcio, na qual a ordem de promulgação foi efetuada em 1977. Apontada como uma das mais relevantes decisões e ações defendidas pelo Estado a respeito das mulheres.

Essa modificação de proporção mais expressiva foi fixada na Emenda nº 9/1997 em que resultou na oportunidade constitucional da Lei do Divórcio, na qual significou um “conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais”¹⁹⁸.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 224.

A promulgação da Lei do Divórcio é vista como um acontecimento de suma importância para a transformação na conduta das mulheres na segunda metade do século XX. Joan Scott investiga as organizações familiares e, ao mesmo tempo, analisa as mudanças despontadas na família. A historiadora declara que as transformações que aconteceram, decretadas no decorrer dos anos de 1970, foram essenciais para que a família estivesse condescendente com os modelos e valores defendidos pelas mulheres. Ademais, é destacado que as transformações influenciaram de modo mais expressivo a ideia do matrimônio. Diante disso, vale enfatizar as considerações realizadas no seu trabalho:

Além dessas mudanças em relação à prole e ao poder decisório da mulher com relação ao corpo, assistimos nas últimas décadas a alterações importantes também em relação ao casamento legalizado (assentados nos cartórios de registro civil). Isso, contudo, não quer dizer necessariamente que as pessoas estejam ‘se casando menos’. O fato é que um número cada vez mais significativo de homens e mulheres passa a viver como um casal, optando, contudo, por ter uniões informais e sem vínculo legal. Ocorre ainda um aumento nas separações e nos divórcios. Portanto, as uniões acontecem, mas, no geral, duram menos¹⁹⁹.

A questão do casamento entre homens e mulheres foi largamente discutida no jornal O Dia, com a intenção de demonstrar as várias maneiras de projetar as convenções decorrentes do casamento, assim como revelam inúmeros pontos de vista em relação ao divórcio, a começar do modo como era idealizado e deslocando-se pelas consequências boas ou ruins de sua aplicação.

Vincular o divórcio ao avanço e a civilização foram oportunidades que o jornal enxergou para impulsionar seu debate em oposição ao sistema estabelecido. Se, de um modo a sociedade vivenciava uma época de transformação em distintas partes, como as modificações no setor político, a compulsoriedade do matrimônio civil, o excepcional a ser aprovado pelo Estado que não sujeitava-se à Igreja, vislumbrou com algum receio as probabilidades de mudança no núcleo mais exorbitante à sua organização, a família. Alterar a ordem de esquemas tão tipicamente relacionados à particularidade do sujeito aparentava ser muito complicado.

O divórcio não deveria ser entendido como ocorrência separada, como ressaltou Roderick Phillips, mas como um fato que está “vinculado com outros fatores e circunstâncias pessoais, familiares e sociais” e, ainda, como a “etapa final de um processo matrimonial”²⁰⁰. No seio familiar é que se encontrava o derradeiro sustentáculo do que era considerado como tradicional, daquilo que era inalterável, eterno. O estabelecimento e consolidação da família, legalmente admitida, baseava-se no ideal do matrimônio monogâmico perpétuo e os

¹⁹⁹ SCOTT, Joan. Op. Cit., 1992, p. 128.

²⁰⁰ PHILLIPS, Roderick. **Desfazer o nó: breve história do divórcio**. Lisboa: Terramar, 1991, p. 139.

descendentes derivados desse feito. Apoiado na tradição que o rodeia, o vínculo conjugal postulava seus contratantes à categoria de pessoas bem vistas, já que de modo nenhum contrariariam as normas sociais.

Admitir modificações nessa ordenação assim estruturada era consentir que os assuntos sociais de grande tendência no século XX, como a liberdade feminina, a sexualidade proibida e os princípios da domesticidade e do ser feminino amedrontavam as residências brasileiras. A família e o matrimônio achavam-se no ponto central dos planejamentos e das elucidações tanto da transformação como do conservadorismo social, tornando o divórcio uma temática assídua nas extensas discussões políticas e sociais desse período.

No começo dos anos de 1970, o *Jornal O Dia* demonstrou certos preceitos que estariam orientando os textos utilizados na imprensa como, por exemplo, a batalha em oposição à perversão e proteção dos valores, permanência no debate de novas ideias que conseguissem provocar melhorias para o Brasil e para região piauiense. O texto, divergindo em seu posicionamento inicial do jornal, na qual em várias ocasiões usou-se do mesmo como ferramenta para demonstrações impulsivas, exibia que a atuação de uma imprensa respeitável e transparente deveria colaborar com a propagação e propiciar a divulgação dos ideais.

Como marco das mudanças em que passavam os jornais, ao longo dos anos setenta, entende-se a “imprensa como reflexo e segmento da própria sociedade a que serve”²⁰¹, relacionando características que seriam consentidas e admitidas como prováveis de serem informadas, isto no que se refere à fonte de caráter social. Com capacidade incisiva os jornais teresinenses deixavam vislumbrar em alguns traçados de defesa, apesar de que claramente declarava-se como isenta e autônoma.

Contudo, os jornais emitidos em Teresina, ao divulgarem características que pudessem estar vinculados à tradicionalidade, aos valores ou aos dogmas religiosos, eram notórias as manifestações que pudessem seguir na mesma direção que a concepção de seu público leitor. Alguns trechos foram reservados para descrever os acontecimentos como, por exemplo, a manchete “*O divórcio vai voltar*”:

Ainda este ano o divórcio poderá ser reconhecido no país, segundo a opinião do deputado Rubem Dourado, que em fins de agosto apresentará na Câmara nova emenda à Constituição, a principal diferença desse projeto em relação ao anterior (rejeitado) é que ele estabelece a existência de um único divórcio, não podendo haver mais de dois casamentos. Com a introdução desse dispositivo permitindo apenas dois casamentos, ao argumento de que a introdução do divórcio no Brasil levaria a desagregação da família.²⁰²

²⁰¹ DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 45.

²⁰² O Dia, Teresina, Ano XXVI, N° 6.712. 22 de outubro, p. 04, 1977.

Como podemos compreender as discussões sobre o divórcio foram aparecendo e transformou-se em uma temática gradativamente presente na capital. No ano de 1974, as informações acerca do pleito da lei divorcista movimentaram a imprensa, uma vez que o senador Nelson Carneiro²⁰³, responsável pelo projeto, travava uma grande batalha em prol do divórcio no Brasil com os representantes da Igreja. O contorno das famílias modificou-se também no período, já que os sujeitos e os costumes se transformaram, isto é, a resistência da juventude e a liberdade feminina deram outros delineamentos aos vínculos familiares. As famílias permaneceram como objetos de atenções e cautelas, sendo as mulheres as “responsáveis dentro da unidade doméstica pela conversão do capital econômico em capital simbólico”²⁰⁴.

A fusão discursiva sobre a destruição da família aparecia a partir da Igreja Católica, que teve bastante atuação e assinalou a íntegra participação na objeção às propostas divorcistas, refazendo a sua vontade da permanência da família nuclear indissolúvel, heterossexual e monogâmica como a única viável e como referência da sociedade. O senador Nelson Carneiro teve sua trajetória política baseada pelo esforço em defesa do divórcio e o constante conflito com a Igreja e os antidivorcistas. Em relação a isso, vale destacar as análises feitas pela historiadora Nalva Maria Rodrigues de Sousa acerca da proposta de lei do divórcio:

Quando o projeto de lei sobre o divórcio foi ao Congresso para ser discutido, o tema ganhou mais espaço na imprensa piauiense, a exemplo de uma pesquisa realizada pelo *Jornal O Dia*, que dirigiu à população, perguntas a respeito da aprovação ou não do divórcio, sendo que os piauienses se manifestavam baseados na realidade de seu cotidiano. ‘Você está louco, não quero nem ouvir falar nisso’, disse a dona de casa Marluce, a qual, é importante frisar, ainda estava em “lua de mel”, há apenas uma semana tinha contraído matrimônio. Vinícius, motorista de táxi, respondeu: ‘não pretendo me desquitar e muito menos esse negócio de divórcio’. ‘O que é isso mesmo?’ A desinformação era outra razão para os piauienses não apoiarem, num primeiro momento, o divórcio. Já as pessoas solteiras mantinham-se indiferentes, pelo fato de não terem passado pela experiência do casamento²⁰⁵.

De acordo com a Igreja Católica, a modernização da capital se realizava com a família, e não em oposição a ela. O corrompimento do estabelecimento do divórcio foi uniformemente

²⁰³Nelson de Sousa Carneiro foi eleito, em 1945, suplente de deputado, pela Bahia, à Assembléia Nacional Constituinte. Após a promulgação da Constituição, em 1947, assumiu uma cadeira. Em 1950, foi eleito Deputado Federal também pelo estado baiano, quando começou a defender suas ideias divorcistas. Em 1954, não obteve êxito nas eleições. Em seguida foi eleito, sucessivamente, pela Frente Popular, Deputado Federal pela Guanabara em 1958, 1962 e 1966, e Senador, pelo mesmo Estado, em 1970, e pelo Rio de Janeiro em 1978 e 1986, sempre filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Presidiu o Senado e o Congresso Nacional de 1989 a 1990. Faleceu em 06 de fevereiro de 1996, no Rio de Janeiro. C. f: SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A política de salto: a participação feminina na política piauiense-1970 a 1998.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 63.

²⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 1998, p. 120.

²⁰⁵ SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A política de salto: a participação feminina na política piauiense-1970 a 1998.** Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2008, p. 64.

acusado. A alegação mais recorrente incidia acerca dos princípios divorcistas que, vinculadas com a sociedade materialista e com os sujeitos que buscavam o prazer incansavelmente, conspiravam contra os valores da família ao se dedicarem à anulação do casamento e, em consequência, corromper o ordenamento social.

Nas matérias do *Jornal O Dia* são abundantes os assuntos que apontam a posição da Igreja Católica em relação ao divórcio e a proteção do matrimônio indissolúvel, ou seja, somente extinto com o falecimento de um dos cônjuges. Essas publicações, relativas não apenas à permissão do divórcio, mas de outras temáticas também, que surgiam com assiduidade em forma de relatos, interrogatórios e declarações do legislativo, e nos levam a perceber que existia algum cuidado por parcela do jornal em lembrar o ponto de vista da Igreja a respeito dos distintos assuntos ao seu público leitor. Como somos capazes de perceber, em uma publicação de 17 de fevereiro de 1975, onde o clero demonstrava o seu posicionamento, a partir do arcebispo José Freire Falcão (1971-1984):

O arcebispo da igreja católica avisa que essa indissolubilidade é absoluta, quando se trata de casamento entre batizados, sinal eficaz do poder de Deus (sacramento) e símbolo da união de Cristo com a sua Igreja. Assim, o casamento entre cristãos, se validamente contraído e selado pelo ato conjugal, só pode ser rompido pela morte de um dos cônjuges. Nem a vontade dos esposos, nem a autoridade civil nem a própria igreja poderá dissolvê-lo. Só o casamento válido, que não foi consumado pelo ato conjugal pode ser rompido por justa causa²⁰⁶.

A desaprovação de cunho conservador entende que a consolidação da questão divorcista levará impreterivelmente a uma transformação social sem regra e sem parâmetro divino, impossibilitado de estabelecer e defender todos os preceitos naturais ou evidenciados que devem comandar a realidade social.

Não podemos separar o casamento e o catolicismo, especialmente ao analisá-los na conjuntura brasileira. Diante o exposto, nunca se pode omitir que a Igreja Católica de Teresina era potência política significativa dentro da sociedade, essa amplitude se fez arquétipo nos debates perante o Código Civil do Brasil nos anos de 1970, quando contrariou a aceitação do divórcio, deixando o matrimônio como feito para a vida toda, isto é, indissolúvel.

A ordem clerical acreditava que o casamento era o meio fundamental da proposta de converter os sujeitos da religião católica na impulsão da vivência familiar. Acompanhando os planos críticos de Pierre Bourdieu, esses esquemas da Igreja devem ser vistos como tática na qual se procura preservar a concepção tradicional do núcleo familiar patriarcalista, em que é considerada como:

²⁰⁶O Dia, Teresina, Ano XXIV, Nº 5.356. 08 de dezembro, p. 02, 1975.

O princípio e modelo da ordem social como ordem moral, fundamentada na preeminência dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força, da coragem com o domínio do corpo, lugar de tentações e desejos.²⁰⁷

Além das maneiras mencionadas, a hierarquia eclesiástica passa a abertamente salvaguardar suas perspectivas de moral familiar, empregando-se das ferramentas acessíveis, como a mídia impressa, para desaprovar publicamente a anulação do casamento, isto é, permanecia reiterando o seu posicionamento de que o casamento somente terminava com a morte de uma das partes e de nenhum outro modo, já que foi concedido como juramento, o matrimônio não deveria ser desfeito por intervenção humana, somente Deus daria um final ao casamento sagrado.

Tendo em vista que a Igreja era base do conservadorismo e o indício do que ainda insistia em continuar, os adeptos do divórcio identificaram nela o grande obstáculo para estabelecer a ruptura da relação matrimonial em territórios nacionais. Os sujeitos que rejeitavam o término do matrimônio a partir do divórcio contavam que a Igreja era a sua maior entusiástica opositora, derradeira detentora de um conservadorismo secular e que expressava a continuidade, o ordenamento e a moral indispensáveis para adequar uma sociedade.

O nítido empenho social e político da Igreja foi capaz, durante várias épocas, de conservar tais aspectos do matrimônio internalizados nas próprias leis civis. O clero, o seio familiar e a mulher configuraram-se como um grupo de viabilidades que legitimaram os três elementos em uma análoga discussão e que, pela direção que as orientações tomaram a conjuntura do século XX, atribuíram-se, precisamente, a luta política pela implantação, nas séries de regulamentos brasileiros, da crença católica indissolúvel no elo matrimonial. No ponto de vista da pesquisa de Maria Isabel de Moura Almeida:

No contexto da modernização sociocultural se evidencia a preocupação da instituição em desenvolver um processo que envolvia militância, pregação e produção de representações que objetivavam, em primeiro lugar, a preservação de um imaginário firmado dentro de uma visão tradicional do matrimônio, visto como instituição de ordem natural. O modelo de família que o divórcio ameaçava destruir era um valor natural e o casamento uma instituição divina. Sua legislação, portanto, era necessariamente perfeita. Eis, evidentemente, a presença marcante de princípios imutáveis do pensamento conservador, o do respeito às instituições, às leis e aos valores naturais²⁰⁸.

Sendo assim, qualquer que fosse o esforço de inserir o divórcio na lei civil era duramente contestado através de justificativas profundamente vinculadas ao ideal de família como

²⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 1998, p. 105.

²⁰⁸ ALMEIDA, Maria Isabel de Moura Almeida. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese do Programa de Pós-Graduação em História, 2010, p. 12.

organização relativa à norma divina. Portanto, o casamento indissolúvel era tido como um dos elementos mais importantes na perspectiva moral da época. E, como já foi apontado, a Igreja era firmemente contrária ao rompimento do casamento, uma vez que o mesmo era visto como sagrado e não sujeito de anulação, ou seja, a orientação era perceber uma comodidade e uma vantagem à continuidade de um vínculo que não necessitaria unicamente do desejo e dos ânimos dos indivíduos, mas de uma vontade suprema.

Uma das investidas, para que não acontecesse a ruptura no casamento, era a exigência por parcela do domínio clerical de impor severas normas de condutas tanto às mulheres quanto aos homens. Na retaguarda dessas normas podemos destacar que, de fato, o objetivo real da Igreja Católica era condicionar as mulheres às sujeições diante seus maridos, visto que, ao entrar no mercado de trabalho e alcançar um equilíbrio financeiro a mulher em uma certa ocasião de descontentamento em seu casamento poderia ter vontade de se divorciar:

[...] à medida que decresce a dependência objetiva, que contribui para produzi-las, mantê-las a mesma lógica de ajustamento das tendências às oportunidades objetivas explica por que se pode constatar que o acesso das mulheres ao trabalho profissional é fator preponderante de seu acesso ao divórcio²⁰⁹.

Dessa forma, seguindo as ideias de Pierre Bourdieu, nossa sociedade tem vários intermediários propagadores de recursos simbólicos, entre eles podemos citar a Igreja Católica, todavia, essa corporação não é capaz de atuar isoladamente, já que como pontua o autor “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele por que o constroem como poder”²¹⁰. Assim, o que é destacado é que a fragmentação entre homens e mulheres na sociedade foi internalizada por sujeitos que disseminam específico discurso quanto pelos indivíduos que o toma para si. Nitidamente teremos mulheres se divorciando de seus esposos, mas igualmente trabalhando longe do espaço privado e tendo que lidar com estereótipos em torno de seu caráter e integridade.

Em geral, a forma dos matrimônios mudou. Não é apenas afetada pela aprovação do divórcio, mas também pelas mudanças nas perspectivas morais relacionadas ao casamento e, finalmente, perde gradualmente seu significado simbólico, mas isso não significa que podemos considerar a falência da união conjugal, o que vemos, sobretudo, são relações mais abertas e outros arranjos de casamento. Portanto, as mulheres gradualmente se afastam do modelo tradicional de casamento quando se divorciaram e reproduziram outra visão dos laços afetivos, como é o exemplo de Raquel Welch, ex sex symbol:

²⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 1998, p. 14.

²¹⁰ Ibidem, p. 52.

Imagem 05: O Divórcio de Raquel Welch



Fonte: Arquivo Público do Piauí

A análise acerca dessas ideias nos jornais locais foi compreensível e categórica, vigente tanto nas matérias como em textos elaborados por aqueles que se aproveitaram da mídia impressa para expressar suas concepções. A imprensa cada vez mais manifesta seu entusiasmo pelo assunto, persistindo na divulgação de opiniões de leitores e cooperadores do jornal sobre o divórcio. E, no decorrer dos anos setenta, no *Jornal O Dia*, foram sendo debatidos temas para além da manutenção da tradição, do valor e da moral eclesiástica que propagava o laço matrimonial indissolúvel.

Lentamente, surgem em suas páginas uma discussão mais admissível da utilidade do estatuto divorcista. Isto desponta na matéria *“Rachel Welch: quem casa comigo sofre pra burro”*:

Raquel Welch, a pantera morena, sucessora de Ursula Andress, a escultura estrela de olhos de fogo, reconheceu durante sua última entrevista à imprensa que estar casada com um “ex Symbol”. Não é sopa, não. Por outro lado, ela acrescentou que, no mundo do espetáculo, qualquer casamento é um verdadeiro abacaxi. Estar ao meu lado como marido não é nada simples. Um homem, com uma esposa como eu, vai sofrer, fatalmente. E bastante ciúmes, inveja, complexo de inferioridade, sei lá. Ao que tudo indica há uma acusação fundamental que Raquel move contra Curtis. “Limitava minha personalidade”, afirma Raquel. [...] Muitos acham que sou mulher forte, agressiva. Na realidade fui forjada por alguém, que vivia me dizendo o que era “bem” e o que era “mal”. Nos primeiros tempos após a separação, Raquel se sentiu terrivelmente sozinha e desamparada, pois percebeu que não tinha mais Patrick como guia. Sucessivamente e aos poucos, viu que lhe era permitido comportar-se

normalmente, sem precisar da perene presença de um instrutor e ao mesmo tempo sem ser uma vítima daquela insegurança interior, que julgava insuportável²¹¹.

A seleção das publicações foi de suma importância já que, ao elencar Rachel Welch, estava o periódico relacionando os pontos de vista sustentados com o modo de viver dessa mulher ou com sua escolha civil. A citação do jornal atribui-se à uma atriz reconhecida por condição de símbolo sexual e aprisionada a uma vida de engano no casamento. Somos capazes de dizer que estamos perante a representação de uma mulher que discute sobre o seu tempo, que demonstra seu desejo, mesmo que ainda de modo impreciso, limitada entre os novos e antigos princípios, mas que necessita ser compreendida no processo de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas do seu período.

As três notícias publicadas ao longo de 1970, mais especificamente, duas de 1975 e a outra de 1977, que são simultaneamente contrárias em suas opiniões. De um lado, expressam os males advindos do divórcio. Por outro, destaca a ruptura do casamento e uma certa autonomia feminina.

Contudo, vale mencionar que, mesmo com a instituição do divórcio, não foi rompido o modelo de estabelecimento da família nuclear. Todavia, foi um progresso para a época e, além disso, logo após esse acontecimento ocorreram várias outras oportunidades de reelaboração de relacionamentos, de novas concepções sobre a família, de outros modos de experienciar a sexualidade, do vínculo com os filhos. Muitos outros direitos foram reivindicados em seguida para as mulheres, outros arranjos foram vivenciados.

Além de tudo o que foi destacado, segundo Anthony Giddens, a autonomia das mulheres de pedir o divórcio, por exemplo, o que aparenta somente um reconhecimento negativo, na realidade tem um relevante resultado de proporcionalidade. Seus efeitos recompensadores vão além de assentir a ruptura de um matrimônio infeliz e autoritário, por mais significativo que ele seja, “elas limitam a capacidade do marido de impor o seu domínio e por isso contribuem para a transformação do poder coercivo em comunicação igualitária”²¹².

Novas temáticas como família e sexualidade vão aparecendo no seio de importantes transformações culturais na década de setenta. Esses assuntos surgem em inúmeros debates, seja nos espaços públicos ou privados. As modificações ocorridas na metade do século XX estão relacionadas a um conjunto de acontecimentos que implantaram um novo ordenamento social. A liberação sexual, a autonomia feminina e o afastamento da sexualidade da questão

²¹¹ O Dia, Teresina, Ano XXIV, Nº 5.418. 19 de janeiro, p. 02, 1975.

²¹² GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 208.

reprodutiva, através do incremento da pílula anticoncepcional, são fatores que estão presentes nos estudos dos vínculos sociais e das mudanças da vivência particular. Por esse motivo, mostraremos uma observação dos novos formatos e ordenações através da revolução sexual e as consequências decorrentes de novos comportamentos introjetados pelos sujeitos.

3.3 A construção discursiva sobre a contracepção e liberdade sexual

Essas variantes modernas e intermitentes ocasionaram na década de 1970 a validação do que se designou como uma reelaboração feminina, assim como de suas atribuições no seio familiar e na sociedade. Analisou-se que entre as pretensões estava o fortalecimento da atuação feminina, de maneira consolidada no mercado de trabalho e a atenção com a capacitação profissional em primeiro lugar, a respeito do casamento. Procura-se, com essa análise, explorar essas variantes, aprofundar os domínios femininos, entender a incompletude evidenciada na história dos desejos e aspirações dessa representação de mulher que despontava no início da década em Teresina.

Neste sentido é fácil compreender que os espaços público e privado têm passado por uma dinâmica de modificação no padrão que era estabelecido, é notório um distanciamento dos preceitos morais, assim como uma ruptura com algumas restrições, ou seja, certos valores que anteriormente eram introduzidos à maneira de vida dos sujeitos, deixaram de ser o parâmetro para grande parcela deles. Um adequado exemplo dessa alteração de parâmetros está na percepção sobre a utilização de métodos contraceptivos. Em setembro de 1974, as pílulas anticoncepcionais obtiveram visibilidade nas matérias do *Jornal O Dia*. Levando em consideração algumas explicações sobre a origem e os benefícios atuais do uso da pílula, de exemplo o texto intitulado “*Ubatuba e sua novidade*”:

Em Ubatuba, uma planta trazida do México está sendo utilizada para a formação de pílulas anticoncepcionais. É uma contribuição, ainda que modesta, para livrar o mundo da fome e do excesso de população. O barbasco entrou no Brasil clandestinamente em 1967, trazida pelo engenheiro agrônomo Edgard Santana Normanha. Mesmo condenada pela Igreja, a pílula é atualmente consumida por milhões de mulheres em todo o mundo. Além disso, a pílula anticoncepcional já é apontada como a única solução para se evitar a catástrofe da superpopulação. Professores, estudiosos, cientistas, pertencentes a países mais evoluídos afirmaram que o problema de superpopulação existe, mas não deve alarmar ninguém: a ciência, mais cedo ou mais tarde, encontrará a melhor maneira para alimentar bilhões de seres humanos e fornecer a eles os meios de vida adequados. Mas como diminuir a natalidade? Com a difusão de anticoncepcionais, da esterilização masculina e feminina, da técnica do aborto, e assim por diante. E, finalmente, com a legislação que aumente a idade mínima necessária para o casamento²¹³.

²¹³ O Dia, Teresina, Ano XXIII, Nº 3. 220. 17 de maio, p. 03, 1974.

O novo medicamento veio trazendo a difusão alardeada sobre o perigo da superpopulação global. O aumento demográfico Brasil e em toda América Latina, assim como o invento dos meios contraceptivos e sua disseminação na segunda metade do século XX, exerceram influência na conjuntura mais extensa de vínculos de poder que pôs em discussão o delineamento familiar e a interferência política em relação ao corpo feminino, essencialmente as dos países menos desenvolvidos, convertendo-se em um traço relevante da vivência pública.

As inquietações com o efeito do aumento populacional nas nações subdesenvolvidas permitiram um redirecionamento do propósito de saúde pública mundial em meados dos anos de 1970. Nesse período, várias filiais internacionais de saúde aderiram aos planejamentos de redução à fertilidade e de plano familiar, visto que passaram a entender que o grande obstáculo dos países menos desenvolvidos não era mais as enfermidades contagiosas, mas o crescimento desequilibrado da população com relação ao subsídio alimentar. O âmago do problema não estava mais atrelado a eliminação de doenças e passava a ser, verdadeiramente, a regularização na taxa de natalidade e a organização familiar. De acordo com Michel Foucault:

No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas. É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo²¹⁴.

Nas reflexões realizadas por Michel Foucault podemos ver como o conteúdo sexual passou a se converter em um cuidado do Estado, sobretudo, com o aparecimento da apreensão demográfica. Ao tornar-se uma preocupação do espaço público, a criança e a mulher despontaram como primordiais focos desse interesse. Igualmente, novos campos do conhecimento científico emergiram com o objetivo de agir sob os corpos dos sujeitos, como a atuação da medicina e a histerização feminina, bem como a disciplina e a demografia com o intuito de controlar a população.

Segundo Michel Foucault, as tentativas de estabelecer o efeito de interdição sobre o corpo e os diversos comportamentos sexuais criados pelo próprio domínio do poder não produziram os resultados esperados. Ao contrário, suscitaram a sua própria diversificação e atraíram o seu desenvolvimento diversificado. Sua diversão e poder reforçam-se constante e mutuamente. Portanto, o comportamento polimórfico é extraído do prazer do corpo humano,

²¹⁴ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p. 28.

“ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados²¹⁵”.

Diante disso, é compreensível que os comportamentos sexuais produzidos no século XX, principalmente das mulheres, estejam relacionados à estrutura do discurso, ao mesmo tempo em que buscam reduzir a ideologia predominante que já existe há bastante tempo e às consideram como libertinagem. Antes disso, por meio do apoio ao modelo "ideal" de ser mulher, a realização e distinção de gênero não estavam relacionadas apenas aos privilégios científicos, mas também ao desenvolvimento e divulgação de outros discursos (como os jornalistas da segunda metade deste século), que sob uma perspectiva crítica jornalística, estes enfocaram temas que foram entendidos na época como imorais, antirromânticos e antiéticos.

Segundo Michel Foucault, as tentativas de estabelecer o efeito de interdição sobre o corpo e os diversos comportamentos sexuais criados pelo próprio domínio do poder não produziram os resultados esperados. Ao contrário, suscitaram a sua própria diversificação e atraíram o seu desenvolvimento diversificado. Sua diversão e poder reforçam-se constante e mutuamente. Portanto, o comportamento polimórfico é extraído do prazer do corpo humano, “ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados²¹⁶”.

Diante disso, é compreensível que os comportamentos sexuais produzidos no século XX, principalmente das mulheres, estejam relacionados à estrutura do discurso, ao mesmo tempo em que buscam reduzir a ideologia predominante que já existe há bastante tempo e às consideram como libertinagem. Antes disso, por meio do apoio ao modelo "ideal" de ser mulher, a realização e distinção de gênero não estavam relacionadas apenas aos privilégios científicos, mas também ao desenvolvimento e divulgação de outros discursos (como os jornalistas da segunda metade deste século), que sob uma perspectiva crítica jornalística, estes enfocaram temas que foram entendidos na época como imorais, anti-românticos e antiéticos.

Esses novos conhecimentos reacenderam inquietações morais de outros períodos. Apesar de, ao transitarem pelo âmbito médico, as mulheres foram incorporadas nos estudos acerca dos comportamentos sexuais, de demarcações e impactos, nas barreiras entre o econômico e o biológico. Surgem igualmente os programas organizados que, no limite das formas tradicionais, estímulos morais e dogmáticos, empenham-se em fazer da conduta sexual dos sujeitos um desempenho econômico e político ordenado.

²¹⁵ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p. 47.

²¹⁶ Ibidem, p. 47.

O uso da pílula, nessa conjuntura, surgia como um fator que iria dividir a sexualidade da reprodução, isto é, o sexo não seria mais equivalente a procriação. Assim sendo, a pílula aparecia no momento com um papel de desagregar um construto produzido em volta da fragmentação sexual das atribuições sociais, ou no mínimo dar abertura à viabilidade de seu rompimento e desnaturalização do sentido androcêntrico. Como analisamos ao longo da realização desse trabalho, o construto criado sobre o significado de ser mulher é amparado em um corpo, ele oferece traços da vivência social da mulher e a subordina a um papel procriativo, como se essa fosse um propósito imposto, “como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos”²¹⁷.

Os progressos científicos vêm exercendo influência e modificando os vínculos humanos no decorrer dos anos, o novo entendimento sobre a sexualidade, em que estamos inseridos na atualidade, está, de certo modo, relacionado ao progresso dos procedimentos contraceptivos na década de setenta, que possibilitou a separação da sexualidade da procriação biológica, aparelhando as demandas e êxitos das mulheres pela equidade social, sexual e afetiva no que se refere aos homens. A questão do sexo, que antigamente era considerado apenas com o intuito de reprodução e de propagação da espécie, tem atualmente evidenciado um aspecto hedonista, desvinculando seu objetivo de outrora para um outro, o bem estar individual e a procura do prazer pessoal.

O surgimento da pílula anticoncepcional proporcionou a desvinculação decisiva entre o sexo e a procriação. Essa segmentação foi essencial para a emancipação sexual feminina e para que o sexo fosse refletido especialmente a partir da satisfação e do prazer. Desprender-se do domínio de várias gestações e, sobretudo, do receio ocasionado pelos partos arriscados, foi primordial para a libertação da sexualidade feminina. Apenas através dessa separação é que podemos compreender o que Anthony Giddens, define como “sexualidade plástica”²¹⁸, na qual entendemos como a sexualidade expandida sem está precisamente relacionada à procriação.

O autor ainda acentua que é com base no avanço da sexualidade plástica que o sexo rompe do espaço exclusivo da família, no mesmo momento em que “liberta a sexualidade da regra do falo”²¹⁹, isto é, do ponto de vista sexual que irrompe tão somente de uma concepção masculina, quesito indispensável para a liberdade sexual das mulheres. Algumas publicações

²¹⁷BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019, p.17.

²¹⁸ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 10.

²¹⁹Ibidem, p. 10

dos jornais teresinenses destacaram como estava acontecendo lentamente essa propagação das modificações nas práticas sexuais, de exemplo "*Como anda o sexo?*":

Uma mudança nos conceitos de prática sexual está ocorrendo em todo o mundo, transformando-se em objeto de estudos de psicólogos, geneticistas e cientistas de outras áreas. O cinema muito tem contribuído para a divulgação das novas formas de sexo. O sexo grupal, que hoje não causa mais escândalos em cidades mais adiantadas, vem assumindo proporções muito grandes. A fantasia de que um basta a um se dissipou. A ideia de um marido e uma esposa que sejam apenas pai e mãe, tios e tias, etc., é para os jovens uma carga acima das forças de qualquer ser humano, assevera o biólogo inglês, que prevê um futuro em que os casais estabelecidos iniciem abertamente relações sexuais com seu grande círculo de amigos. [...] e acredita que há várias vantagens no sexo em grupo. Diz: pessoas que ingressam em tal prática tendem a se despertar de suas ansiedades neuróticas. As mulheres aprenderão dizer não ao sexo, quando realmente não querem, e os homens a quem disseram não descobrirão que a recusa não representa a rejeição deles como pessoas. Tanto os homens como as mulheres aprenderam a tolerar melhor os seus impulsos homossexuais. Os jovens de hoje já se afastam da ideia de entrega total, e alegam: vou deixar um pedaço do meu ser para mim mesmo. Não é que eu não goste de você, mas não me ligo nessa fusão simbiótica²²⁰.

As transformações sobre as práticas sexuais, principalmente femininas, amedrontavam a sociedade teresinense conservadora e ligada em maior parte, aos preceitos dogmáticos, que frequentemente recorriam em seus conteúdos para a manutenção da moral e dos valores admitidos. Esse acometimento do silenciamento de definidos assuntos vinculados à sexualidade representa um modo de coibição, nessa circunstância a repressão sexual²²¹, em que se repercutiam perante o confronto de vários sujeitos em favor da liberação sexual e em contradição seja qual for a maneira de inibição.

Nessa perspectiva, a imprensa se concebeu em um relevante palco de discussão e condutor da concepção pública acerca da sexualidade, a respeito do corpo e dos vínculos conjugais, assimilando as adversidades do espaço privado, e como quem concebe a verdade às suas considerações, empregava-se com assiduidade fundamentos científicos sobre a sexualidade moderna como, por exemplo, ao mencionar o médico inglês Alexandre Comfort e sua opinião sobre o sexo, na qual ele diz que “era previsto que nos próximos anos um número

²²⁰ O Dia, Teresina, Ano XXII, Nº 2.733. 04 de junho, p. 06, 1973.

²²¹ Para Michel Foucault, essa concepção da repressão moderna do sexo pelo regime burguês, pela sua inconformidade com a sociedade do trabalho, na qual não se suportaria a eliminação nas satisfações sexuais do vigor que necessitaria ser disponibilizada ao trabalho, é problemática. A partir das considerações do autor, podemos compreender que todo conhecimento a respeito do sexo, por menos relevante que havia sido, é subordinado politicamente e ressaltado a uma imensa significância da vivência dos sujeitos. A noção de sexo reprimido, determinado à coibição, faz quem discute sobre ele ser visto como subversivo, um transgressor. Quem usa esse vocábulo acredita que está longe do domínio do poder, e não compreende que, ao argumentar o valor da liberação do sexo, está mostrando que carrega consigo sentimentos de vergonha e mal-estar causados anteriormente. Nos termos do próprio Foucault: “como se fosse preciso nada menos do que essas correlações valorizantes para que tal discurso pudesse ser proferido ou aceito”. Ver mais sobre o assunto em: **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 12-13

cada vez maior de casais iriam se voltar para a prática do sexo em grupo, à procura de satisfação antes obtida dentro dos tradicionais padrões familiares”²²².

Compreendemos então, como nos últimos anos, discutir a respeito do sexo deixou de ser uma temática condenada ou restringida a intimidade do casal, deixando gradualmente de ser considerado como tabu. No pensamento de Anthony Giddens, “a sexualidade passou a fazer parte de uma progressiva diferenciação entre o sexo e as exigências de reprodução”²²³, obtendo uma certa liberdade, na proporção que deixa de ter finalidades reprodutivas se transforma em algo dissociado, distante das pretensões de procriação. É o que ele vai designar de sexualidade plástica, fator de suma importância para a ocorrência da liberação sexual.

Neste caso, de certa maneira, o sexo passa a ser considerado a princípio, como um modo de discordância em oposição a toda espécie de normatização e de repressão exigida pela sociedade até o momento. Desviando-se de um ponto ao outro, do condenado ao amor livre, ocasionando modificações imensas nos vínculos sociais, apoiando-as na reordenação e na inserção de novas posturas. Sendo assim, perante a manifestação de transformações em volta dos sexos e da procura pelo prazer e satisfação pessoal, é importante enfatizar a concepção de sexualidade, em que Jeffrey Weeks determina como: “uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com que Michel Foucault denominou o corpo e seus prazeres”²²⁴.

Nota-se, desse modo, como Jeffrey Weeks analisa que, apesar de a sexualidade se dispor do sustentáculo do corpo biológico, ela pode ser entendida como uma elaboração social, uma criação histórica, já que o significado e a relevância a ela destinada são concebidas em ocasiões sociais precisas, isto é, um evento histórico e social.

Todavia, para Michel Foucault, a sexualidade é entendida como experiência, sendo essa compreendida como a “correlação, em uma cultura, entre os campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”²²⁵. Melhor dizendo, não é algo permanente e categórico, e sim um mecanismo histórico, em que existe uma série imensurável de formas de se revelar e experienciar o prazer, estando permeada por visões, conhecimentos e meios de dominação particulares ao contexto em que se remetem.

Dessa maneira, a sexualidade, como experiência distinta de um específico tempo dispõe de três suportes que a organiza, como a “formação dos saberes que a ela se referem; os sistemas

²²² O Dia, Teresina, Ano XXII, Nº 1.979. 25 de setembro, p. 05, 1973.

²²³ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1993, p. 38

²²⁴ WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43.

²²⁵ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p.10

de poder que regulam sua prática; e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade”²²⁶. Nessa perspectiva, Michel Foucault apresenta a emergência do entendimento sobre as várias formas da utilização da sexualidade e dos prazeres no decorrer da história, para que só assim ocorra a compreensão pertencente à sua existência ao longo dos anos.

Os estudos realizados em relação a sexualidade se focam em imensos discursos da transformação histórica, na urgência das identidades sexuais e nos sistemas de regulamento sexual e, do mesmo modo, a demanda da satisfação feminina em que “veio a se transformar em um elemento básico da reconstituição da intimidade, uma emancipação tão importante quanto qualquer outra buscada na esfera pública”²²⁷. Nesse contexto, ao separar a atribuição procriativa da sexualidade, associada a liberação da pílula anticoncepcional na década de setenta e ao movimento feminista, decorreu de maneira significativa a admissão da liberdade dos sujeitos, especialmente das mulheres, no direcionamento sexual e afetivo de suas vivências. No decorrer do período estudado o sexo feminino está vinculado ao prazer e não somente com a maternidade.

Dessa maneira, a sexualidade é gradativamente mais separada das ligações sexuais pautadas na família e na reprodução, dando abertura maior ao domínio da procriação pelos procedimentos anticoncepcionais mais recentes. Nas narrativas médicas a sexualidade tornava-se gradualmente mais relacionada ao compromisso dos indivíduos com a maternidade. A sexualidade como posse pessoal a ser expandida e desenvolvida a partir dos métodos científicos foi bastante evidenciada pelos conhecimentos médicos e pela disseminação da mídia. Portanto, toda essa dinâmica que verificamos ao longo da pesquisa demonstrou a discussão destacada nos jornais acerca das mudanças que vinham acontecendo, vinculadas às reivindicações, à pílula, que proporcionou a emancipação da mulher sob o seu corpo, ao alargamento da atuação feminina no mercado de trabalho, às discussões em relação a maternidade para além da noção de uma sina determinada da mulher.

3.4 Rita Lee: objeto de representações e liberdades

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja a liberdade futura²²⁸.

²²⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p.10.

²²⁷ GIDDENS, Anthony. Op. Cit., 1988, p. 196.

²²⁸ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p.12.

Tendo em vista que somos todos seres históricos, mergulhados em algumas situações históricas de vida, mas igualmente aptos a ser o agente principal da nossa história e de elaborarmos e reiterarmos saberes, é plausível refletir a respeito de ideias, como as formadas na obra *História da Sexualidade* de Michel Foucault, no nosso dia a dia, a partir de episódios que vivenciamos cotidianamente, e inclusive nos debates que se referem ao passado longínquo ou moderno e revelam sujeitos e percursos de vida. Discursos que foram disseminados sobre um específico sujeito, concebendo uma representação um tanto paradigmática. Atribuímos aqui a uma mulher ou sua forma de viver que revela-se em sua particularidade, já que, de certo modo, escapava de um tipo de regulamentação comportamental que grande parte da sociedade aparentava ter interesse.

A cantora Rita Lee, arquitetou uma imagem que expôs modelos hedonistas e libertários para exercer frente às demonstrações religiosas, à sexualidade e à política, até o momento grandemente consentidas. Vale ressaltar que ela foi a figura selecionada para constituir o corpo deste tópico e desempenhar a complexificação sobre as representações das mulheres e da sexualidade, erguendo desse modo, um debate com o estudo realizado por Michel Foucault. Ela foi vista por vários sujeitos como subversiva por transgredir de certo modo, ou pelo menos bagunçar, as convicções vigentes na sociedade em que estava inserida.

É o que se compreende através de suas posturas, demonstrações e discursos, frequentemente “fadados à proibição, à inexistência e ao mutismo”²²⁹, como indica Michel Foucault, e que acabavam ganhando ênfase principalmente na imprensa, neste caso, o jornal *O Dia* com a publicação denominada como “*O rock de Rita Lee*”, em que é um exemplo desses aspectos discursos que estabelecem uma certa objeção a demarcadas práticas sociais ou culturais referentes ao sexo, princípios e a concepção de maternidade e de família nuclear tradicional, definida pelo matrimônio heterossexual indissolúvel. A cantora surge nos jornais como uma mulher emancipada nos vínculos afetivos, no trabalho e na sexualidade, desejando ter um filho, mas sem a vontade de casar-se e permanecer em uma relação conjugal de dominação e compromisso:

Tudo em Rita Lee é simples e inconstante. Adaptando-se a tudo sem maior envolvimento, ela define a sua vida como um caminho que amplia, sempre mais, a sua visão das coisas. Mas afinal de contas, e a Rita mulher? “Depois que eu saí dos Mutantes, queria me definir. As pessoas me criticavam, diziam que eu era imatura. Eu não quero me definir para não me limitar. Eu quero ficar em aberto. Vou sempre

²²⁹FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p. 12.

desenvolver-me mais, ficar insatisfeita com tudo. É daí que eu tiro a força para me superar, crescer. Acho que a espiral deve subir, aproximar-se do infinito e, para isso, deve-se aceitar tudo. O amor é importante. Existem várias espécies de amor”. Além de tudo isso, o instinto maternal desenvolve-se na mulher Rita Lee. Ela diz do filho que deseja ter, de como deve ser maravilhoso a experiência de ensinar e aprender juntamente com uma criança. Mas enfatiza que não pretende constituir uma família, como uma relação de compromisso e propriedade, não entra em seus planos²³⁰.

Assim sendo, é enfatizado o reconhecimento particular, sexual e profissional, na qual as concepções do amor romântico, cuja relação é única e infundável, é propensa a separar-se, sobretudo, em decorrência da autonomia e independência feminina. Vale então dizer que Rita Lee, que tornou-se famosa em meados do século XX, em seus diálogos, e nos debates elaborados em relação a ela, ou seja, nas representações produzidas acerca da sua atuação na sociedade brasileira, foram para muitos referência de análise sobre o que se declarava ou não a respeito do sexo, da sexualidade e do feminino. Foram referências de nosso estudo e de uma atividade reflexiva histórica das representações sociais, da área do gênero e das análises feministas.

De acordo com a análise de Michel Foucault devemos compreender que a história da sexualidade e os vínculos de poder estão constantemente em ação na sociedade e se expressam na cultura, no regime de símbolos e acepções culturais, isto é, naquilo que o historiador Roger Chartier nos orienta a perceber como “representações sociais”. Conforme Michel Foucault, formou-se ao redor da sexualidade uma complexidade onde se ocultavam os vários vínculos de poder vigentes, vínculos estes que, igualmente, se ratificam no fato da sexualidade ser delimitada a esfera privada, apesar de que se constate na movimentação entre os espaços públicos e privados.

Diante do exposto, podemos refletir melhor acerca do arquétipo formado em relação a uma mulher, que se tornou famosa em todo o território nacional, em determinados discursos e representações de gênero, tecidas ao redor de seus costumes e hábitos, mas o que representou ser Rita Lee para a sociedade teresinense do período?

No contexto teresinense constantemente em transformação, por meio do nosso estudo, vale dizer que Rita Lee passava a representar vários elementos, ela tornou-se figura independente, uma mulher bem decidida e audaz nos anos finais da década de 1970, que aparentava viver sem ter em conta as observações e determinações moderadamente estimadas que a capital pudesse urdir em relação a ela, suas atitudes e posicionamentos. Não podemos certificar, porém,

²³⁰ O Dia, Teresina, Ano XXIV, N° 5.744. 28 de abril, p. 07, 1975.

podemos cogitar que, no mínimo, as linguagens em volta da sua representação disseminam-se, emitindo entendimentos nas mulheres teresinenses.

Refere-se a um período histórico singular, na qual necessitamos analisar inquietações que se apresentam entre as antigas e novas disposições, entre diálogos tradicionais e inovadores, entre as representações contrárias que delimitam e evidenciam a sociedade piauiense. Uma sociedade, que na década abordada, principalmente direcionada para o avanço econômico e, de outro modo, apreensiva com as recentes sociabilidades, entre discussões e costumes vistos como modernos e os que persistem em acentuar um comprometimento com o ordenamento, a família e a moral tradicional.

3.5 Dercy Gonçalves e a “falsa moral que assola o Piauí”

Na conjuntura desse processo de reestruturação, características opostas vinculam-se de maneira contrária. Uma predileção à validação de divergências e particularidades, a fragmentação de identidades de gênero, mantém-se em um espaço em que as esferas do masculino e do feminino, do privado e do público, íntimo e político se organizam. Tudo isso no interior das modificações sociais na qual a mulher passava a destacar-se com uma vasta veemência, propiciadas a elas âmbitos para o público feminino atuar como, por exemplo, o teatro. Dercy Gonçalves é uma relevante figura dentro dessa sequência de conquista e produção cênica que surge na publicação *“Tudo na cama”* do *Jornal O Dia*:

O sujeito vai lá pensando que vai ver tudo mesmo. Mas não vê nada. Não vê, mas ouve. Ouve tudo. O dicionário de palavrão de A e Z. O público sente o choque. E se abre. Primeiro ri nervosamente e os palavrões de Dercy vão surgindo como água em uma cachoeira. Dercy dá um banho na falsa moral que assola o Piauí²³¹.

Por discutir publicamente acerca do sexo e, sobretudo, em relação a sua própria sexualidade, Dercy foi alvo de vexação, de repressão, de exemplo tido como apropriado ou não adequado para outras pessoas, de desaprovação e várias outras alcunhas que surgem nas falas de quem viveu com ela. De acordo com a antropóloga Mirian Goldenberg, essas manifestações expressivas a respeito dela eram evidenciadas por memorar o quanto eram diversificadas as características da atriz, ponderada como ser humano e sujeito social. Eram habituais nesses discursos a elaboração da representação feminina profundamente masculina e feminina simultaneamente, uma mulher grandiosa e que adorava falar palavrões, uma mãe esforçada, mas que detinha de uma sexualidade longe do domínio masculino, melhor dizendo, dentre os

²³¹ O Dia, Teresina, Ano XXIV, Nº 5. 673. 22 de março, p. 02, 1975.

inúmeros discursos a respeito da atriz, essa espécie de discurso que demonstrava uma mulher com caráter plural era o mais usual no empenho de simbolizar sua figura²³².

A matéria do jornal investigado mostra uma série de discussões que revelam preceitos, regras, subversões e inquietações na sociedade. As definições em relação ao espetáculo expõem as ideias em movimento. Nessa lógica, sustentamos ainda que o jornal questionou a moral vigente da época, bem como a formação e cristalização de valores, práticas e determinados posicionamentos. Coincidentemente, surge o reflexo de mudanças na escrita desses jornais e na sociedade, mesmo que em movimentos e gradações distintas, de modo não homogêneo, nem um pouco simples, ao contrário, à sombra de inúmeras inquietações e contrariedades.

Ao examinar os debates sobre a vida de Dercy, de sua personalidade e sua postura, é percebido as inquietações presentes nos vínculos entre poder e sexo em organizações e valores. Ao longo desse espetáculo, ela conversa sobre palavrões, trabalho, sexo e outras temáticas que eram mal vistas. A atriz aparenta revelar-se como uma mulher livre do domínio dos estereótipos sociais normativos ou ao menos submeteu-se a encenar com eles, e expressava sem algum tipo de vergonha, acerca desses conteúdos de maneira animada, independente, desmascarada e com vários palavrões.

Dercy Gonçalves tornava-se um fenômeno onde “intuitivamente se reconhecia e se homenageava uma energia transfiguradora que a desordem ilusoriamente festiva da atualidade em vão buscava”²³³. Em outros termos, “parecia ter personalidade descontraída e que se configurava como diferente da maioria das mulheres de sua época e que até mesmo parecia transgredir os valores de uma sociedade”²³⁴.

Em vista disso, a imagem de Dercy atua como objeto de leitura do que é refletido, do que é retratado, e pode auxiliar como uma orientação para o percurso de solução, para a tentativa de observação da elaboração de sentidos em um desenvolvimento histórico definido, recinto de entrelaçamento de hábitos culturais e historicamente distintos com as representações feitas²³⁵. Os enunciados expressam bases que apoiavam os padrões sociais, na qual se percebe uma sistematização de práticas, normas que estavam pautadas em preceitos predominantes, ou majoritariamente tradicionais. Especialmente, por referir-se a uma década de inquietação entre o tradicional e o novo, de formações culturais significativas e críticas, de demandas por emancipação e igualmente de continuidades de valores e regressos políticos.

²³² TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 71.

²³³ *Ibidem*, p. 234

²³⁴ *Ibidem*, p. 235.

²³⁵ CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, 1991, p. 35.

Em geral, se a apresentação de Dercy Gonçalves fez o povo teresinense gargalhar, ao mesmo tempo nos faz refletir, indagando principalmente aquilo que o Piauí sempre persistia em desconsiderar: a ampliação e a relevância da mulher no contexto social e cultural do período, “da dessacralização libertária, já que a atriz e comediante exibia-se em circos e cabarés da Lapa e, igualmente em grandes cassinos”²³⁶. Tendo consciência de seus direitos e deveres políticos ou não, a atriz permanentemente foi, por si mesma, figura política, provável de rebelar-se contra a ordem, especialmente as ditatoriais, com um mero desempenho de sua arte independente e proibida, “através da burla e do riso. Da subversão não revolucionária e frontal, mas subjacente e corrosiva, roendo de viés, pelas beiradas, a empáfia ameaçadora das autoridades”²³⁷.

Salientamos diante disso os seguintes questionamentos: os princípios sociais estavam próximos de desaparecerem? Provavelmente, já que na época os preceitos prevalecentes e a posição social determinada para a mulher estavam sendo interrogados, e lentamente sendo atenuados, contudo, não devemos declarar decerto que esses ideais estavam próximos de deixar de vigorarem. Essa é uma interpretação mistificadora, em vista, de uma pessoa que está a frente no tempo cronológico. Ou melhor, se pretendermos analisar a sociedade em que estamos inseridos, compreendemos que vários desses preceitos permanecem vigentes, apesar de que com menos ímpeto ou de outro modo transformados.

Inúmeros são os elementos que constituem os discursos e muitas são as razões para que se possa mencionar alguma coisa. Em várias circunstâncias os discursos podem ser parciais, situando-se ao contrário ou em prol de algo, procurando ser mais verdadeiro que os outros, qualificando e eternizando sujeitos por tais aspectos. No entanto, na concepção de Michel Foucault:

O que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita: a maneira pela qual o campo de memória está ligado às normas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual²³⁸.

Consideramos de fato que os discursos colaboraram de modo considerável com uma exorbitância de relações, uma série de perspectivas e interpretações que idealizam os construtos

²³⁶ NAMUR, Virginia Maria de Souza Maisano. **Dercy Gonçalves** - o corpo torto do teatro brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 14

²³⁷ Ibidem, p. 15

²³⁸ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 3ª ed. Trad. Renato Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, p. 65.

Dercy Gonçalves e Rita Lee, contudo, imputamos a essas elaborações, dois elementos essenciais de nosso trabalho sem os quais esses discursos provavelmente não tivessem sido produzidos, reproduzidos e propagados, são eles: os domínios escusos presentes por detrás desta sociedade e as condutas da cantora e da atriz que ora aparenta contradizê-las.

Se para alguns os comportamentos das duas artistas observadas eram vistas como inaptas para as mulheres, no ponto de vista da mulher “direita e de família”, para outros, suas ações eram a concretização de uma vontade que deveria continuar escusa. Bem como em qualquer sociedade, de qualquer tempo, a atriz e a cantora não satisfizeram a todos, o que proporcionou a disseminação de discursos relativamente estimados a respeito das suas personificações. Ao desempenhar suas vivências de maneira pretensamente autônomas, que tornaram-se conhecidas, sobretudo, em decorrência dos meios de comunicação, Rita e Dercy, aparentam nos mostrar características e contornos de figuras tidas como ousadas.

Se pensarmos que o gênero é um construto social que pode ser formulado e reformulado, deveremos considerar que os discursos em relação às representações dessas famosas foram concebidos em distintas perspectivas e caminhos, e podemos ao mesmo tempo historicizá-los, entender neles a materialidade qualitativa e política para, desse modo, desestruturá-los, analisando a transformação, a multiplicidade dos processos, conflitos, resistências e progressos sociais da época.

3.6 Vozes femininas no teatro e a peça “Homem Não Entra”

Ainda em 1975 as mulheres começaram a alterar e aventurar igualmente na esfera cultural. Para debater os assuntos a respeito do vínculo entre mulheres e homens, assim como conceber um âmbito para dialogar sobre a sexualidade das mulheres, Rose Marie Muraro, Cidinha Campos e Heloneida Studart produziram a peça *Homem Não Entra*²³⁹. Com uma trama que destacava dificuldades da vivência diária das mulheres, as espectadoras eram solicitadas a se expressar publicamente acerca de suas relações. “A peça foi representada durante anos, por todo o Brasil, com enorme sucesso, causando grande polêmica por proibir a entrada de homens”²⁴⁰. Através da apresentação tornou-se habitual a utilização de espetáculos de teatro que permanecessem direcionados às demandas femininas para impulsionar debates, alargando-se, depois da exposição das mesmas, para a discussão pública.

²³⁹ A peça teve como diretora Bibi Ferreira, a autora foi Heloneida Studart, Rose Marie Muraro e Cidinha Campos, protagonizada somente por essa última. As referências e trabalhos sobre a realização e o incentivo para o espetáculo são parcos.

²⁴⁰ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. Op. Cit., 1992, p. 33.

Tenciona-se, desse modo, a partir de um ponto de vista voltado para as relações de gênero, criar uma abordagem performativa do espetáculo *Homem Não Entra* que, nos anos de ditadura militar no país, idealizaram imagens sexuadas para tecer suas maneiras de ativismo do movimento feminista. Para tanto, o espaço cênico elaborado por essa peça é, nesta pesquisa, compreendido como um local específico de empoderamento, de aperfeiçoamento prático, e as atuações discursivas, entendidas como influentes recursos. Sugerimos que tais tramas discursivas são fragmentos de complexos vínculos de poder e dominação que incorporam inúmeras proporções da sociedade, refiro-me aqui aos valiosos estudos que realizei de Michel Foucault e de outros teóricos que partilharam de suas abordagens, igualmente a uma historiografia que, nos anos do século XX, buscou outorgar às falas niveladas das mulheres no desenvolvimento histórico.

Como consequência do lançamento em palcos do Rio de Janeiro em 1975, o espetáculo de Heloneida Studart, Rosie Marie Muraro e Cidinha Campos passou a ganhar um vasto efeito em vários dispositivos de comunicação nacionais, em virtude de intrigantes aspectos, tais como:

1. O radicalismo no que diz respeito ao título. 2. O interessante fato de que nesta peça os presentes no recinto eram considerados “atrizes”, incentivadas pela protagonista Cidinha Campos, sozinha no palco, a discorrer sobre suas vidas enquanto mulheres.²⁴¹

Essas reiterações se deram exatamente pelo relevante fato de o acesso do público masculino ser proibido do cenário, da plateia e dos bastidores. Bem como, pela compreensão do recado que as produtoras levantaram com destaque no tema sobre a sexualidade da mulher ao período²⁴². Isto é, o show descreve vontades e interesses relativos à sexualidade feminina e, a partir disso, emerge o debate acerca da autonomia corporal, temática que era um dos assuntos do movimento feminista. Além da volúpia sexual, a peça abrange a admiração pelo homem atual e a desaprovação ao padrão masculino na qual as mulheres estavam resignadas.

Nesse mesmo período, como já foi mencionado, Heloneida Studart, Rose Marie Muraro e Cidinha Campos produzem a peça teatral denominada *Homem Não Entra*. Essa peça emanava de um conteúdo que despertava indagações sobre a rotina feminina, o alvo, unicamente destinado às mulheres, era chamado a se revelar comodamente, distante da proibição e da violência masculina. Para qual, essa peça alterou o corte de cabelos da protagonista, renovando com cabelos bastante curtos, tudo isso em uma época na qual imperava os grandes cabelos e de

²⁴¹ JACOMEL, Gabriel Felipe. Op. Cit., 2013, p. 72.

²⁴² O espetáculo destaca o aspecto sexual feminino e demonstrava que, a cada novo ano, o progresso e os comportamentos femininos estariam, dessa forma, em desenvolvimento, em transformação. A autora e protagonista Cidinha Campos ergue a corroboração na qual o público feminino juvenil estão mais destemidos para ter relacionamento estritamente sexual.

trabalhoso toucado. Essas mulheres se tornaram influências para as mulheres, essencialmente na capital do Piauí, já que no ano de 1975 é publicado que “*Cidinha Campos Apresenta Peça Homem Não Entra em Teresina*”:

Cidinha Campos estará de volta com o monólogo *Homem Não Entra*, anunciado agora para os dias 22 e 23 de abril próximo, no Theatro 4 de setembro. Durante dois anos, a censura proibiu a apresentação deste monólogo, mas Cidinha como esclareceu em uma nota distribuída ontem pelo seu empresário Geraldo Lemos, que conseguiu ganhar a causa na justiça e a censura liberou. Em Teresina para a apresentação de *Homem Não Entra* será feito o mesmo esquema de outros teatros brasileiros por onde já passou, da bilheteria ao porteiro todas serão mulheres. Diz o Sr. Geraldo Lemos, que viajou ontem para Caxias, de onde viaja para São Luís, disse que “nem mesmo um homem vestido de mulher conseguirá entrar para ver o espetáculo”. Além disso, conclui, “este espetáculo não fala mal dos homens e tenta apenas preservar esta adorável espécie em extinção (homem)”. Diz ainda em nota divulgada: “mais de 500 mil mulheres já viram *Homem Não Entra*, finalmente agora liberado pela censura”. E que o espetáculo depois de um ano e meio em cartaz no estado de São Paulo, foi proibido pela alegação de que era inconstitucional a proibição de homens nos espetáculos. Cidinha entrou com um mandado de segurança e depois de dois anos conseguiu liberar o texto²⁴³.

A produção teatral *Homem Não Entra* obteve grande repercussão, quando as vindicações de mulheres e o feminismo conseguiram estabelecer relações com alguns meios de comunicação, e as mulheres começaram a se despertar na esfera pública. Logo após, da mesma forma esse trabalho foi levado aos palcos de inúmeras regiões do Brasil, vivências que perduraram por quase cinco anos, balançando as concepções femininas que enchiam os teatros para discutir sobre variados assuntos que surgiam no decorrer do monodrama, por intermédio dos sujeitos, suas vontades e interpretações que atravessam a rotina, e que concebe significações, assim sendo, um modelo que difundia representações acerca do Brasil.

Da mesma forma foi na trajetória dos anos de 1970, onde Cidinha Campos foi impedida pelos mecanismos da censura de discutir para inúmeras mulheres sobre a questão da feminilidade em sua peça, seu espetáculo passou a ser proibido, por não achar-se adequado aos dispositivos da Constituição Federal em seu tema. Essas mulheres, obviamente, contribuíram para que a temática feminina conseguisse ter avanços no teatro e, por consequência, colaboraram no prosseguimento de uma nova comunicação participativa, ocasionando mudanças sociais bastante delicadas.

Compreendo aqui as demandas de caráter feminista como de enorme importância para a discussão política fomentada no período, em conformidade com o teatro e disseminado pela mídia impressa. Discussão esta que não deixou de debater com as distintas conjunturas de países da América Latina que, a partir de diversificados processos de reconhecimentos e conformações

²⁴³ O Dia, Teresina, Ano XXIV, Nº 5. 997. 10 de outubro, p. 03, 1975.

dos princípios feministas, elaboraram dinâmicas particulares de persistência e militância, propondo assim, complexas tramas de trocas a respeito do ativismo peculiar dos vários grupos feministas que se caracterizaram naquele momento.

É essencialmente nas matérias dos jornais que somos capazes de entender que o teatro estava sendo usado como importante recurso de percepção feminina, com espetáculos em várias circunstâncias produzidas pelas próprias integrantes do movimento feminista. Ademais, o desenvolvimento de construção coletiva do trabalho tem enorme vínculo com a própria organização do movimento feminista que, geralmente, propagava o enaltecimento político de todos os sujeitos envolvidos no processo.

A peça teatral *Homem Não Entra* depois de ter estreado em cenários cariocas em 1975, passa a ter grande visibilidade em vários mecanismos de comunicação, em virtude de significativas especificidades como, por exemplo, o ousado título do espetáculo, igualmente no espaço da peça todas as mulheres da plateia eram vistas como atrizes, incitadas pela intérprete Cidinha Campos, a refletir e conversar acerca das suas vivências enquanto mulheres:

Em todas as grandes cidades brasileiras, mulheres que nunca puderam pagar um analista tiveram a oportunidade de se reunir e, pelo preço de um ingresso, discutirem livremente os seus grilos a respeito dos homens.” Uma espectadora confessou que trocava seu marido por um boneco de soprar. Outra admitiu que seu melhor amigo era um homossexual, com quem tinha muitas coisas em comum, “inclusive o mesmo esmalte de unhas”. Algumas mulheres na plateia fizeram declarações patéticas: “Meu marido me provoca urticária”. Ou então: “Olhem para mim, cheia de estrias, pelancas e celulite, marcada pela maternidade. E agora, ele, o causador de tudo, diz que estou um bofe²⁴⁴.

Tais considerações se fizeram viáveis tanto pelo arranjo desalinhado do espetáculo quanto pelo relevante fato do acesso de homens ser desautorizado, desde o palco, até a plateia e os bastidores. Contudo, com quase um ano em cartaz, o espetáculo teatral foi proibido pelo regime militar do país de acordo com a justificativa de insulto à Constituição brasileira em teor sexualmente discriminativo. Todavia, o que fora visto pelo aparelho de censura federal como um ato discriminatório nos momentos terminantes de 1975, alcançava outras extensões nos debates feministas concretizados no âmbito internacional por meio de diversos espaços. Cabe destacar que a época do regime ditatorial no Brasil similarmente abrange rígido instrumento de proibição e censura, na qual se articula estreitamente ao desenvolvimento criativo e sua disseminação em lugares específicos. A questão de *Homem Não Entra* mostra a atuação da censura, resultante do uso do âmbito cênico como espaço de transgressão de uma identidade feminina hegemônica apregoadada pelo mecanismo estatal ao período.

²⁴⁴ ORBAN, Francisco. Cidinha Campos – Sai “Homem não entra”, entra “Agora entra tudo”. **Revista Fatos e Fotos**. n° 745, 1975, p. 24.

Do mesmo modo, as reflexões feitas ao longo do texto nos permitem perceber como os jornais são importantes ferramentas midiáticas, na qual são fornecedores de certas perspectivas e também integrantes da memória histórica. A imprensa é um significativo elemento de informação e elaboração de ideias. Os impressos constroem interpretações do mundo que, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”²⁴⁵. Dessa maneira, não são narrativas imparciais, mas sim, veículos de uma cultura política e acarretam táticas e hábitos sociais com o objetivo de esclarecer e criar entendimentos.

A produção teatral *Homem Não Entra* foi, certamente, um espetáculo feminista e de caráter analítico a existência feminina do período e de suma importância para as temáticas do movimento de mulheres. O fato de o acesso ter sido livre somente para o público feminino foi um recado para a década, já que o movimento feminista no país estava retratando várias características que precisavam ser aprimoradas, e a sexualidade era uma delas. Apesar de que a peça estivesse estabelecida na conjuntura de relutância cultural política, ela também pode ser apontada como uma peça que expressava o poder feminino de modo plural, através da apresentação de fortes mulheres como Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, identificadas como atuantes figuras do movimento feminista, enfatizando assuntos fundamentais e resistindo diante do movimento de modo operante. Já Cidinha Campos era considerada uma mulher insubmissa e sem receio de expressar o que desejava, e Bibi Ferreira, forte figura no âmbito do teatro e da formação cultural brasileira.

É bem provável que a peça tenha colaborado para que centenas de mulheres no Brasil pudessem pensar e questionar a respeito da sua função, acerca de seu corpo, seu direito de se expressar e demonstrar suas vontades. *Homem Não Entra* foi um recinto de debate entre diversas mulheres, que possivelmente não estivessem autorizadas a dialogar acerca de suas insatisfações longe dali. A peça igualmente passa o recado da imagem do homem novo, que é almejado por todas, das quais as particularidades são impulsionadoras do recente ciclo feminino de liberdade.

Visto isso, pode-se concluir que a sociedade cria o valor que torna possível sua própria existência, mas à medida que os vínculos sociais se tornam cada vez mais complicados, a moralidade impõe seu poder de dar vitalidade a essas relações, fator esse que deve ser entendido como a concepção de poder e, deve-se, em primeiro lugar, ao fato de os valores morais ocidentais terem produzido um modelo de civilização em várias fases sucessivas. Este modelo

²⁴⁵ CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990, p. 17.

de civilização está ligado ao discurso da hierarquia e por vezes injeta a sua resposta na consciência dos sujeitos e das sociedades em que vivem de maneira violenta, e o modo como precisaria ser concebida uma específica ordem para o "bom progresso" na vida social.

Nesse caso, as mulheres que começaram a expressar seus desejos e objetivos chamaram a atenção para os mais diversos mecanismos de poder, pois esses "novos" desejos significavam uma ameaça à ordem moral e social estabelecida. Dessa forma, as mulheres que passaram a apresentar mulheres contrárias aos padrões estabelecidos pelos segmentos mais conservadores do período eram tidas como perdidas e depravadas, principalmente aquelas que ansiavam pelo prazer nas relações sexuais, já que o seu desejo sexual, ou até mesmo sua simples presunção, poderia representar a destruição moral das mulheres.

Embora a princípio essa preocupação com o corpo fosse realizada por meio de mecanismos de supressão e censura, do ponto de vista de Foucault, a compreensão do sexo ultrapassava o modelo da hipótese da supressão e estava relacionada à incitação. Portanto, apesar das tentativas de controlar o comportamento sexual em meados do século XX, vários discursos surgiram em torno dele (e ao seu redor) que produziram forças de propriedades diferentes ou mesmo opostas. Portanto, é necessário entender que embora o poder implique ou constitua certa sobreposição entre os indivíduos, a natureza do poder não se delimita à coerção.

No livro *História da Sexualidade I*, Michel Foucault chamou poder e prazer o dual mecanismo de instigação ao evidenciar que a atribuição dos vínculos de poder não se limita a interdições:

O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente, e o psiquiatra com sua histórica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX)²⁴⁶.

Ainda a este respeito, Michel Foucault assumiu esta posição no livro *A Ordem do Discurso*²⁴⁷, no sentido de explicar que a sociedade apresenta um sistema de exclusão e proibição, e o campo da sexualidade torna-se mais notório. Segundo Foucault, a produção do

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p. 45.

²⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. ed. 21. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

discurso ainda é perturbada e mostra que sua relação com o desejo e o poder ainda se encontra nas interdições:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso, como a psicanálise nos mostrou, não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que, isto a história não cessa de nos ensinar, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar²⁴⁸.

Percebe-se que no mesmo período no qual a sexualidade foi bastante controlada, foram criados diversos meios de expressão, o que por sua vez ocasionou a visão cuidadosa e reguladora da Igreja e do Estado; provocando o surgimento e intensificação das pesquisas médicas e científicas relacionadas ao comportamento físico e sexual; produzirá e consolidará o comportamento sexual ilegal e periférico. Sobre este ponto, Michel Foucault explicou que no século XX, o tipo de poder exercido a respeito do corpo e do gênero não se limitava às formas jurídicas ou resultados da interdição, mas ao oposto:

[fixou] fronteiras para a sexualidade, [provocou] suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não a [excluiu], mas a [incluiu] no corpo à guisa de modo de especificação dos indivíduos. Não [procurou] esquivá-la, [atraiu] suas variedades com espirais, onde prazer e poder se [reforçam]. Não [opôs] uma barreira, [organizou] lugares de máxima saturação. [Produziu e fixou] o despropósito sexual²⁴⁹.

Não há dúvida de que essa forma de representação nos jornais está vinculada com a realidade social analisada naquele período, na qual seriam atravessadas por uma concordância dialética do conhecimento. Em outras palavras, a expressão do discurso feminino nas edições dos jornais será afetada pelo meio social que ela produz, bem como o meio social da época será impactado por inúmeros discursos em relação à feminilidade. Entre eles, o próprio discurso jornalístico no século XX, terá um papel relevante na expressão e disseminação de certos pontos de vista da realidade.

Por meio dessas considerações, procuramos esclarecer as formas como os jornalistas participam das conexões de poder inspiradoras na sociedade do século XX, ao mesmo tempo em que levamos em consideração a maneira como os mecanismos abstratos de controle e as formas repressivas oprimem o corpo e a feminilidade. Eles sinalizam um paradoxo quando falam do sexo para suprimir ou ocultá-lo, nisto também são construídos poderosos dispositivos em torno do sexo com o intuito e o desejo de revelá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²⁴⁸ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2011, p. 10.

²⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1988, p. 47.

Neste trabalho nos esbarramos, por intermédio do aparato bibliográfico e das fontes analisadas, com a resistência e com êxitos femininos, essencialmente nos espaços público e privado. As mulheres tangíveis e fictícias que aqui foram mencionadas eram seres enigmáticos que em várias ocasiões manifestaram demarcações dos padrões sociais nas quais eram pertencentes. Não cabe aqui posicionar tais esferas (pública e privada) como duplas e exclusivas, porém, como esferas de movimentação feminina que vão muito além de lugares estabelecidos, onde os dinamismos correntes, contraditórios e indefinidos são os mais importantes e demarcadores de um momento e de um espaço.

Nos deparamos também com a percepção de “ser mulher” relacionada aos aspectos restritivos mediante idealizações sociais e históricas referentes a desigualdades em comparação ao homem. A conservação da violência nos vínculos de gênero engloba preceitos alusivos às mulheres a uma posição de subjugação e de subalternidade. As mulheres são compreendidas através de uma série de representações e normas, afastada de suas numerosas capacidades, e acentuadas a partir de imaginários e ideias construídas socialmente com objetivo de conservar e definir identidades fixas e estáticas.

No entanto, o que objetivamos em nossa pesquisa foi não apenas entender a moral cuja mulher era subordinada, às sujeições que se determinavam a elas, mas, ao mesmo tempo, analisar a respeito das resistências e a realidade diária da mulher na sociedade teresinense. Conseguimos vislumbrar como as mulheres ainda que fossem classificadas por sua atuação no espaço público e privado não experienciaram sempre a delimitação estática de papéis, seus conhecimentos e suas atitudes iam além.

Não vale aqui debater novamente sobre as narrativas sanitaristas, médicas e burguesas que sustentavam uma moral que limitava as viabilidades femininas no espaço urbano, no entanto, cabe ressaltar que a política que se metamorfoseou de ordem e progresso possuía um caráter de controle, ou até mesmo em uma dominação simbólica no que se refere às relações de gênero. Ademais de uma posição marginal, em que várias atitudes que estes discursos entendiam enquanto indecentes eram relacionadas às mulheres de classe social menos abastada.

O mesmo processo modernizador que aparenta trazer novos valores libertinos para a sociedade, é aquele mesmo que deu abertura para o espaço público para que as mulheres conseguissem novas oportunidades de trabalho e seguidamente impulsionou, de algum modo, que elas solicitassem por autonomias e direitos. Da mesma forma, os estudos e o movimento feminista colaboraram para o reconsiderar da realidade de inúmeras mulheres, anteriormente e atualmente, ao sistematizar os vínculos entre homens e mulheres, suas premissas e os tormentos

perpetuados pelos papéis sociais que reproduziram a indissolubidade do matrimônio, a incumbência em cuidar dos filhos e da casa.

Sugestionamos ainda nesta pesquisa, entender as distintas maneiras de representação concedidas à mulher nas matérias dos jornais teresinenses, em meio a um cenário de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. Percebemos então que as matérias dos jornais foram fundamentais para que conseguíssemos discutir as representações contrariando-as com as multiplicidades das vivências femininas, por sua relevância enquanto fonte, por carregar uma ideia que ultrapassa inúmeras relações sociais, as várias experiências habituais distintas.

No cenário aqui abordado, a imprensa, por intermédio de representações femininas apontadas como apropriadas ou não para a convivência social, retratava as regras e preceitos morais vigentes na vivência diária da população teresinense, sobretudo, a das mulheres. Coincidentemente foi também através dela que vários modelos sociais foram contestados e inclusive quebrados. A imprensa na época estudada nesta pesquisa era um recurso em que os sujeitos disseminavam suas ideias e convicções de temáticas diversificadas e com posicionamentos bem demarcados. Desse modo, os jornais eram reflexos da lógica disseminada pela grande parte da sociedade que tinha alcance a eles, isto é, os jornais eram incumbidos em formar, legitimar ou refazer as atuações sociais e oferecer-lhes autenticidade. A imprensa, portanto, é referência pertinente para a construção de imaginários. As perspectivas textuais instituem imagens destes imaginários de modo a fazer-nos refletir de qual maneira os mesmos terminam por legitimar a própria existência.

Após uma série de expostos, por fim podemos dizer que, o que consegue nos deixar exultantes é a expectativa que essa pesquisa contribua de certo modo na luta pela reconstrução dos sujeitos, ao referir-se a elaboração discursiva acerca do sexo feminino na década de 1970. A oportunidade de termos tido alcance às diversas fontes analisadas, nos remete a sensação de pesquisa interminada, já que nos é lançada inúmeras saídas possíveis para uma continuação, uma vez que ainda existe muito para ser explicado.

Não foi/é simples verificar quando as reivindicações começaram a quebrar o silenciamento existente e nem em qual dimensão fizeram repercutir suas vontades, transformando toda a organização que estava consolidada a séculos. Mas diante do silenciamento anterior no momento atual, se destaca uma mulher dinâmica e operante: batalhou, fez reivindicações, foi à frente de acontecimentos mais árduos da história. Plural, a mulher foi para muitos homens a referência de aspiração, medo e fantasia, como dizia Michelle Perrot, elas “reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos”.

Podemos dizer que as mulheres que vivenciaram o século XX, e que muito estimularam a cautela, ocasionaram fascínio e temor, foram aquelas que, passaram a confrontar a estrutura patriarcal, projetaram-se a esferas bem intensas que as divisões do âmbito da casa.

Vale destacar que essa pesquisa não tem o propósito de vitimizar ou tornar as mulheres heroínas, e sim, oferecem visibilidade e espaço para as mulheres que transgrediram os limites da esfera privada em sentido à esfera pública, de um modo ou de outro, cômicos ou não, atuaram no começo do demorado, porém, relevante processo de autonomia feminina despontado em meados do século XX. Dessa forma, as pesquisas ocorridas através das novas perspectivas da História das Mulheres ganharam êxitos diversos, que ultrapassam o âmbito privado, através do trabalho, do acesso ao ensino superior, do arranjo familiar, da maternidade, do corpo e da sexualidade, dentre muitos outros.

O percurso da existência feminina do passado ainda está compreendido por vários vazios razoavelmente justificados em razão do desafio que é para as escritas históricas trespassam a fronteira do nivelamento feminino no passado e, sobretudo, interpretar esta história ocultada pelo discurso masculino e desprestigiadas por opiniões sociais inflexíveis e conservadoras. Interpretar e construir essa história são encargos árduos e complexos, visto que o historiador necessita destinar seu cuidado e relevância às minúcias e aos vestígios, pois é neles que realmente essa história se oculta.

É por esse motivo que, findados quase 50 anos, e ciente de que muitos elementos já despontam àquelas mulheres das mulheres atuais, mesmo apesar de tudo nós conseguimos sentir o fardo e a imposição que elas experienciaram para obter um espaço, e conseguir desenvolver suas próprias narrativas. Simultaneamente, no específico momento da concretização deste trabalho, tive a convicção, de uma maneira espantosamente translúcida, da coerção social, e até mesmo de modo mais próximo, familiarizado, de que não podia realmente deixar de desempenhar meu papel de mulher e privilegiar a análise voltada para questões femininas de um período determinado da história.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.1. INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado do Piauí Casa Anísio Brito

1.2. JORNAIS CONSULTADOS

Correio Da Manhã

Jornal Do Piauí

O Estado

O Dia

O Nordeste

O Dominical

1.3. ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS

ENTREVISTA A IRACEMA DE ALMENDRA PORTELA NUNES, Jornal O DIA, 1970, p. 03.

CURSOS PARA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DA ORLAR (ORGANIZAÇÃO DO LAR), Jornal Correio da Manhã, p. 03.

FILME ÚLTIMO TANGO EM PARIS, Jornal O Dia, 1979, p. 02

APOIO AO REGIME MILITAR, Jornal O Dia, 1972, p. 01

MODA FEMININA, Jornal O Dia, 1971, p. 06

CHIQUE, MAS PERIGOSO, Jornal O Dia, 1971, 03.

AS PLANTAS E VIMES PARA A SUA MESA, Jornal O Dia, 1971, p. 03.

CUIDADOS NA ALIMENTAÇÃO, Jornal O Dia ,1972, p. 04.

INSTRUÇÃO RELIGIOSA, O Dominical, 1949, p. 03

OCORRÊNCIAS CRIMINAIS, Jornal O Dia, p. 03

A MULHER E O HOMEM, Jornal O Dia, 1970, p. 02

CURRA EM PROFESSORA DE BALLET, Jornal O Dia, 1973, p. 05.

POR AMOR É QUE SE MATA, Jornal O Dia, 1974, p. 07.

AGREDIU IRMÃ PORQUE ELA ESTAVA NAMORANDO, Jornal O Dia, 1972, p. 05.

POR AMOR É QUE SE MATA, Jornal O Dia, 1974, p. 07.

MULHER SEDUZIDA, Jornal O Dia, 1971, p. 04.

LAVRADOR MATA AMANTE E SUICIDA-SE A FACADAS, Jornal O Dia, 1970, p. 02.

TOCOU FOGO NA ESPOSA PARA NÃO SER OLHADA POR NINGUÉM, Jornal O Dia, 02.

A APROVAÇÃO DE ANA LÚCIA MIRANDA, Jornal O Dia, 1973, p. 02.

O DIVÓRCIO VAI VOLTAR, Jornal O Dia, 1977, p. 04.

ARCEBISPO É CONTRA O DIVÓRCIO, Jornal O Dia. 1975, p. 02.

QUEM CASA COMIGO SOFRE PRA BURRO, Jornal O Dia, 1975, p. 02.

A PÍLULA ANTICONCEPCIONAL, Jornal O Dia, 1974, p. 03.

SEXO EM GRUPO, Jornal O Dia, 1973, p. 06.

O ROCK DE RITA LEE, Jornal O Dia, 1975, p. 07.

DERCY GONÇALVES EM TERESINA, Jornal O Dia, 1975, p. 02.

HOMEM NÃO ENTRA, Jornal O Dia, 1975, p. 03.

BIBLIOGRAFIA

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura Almeida. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese do Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer, -10. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

_____. **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu, n° 42, Campinas Jan./June 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010483332014000100249&script=sci_abstract&tln g=pt. Acesso em 10 de junho de 2020.

BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Annablume, 2005, p. 30.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960).** 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

_____. **Múltiplas e singulares:** história e memória de estudantes universitárias em Teresina, 1930-1970. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"**. Editora Alfa-Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** v. I. Artes de fazer. Tradução: Ephraim Ribeiro Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O mundo como representação.** Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COSTA, Fernando Muratori. **Nas Margens da Modernidade:** música e percursos de memória em Teresina (anos 1980). Tese (Doutorado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 2019.

CUNHA, Higino. A educação feminina e o regime conjugal. **Revista da Academia Piauiense de Letras, Teresina, ano**, v. 7, p. 37-52, 1924.

DE ARAÚJO, Lucélia Nájera. História e memórias da juventude teresinense dos anos sessenta: sociabilidades e vivências estudantis. In: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade, 1, 2016, Rio Grande do Sul. **Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral**, São Paulo: UFRGS, 2016, p. 01-14.

DE LIMA PEREIRA, Luciana. Espaço urbano teresinense entre a salvação e a perdição na década de 1950. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300880858_ARQUIVO_Espacourbanoteresinenseentreasalvacaoeperdicaonadecadade1950.pdf Acesso em 10 de junho de 2020.

DE LUCA, Tânia Regina. A história dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**, São Paulo. Contexto, p. 111-153, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

DINES, Alberto. **O papel do jornal:** uma releitura. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1990.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia:** modos de educar na (e pela) TV. Educação e pesquisa, v. 28, n. 1, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antônio Fernando Cascais, Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 1992.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. ed. 21. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Arqueologia do saber.** 3ª ed. Trad. Renato Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

_____. **História da sexualidade.** Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Sexo, poder e indivíduo:** entrevistas selecionadas. Desterro: Nefelibata, 2005. História da sexualidade III: O cuidado de si. São Paulo: Edições Graal, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Transformações da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOMEL, Gabriel Felipe. **Falar de si, falar de nós:** o teatro feminista em tempos de ditadura. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

JUNIOR, James William Goodwin. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade fin-de-siècle em Diamantina e Juiz de Fora, MG. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007, p. 20.

KUSHNIR, BEATRIZ. **Cães de Guarda:** Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução Urbana.** Tradução de Sérgio Martins. - Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1999.

LIMA, Jurandir Gonçalves de. **Memórias Afetivas de Teresina:** Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). Tese de Doutorado/UFPE. 2016.

LIMA, Nilsângela Cardoso. **Relações de poder e práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí (1951 a 1954)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LUZ, Aylla Mara Caminha. **Cine Spark: Memória, Lazer e Sociabilidade em Picos (PI) nas décadas de 1960 e 1970**. 2012. 89 f. Monografia. Universidade Federal do Piauí: Picos, 2012.

NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

NAMUR, Virginia Maria de Souza Maisano. **Dercy Gonçalves - o corpo torto do teatro brasileiro**. 2009. 368f. Tese (Doutorado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v.33, n.96, p.395-420, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-395.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

_____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. Tese (Doutorado em História).

ORBAN, Francisco. Cidinha Campos – Sai “Homem não entra “, entra “Agora entra tudo”. **Revista Fatos e Fotos**. n° 745, 1975.

PATEMAN, Carole. **“Críticas feministas a la dicotomía público/privado”**. Barcelona: Paidós, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Angêla M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set., 1989.

_____. **As mulheres ou o silêncio da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3ª ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHEIRO, Eloisa Petti. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

PHILLIPS, Roderick. **Desfazer o nó:** breve história do divórcio. Lisboa: Terramar, 1991.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Hígino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes:** A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais), USP, 2017.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 1997.

_____. **A colonização da mulher.** Do cabaré ao lar: a utopia da cidade, 1980.

ROSE, Gillian. **Feminism and geography:** the limits of geographical knowledge. Cambridge/ Oxford: Polity Press, 1993.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do Prazer:** boemia e prostituição em Teresina (1930-1970). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe:** Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo.** In: SAFFIOTI, Heleieth I. B e VARGAS, Monica. Muñoz (org.). *Mulher Brasileira é Assim.* Brasília: Rosa dos Tempos/ NIPAS- UNICEF.1994.

_____. SAFFIOTI, Heleieth IB. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** In: *Cadernos pagu*, n. 16, p. 115-136. 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo: razão e emoção - 4. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *O espaço do cidadão.* São Paulo: Nobel, 1998.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: Burke, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e realidade. Porto Alegre, 1990.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **À luz dos valores religiosos:** Escolas confessionais católicas a escolarização das mulheres piauienses. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 289, 2007.

_____. **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas:** reflexões sobre feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. **A política de salto:** a participação feminina na política piauiense-1970 a 1998. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2008.

SUMI, Camilla Massola. **A cidade na perspectiva do gênero:** as políticas públicas urbanas 1990-2015 na cidade de São Paulo. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2018.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história:** uma introdução metodológica. Dourados: Editora UFGD, 2012.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres:** um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Editora Vozes Limitada, 2011.

_____. **A nova visibilidade.** Matrizes, v. 1, n. 2, pp. 15-38, 2008.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.35-82.